



CAIADO

**UM PLANO DE GOVERNO
PARA MUDAR GOIÁS**

PROPOSTA PARA O DIÁLOGO

O tempo muito me ensinou: ensinou a amar a vida, não desistir de lutar, renascer da derrota, renunciar às palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e a ser otimista. Aprenderi que mais vale tentar do que recuar... Antes acreditar que duvidar. O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada.

(O Tempo, Cora Coralina)

Sou de Goiás. Sou do coração do Brasil. Sou plural, como o povo goiano, e tenho orgulho da nossa história. O País se encontra em Goiás. Aqui residem brasileiros de todas as origens e que ajudam a impulsionar uma das mais promissoras economias do País. Quero que Goiás seja um exemplo de sociedade justa, acolhedora e próspera. Quero Goiás como um exemplo de governo eficiente e comprometido com seus cidadãos e com o futuro da nação.

Nosso grupo é coeso e determinado! Queremos melhorar a gestão pública, melhorar os serviços públicos de saúde, aperfeiçoar e qualificar a educação para atender às demandas do mundo contemporâneo, investir em transportes e no escoamento da produção. Investir, também, no parque industrial e fomentar as empresas mais competitivas e mais inovadoras, que gerem melhores empregos. Precisamos capacitar nossos jovens para o trabalho, com educação integral, boas escolas técnicas e boas universidades. Precisamos de Goiás forte nas regiões e integrado nos serviços públicos.

A sociedade goiana é empreendedora, dinâmica e determinante para a produção nacional, para a vitalidade das organizações da sociedade civil e da liberdade de imprensa. Na verdade, é o nosso ritmo que surpreende o Brasil. É o ritmo do campo e o pulso de crescimento das cidades que fazem a diferença e torna Goiás um dos maiores potenciais de desenvolvimento econômico.

Mas isso não é suficiente!

Precisamos de um governo que inspire todos a fazer melhor ou muito melhor aquilo que já fazemos! Precisamos de crescimento! Prepararemos o estado para a vanguarda tecnológica, investiremos muito na infraestrutura e na educação de Goiás. Sabemos que o crescimento vai exigir que as infraestruturas existentes funcionem melhor, sejam mais eficientes. Isso se chama produtividade. Precisaremos elevá-la, aumentando a eficiência da economia como um todo. Pactuaremos resultados, estabeleceremos parcerias com a iniciativa privada, consorciaremos com municípios e dialogaremos com a sociedade.

Por sinal, produtividade e qualidade são essenciais ao setor público. Buscaremos mais eficiência, mais agilidade, mais transparência para ofertar serviços de qualidade aos cidadãos em Goiás. Vamos investir cada vez mais na ampliação das redes de atendimento na área social, nas creches e nas escolas técnicas, além de mais vagas nas universidades, mais saúde preventiva, mais centros de média e alta complexidades. O que pressupõe avançarmos, portanto, na qualidade e eficiência do que fazemos.

Vamos avançar na cobrança por resultados. Queremos que cada órgão público, que cada Secretaria de Estado, que cada empresa pública seja cobrada pelo que traz de benefícios aos cidadãos e às empresas de Goiás. Nosso compromisso é termos conformidade (*Compliance*) nos serviços públicos, objetivando o estabelecimento de metas e a cobrança de resultados na luta pela conformidade dos processos e serviços públicos. Envolver a sociedade na gestão pública, com mais transparência e ampliando o papel e a responsabilidade da sociedade na cobrança pelos resultados.

Queremos investir decisivamente no estabelecimento de metas e na cobrança por resultados dentro da ação governamental, com entregas ambiciosas de eficiência e de qualidade. E que as escolas, os postos de saúde, os hospitais, as delegacias e o Detran, ou seja, os mais simples serviços aos cidadãos e às empresas, funcionem com qualidade. Queremos um Goiás onde o cidadão não tenha medo de sair às ruas!

Nós temos que prestar contas ao goiano! Aqui não há um projeto de poder, mas um projeto de sociedade!

Precisamos colocar em Goiás o conhecimento e a inovação a serviço da sustentabilidade. A serviço dos desafios de ter uma trajetória de crescimento que não comprometa as gerações futuras, que saiba aliar desenvolvimento econômico e qualidade ambiental e que se pautem por uma matriz energética limpa.

Nossa ênfase maior no conhecimento, na sustentabilidade e na competitividade será junto ao setor privado. Temos o desafio de criar e de ampliar a rede de empresas que inovam de forma sustentável em Goiás. Temos o desafio de sermos mais competitivos, de agregarmos mais valor e exportarmos mais, com critérios estritos de responsabilidade ambiental.

Vamos reforçar nossas ações de apoio à competitividade e à sustentabilidade das empresas, estimulando que agreguem cada vez mais valor, que tenham uma postura ativa na área tecnológica e na responsabilidade ambiental, que inovem e que busquem também oportunidades no mercado exterior.

Queremos gerar bons empregos e queremos uma estrutura produtiva renovada, com a produção agrícola ganhando mais destaque, além da farmacêutica, da mineração, da produção e da engenharia automotiva e dos bens de capital. Uma indústria e uma base de serviços diversificada, em que se sobressaiam os setores sustentáveis e intensivos em tecnologia, criando empregos de qualidade.

Ao apresentar nosso conjunto de propostas para a sociedade goiana e brasileira, reitero o meu compromisso com o desenvolvimento humano e sustentável do estado de Goiás. O conjunto de propostas que apresento enfatiza o cidadão como foco da ação governamental. Nosso objetivo é aumentar a capacidade das pessoas de se realizarem e de serem protagonistas na construção de um mundo melhor para todos.

Ronaldo Caiado

APRESENTAÇÃO GERAL

Em conformidade à legislação eleitoral vigente, apresenta-se o conjunto de diretrizes gerais do Plano de Governo do candidato ao Governo do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, tendo como candidato a Vice-Governador Lincoln Tejota.

A elaboração deste documento decorreu do trabalho e da interlocução de especialistas nas mais diversas áreas das políticas públicas, da colaboração de representantes da sociedade civil organizada, de servidores públicos e de cidadãos dos mais diversos municípios de Goiás. Este trabalho será o ponto de partida para um processo de amplos e democráticos debates com a sociedade goiana, por meio de seus diversos segmentos, com o propósito de detalhar as presentes diretrizes, mediante a indicação das ações transversais, bem como das ações e programas específicos.

Na elaboração das diretrizes, definiu-se um rol de sete princípios fundamentais que devem estar presentes em todas as ações e nos futuros programas governamentais, quais sejam:

1. Combate à corrupção, estabelecendo o efetivo controle dos serviços públicos prestados e a correição dos processos administrativos;
2. Descentralização, levando a solução do problema para perto de onde ocorre, mediante forte ação estadual e com reconhecimento do papel fundamental dos municípios;
3. Simplicidade, reduzindo as complicações burocráticas para pessoas, empresas, organizações e governos;
4. Confiança, de forma a tornar menos oneroso e mais ágil o processo produtivo, de relacionamento com o terceiro setor e o processo decisório no país;
5. Acolhimento, como prática e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas; e
6. Transparência, com efetivo acompanhamento da sociedade na execução das políticas públicas.
7. Proteção Social, assegurando formas de amparo a mulheres, crianças e idosos, principalmente, nas situações provocadas por pobreza extrema, abandono e violência.

DIRETRIZES GERAIS

PROGRAMAS BASILARES: receberão atenção especial os serviços públicos envolvendo as áreas da Saúde, da Educação, da Segurança e do Desenvolvimento Regional.

INTEGRAÇÃO REGIONAL: as regiões com menor desenvolvimento devem ser objeto de maior atenção em todas as áreas de governo.

INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL: os diversos sistemas das Secretarias devem ser integrados e devem buscar a devida conexão com outras esferas de governo de modo a otimizar os serviços públicos e simplificar a vida do cidadão.

VALORES DE GOVERNANÇA: em todas as ações de governo deverão ser observados os princípios de: acolhimento, inovação, protagonismo, compromisso, resiliência, pertencimento e solidariedade.

COMBATE À CORRUPÇÃO

ACOLHIMENTO

valor público RESPEITO

PRODUTIVIDADE

INTEGRAÇÃO REGIONAL

empreendedorismo *lealdade*

RESOLUTIVIDADE

AUSTERIDADE

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

São cinco eixos, ou diretrizes programáticas, que estruturam o conjunto de propostas que apresentamos a seguir:

1. Goiás da saúde integral;
2. Goiás da educação plena;
3. Goiás da paz e acolhimento;
4. Goiás da infraestrutura sustentável; e
5. Goiás da governança e desenvolvimento regional.

MODELO DA ESTRATÉGIA

As diretrizes estruturam um universo programático por áreas e induzem a visão e a missão do projeto de governo.





A MUDANÇA É AGORA



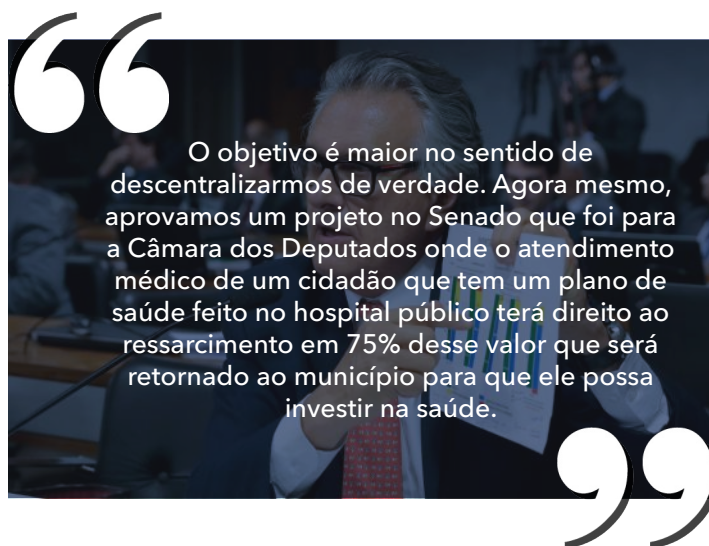
GOIÁS DA SAÚDE INTEGRAL



GOIÁS DA SAÚDE INTEGRAL

SITUAÇÃO ATUAL

Gestão pública com baixa eficiência e agravamento da saúde pública



(Discurso do Senador Ronaldo Caiado, em 23 de maio de 2018, durante a XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o pré-candidato ao Governo de Goiás, Ronaldo Caiado - Democratas).

A SAÚDE pública é uma das áreas sociais mais importantes, pois não só demonstra a prestação de serviços essenciais e a ocorrência de doenças, como também evidencia a qualidade de vida da população. A saúde não pode ser vista apenas como a estrutura predial e técnica existente, uma vez que há o envolvimento do ambiente social, especialmente das condições de vida nos municípios, além dos conhecidos fatores condicionantes – alimentação, moradia, saneamento, trabalho, entre outros. Saúde é um assunto de interesse público e direito fundamental da pessoa humana.

Em Goiás, a situação é muito preocupante, tendo em vista o quadro geral da saúde da população e a ineficácia do sistema único estadual, ou seja, no estado são elevadas as taxas de incidência de doenças e é crítica a oferta dos serviços de saúde, quadro que é perceptível pela demora, pela precariedade na realização de procedimentos e atendimentos e também pela falta de leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo (especializados e não especializados).

A população de Goiás não aceita mais conviver com atrasos deliberados de recursos públicos que deveriam estar nos municípios e desaparecem na burocracia do governo, ora por incompetência, ora por má-fé. O estado de Goiás, no nosso governo, vai garantir o direito ao cidadão goiano de ser atendido e tratado na cidade onde mora.

Esta área deve envolver esforços e ações da administração pública e da iniciativa privada nas diferentes escalas e esferas de poder de maneira a proporcionar o melhor nível de oferta e de qualidade dos serviços de saúde, proporcionando um maior desenvolvimento institucional do SUS. Isso porque ninguém pode ser privado de receber tratamento eficiente e humano, importante para cada pessoa, mas também para a coletividade e para o poder público face tantos motivos, como, por exemplo, cuidar da integridade física e mental do indivíduo almejando mantê-lo no convívio familiar e produzindo no mercado de trabalho.

As atribuições do Estado na saúde e no Sistema Único de Saúde estão definidas constitucionalmente e por leis especiais (Lei n.º 8.080/1990), portanto o direito à saúde se insere na órbita dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. Trata-se de um direito público subjetivo, uma prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas. Conforme define a Constituição Federal, em seu artigo 196:

“

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

”

Em linhas gerais, o Estado tem que promover a descentralização e prestar apoio técnico e financeiro aos municípios, implementar e monitorar redes hierarquizadas do SUS e executar programas de saúde relacionados aos serviços e às ações de média e alta complexidades. No nosso estado de Goiás, o cidadão que não tem garantido o atendimento quando dele precisa deixa evidente as diversas falhas de gestão que ocorrem em decorrência dos mais diversos motivos, sendo possível citar: a falta de planejamento adequado das ações, a falta de critérios de regionalização e cooperação com os municípios e a falta de alinhamento dos esforços do governo estadual com os governos municipais em prol do cidadão que tenham critérios técnicos voltados a um atendimento mais humano.

Além das falhas em planejamento, regionalização e cooperação, observa-se, também, falhas na regulação do setor de forma integrada em todo o estado.

Tenho convicção, como médico, como cidadão e como uma pessoa que dedicou os últimos anos a trabalhar como homem público, que é crucial o papel do poder público na prestação dos serviços de saúde.

É a partir desta convicção que definimos nosso enfoque e as medidas necessárias à universalização do acesso e à integralidade de assistência na área de saúde pública. A integralidade será um eixo prioritário da política de saúde com o objetivo de concretizá-la como uma questão de cidadania, o que significa compreender sua operacionalização a partir de dois movimentos recíprocos a serem desenvolvidos pelos segmentos envolvidos nos processos organizativos em saúde: a superação de obstáculos e a implantação de inovações no cotidiano dos serviços de saúde, nas relações entre os níveis de gestão do SUS e nas relações destes com a sociedade.

Para atingir um nível de excelência é preciso contar com dados e informações confiáveis, de qualidade, claros e capazes de orientar efetivamente o planejamento do setor de saúde em nosso estado.

Na linha de fazermos um melhor planejamento, é preciso ter um olhar mais detido no padrão das doenças que hoje afetam o cidadão goiano. Os serviços de saúde precisam estar preparados e orientados, em todos os seus segmentos (atenção primária, secundária e terciária), a lidar com as doenças do aparelho circulatório, com a insuficiência coronária, com o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e com os problemas cardíacos, que são as doenças que mais afetam a população goiana, ou seja, são as causas cardiovasculares e neurovasculares, seguidas dos cânceres. Quando eu penso no modelo de saúde atual, eu tenho que considerar essa transição epidemiológica e demográfica.

Então, o paciente idoso e o portador de doença crônica são o futuro de qualquer modelo de saúde atual. A primeira coisa é a gente deixar bem claro que o Brasil e os estados, de uma maneira geral, sem exceção, estão vivendo, agora, a transição epidemiológica e demográfica. A população está envelhecendo e o serviço de saúde pública precisa estar atento a isso.

E se o sistema de regulação, a atenção primária, a secundária e a terciária não estiverem prontos para atender a essa nova realidade? Goiás precisa ter mais capacidade de resposta para esse novo quadro epidemiológico. O quantitativo de leitos é aquém do necessário para a demanda estadual e hoje há milhares de pessoas na fila das cirurgias eletivas. O número de médicos em Goiás está abaixo da taxa recomendada, sendo que eles estão centralizados na Região Metropolitana de Goiânia. Em muitas cidades, o cidadão tem que viajar 900 quilômetros para ter atendimento médico. Há falta de médicos no estado, conforme constata a pesquisa Demografia Médica 2018, realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), com o apoio institucional do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Em nosso estado, para se ter uma idéia, para atender uma população de 6,7 milhões de habitantes, existem 13.360 médicos, o que dá uma proporção de 1,97 profissionais por mil habitantes.

Em nosso estado, para se ter uma ideia, para atender uma população de 6,7 milhões de habitantes, existem 13.360 médicos, o que dá uma proporção de 1,97 profissionais por mil habitantes. Os médicos especialistas são 61,5% do total de profissionais, contra 38,5% de generalistas (razão de 1,60 especialistas para cada generalista). Os homens representam 61,5% da classe médica, contra 38,5% de mulheres. A idade média dos profissionais é de 43,4 anos, com um tempo de formação médio de 17,2 anos. A maioria dos profissionais está concentrada na faixa até 44 anos (62,3%).

No Estado, a cirurgia geral concentra a maioria dos especialistas (1.124), seguida pela clínica médica (1.056), ginecologia e obstetrícia (971), pediatria (947), e anestesiologia (751). As especialidades com menor número de profissionais são genética médica (6), cirurgia de mão (12), medicina esportiva (16), cirurgia torácica (17), radioterapia (18) e cirurgia de cabeça e pescoço e medicina nuclear (23).

Em Goiânia, capital do estado, moram 1,4 milhões de pessoas, que são atendidas por 8.966 médicos, o que dá uma proporção de 6,12 profissionais por mil habitantes e uma concentração de 67% de médicos morando na capital. Desses profissionais, 58,7% são do sexo masculino e 41,3%, feminino. Os especialistas são 66,8% e os generalistas são 33,2% dos médicos que atendem na capital goiana. As regiões mais distantes e menos desenvolvidas de Goiás sofrem com a falta de médicos. Esse é um problema que tem se agravado sem a necessária intervenção do governo nos últimos anos.

A área da saúde talvez seja, infelizmente, o melhor exemplo da contradição entre os ideais igualitários da Constituição Federal e da profunda desigualdade que vivemos no Brasil. A Carta Magna descreve que a saúde é direito de todos e dever do Estado e privilegia a adoção de um sistema público único de saúde com acesso universal e igualitário, financiado por toda a sociedade com recursos dos orçamentos públicos. Aos princípios do acesso universal e gratuidade, o SUS adotado no Brasil, incorpora o princípio da integralidade, ou seja, todos têm

direito ao melhor atendimento médico possível. Isso torna o sistema brasileiro, em teoria, um dos mais complexos e abrangentes do mundo e, no papel, semelhante ao do Canadá e de alguns países europeus onde prevalecem o gasto público e o acesso universal.

A saúde pública brasileira, nas últimas décadas, avançou em algumas áreas que são destaques: campanhas de vacinação, Estratégia de Saúde da Família, programas especiais como é o caso do Programa Nacional da AIDS. No entanto, a saúde no Brasil, sem exceções regionais, sofre de dois principais problemas, quais sejam: falta de financiamento adequado e ineficiência.

Os serviços públicos de saúde, em sua maioria, não são certificados, oferecem baixa resolutividade e são caracterizados por filas longas, não possuindo uma integração adequada entre os subsistemas de atenção primária, secundária e terciária.

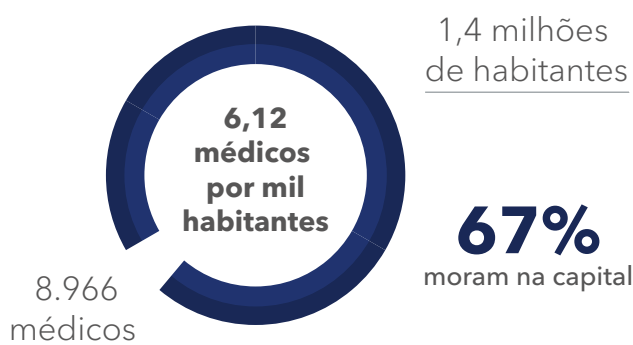
O cidadão goiano precisa receber a melhor prática médica, baseada em evidências, e, para tanto, o sistema precisa ter uma gestão forte e eficiente. No momento atual, o sistema de saúde em Goiás sofre de problemas de organização e de baixa eficiência, além da falta de autonomia das instituições de saúde e da pouca transparência na transferência de recursos, o que pode sugerir, talvez, desvios de finalidade. O sistema no nosso estado também sofre de problemas de equidade, entre outros fatores.

O estado de Goiás não tem, nos moldes atuais, a saúde como prioridade, principalmente quando entram em questão o acesso, a capilaridade do sistema e da regulação, além da integração dos serviços nas regiões. É fundamental investir na atenção primária, fortalecendo a parceria com municípios e estabelecendo uma verdadeira regulação em todo o estado.

ESTADO DE GOIÁS



CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS (GOIÂNIA)



HOMENS

Os homens representam 61,5% da classe médica.



HOMENS

Os homens representam 58,7% da classe médica.



MULHERES

As mulheres representam 38,5% da classe médica.

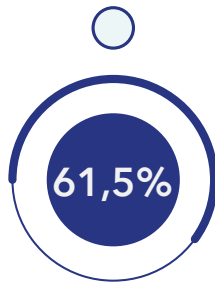


MULHERES

As mulheres representam 41,3% da classe médica.

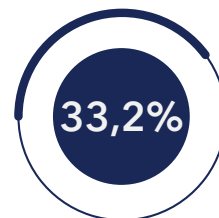
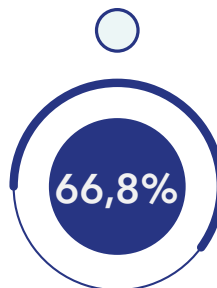
MÉDICOS ESPECIALISTAS

Os médicos especialistas são 61,5% do total de profissionais.



MÉDICOS ESPECIALISTAS

Os médicos especialistas são 66,8% do total de profissionais.

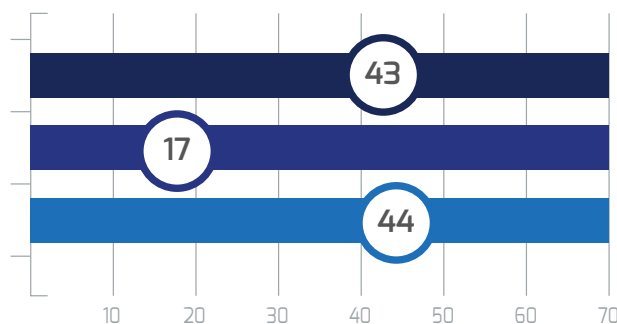


MÉDICOS GENERALISTAS

Os médicos generalistas representam 38,5% do total de profissionais (razão de 1,60 especialistas para cada generalista).

MÉDICOS GENERALISTAS

Os médicos generalistas representam 33,2% do total de profissionais.



A IDADE MÉDIA dos profissionais é de 43,4 anos

O TEMPO DE FORMAÇÃO MÉDIO dos profissionais é de 17,2 anos.

A MAIORIA DOS PROFISSIONAIS está concentrada até 44 anos (62,3%).



Vamos avançar em vários eixos, tais como:

- Aperfeiçoamento da gestão do SUS por meio da implantação de redes regionais integradas de saúde e da criação de instituições que tenham autonomia administrativa, das quais se possa cobrar eficiência no atendimento à saúde.
- Melhoria do acesso e da qualidade dos serviços do SUS, ampliando sua cobertura, certificando as instituições de atendimento e avançando na qualificação dos recursos humanos. Certificar, melhorar processos, avançar nos recursos humanos, é tudo que a gente deseja.
- Monitoramento e avaliação dos resultados de saúde com instituições avaliadoras externas e independentes.
- Ampliação do programa de saúde da família incluindo outros profissionais, como nutricionistas e psicólogos, além incorporar a prática do exercício físico.
- Implantação da telemedicina no estado, possibilitando atendimento mais qualificado no diagnóstico e na terapia.

Ratifico que nós vamos ampliar e aperfeiçoar a Estratégia de Saúde da Família, que tem um impacto claro sobre as condições gerais da população do país. Para tanto, vamos implementar programas de prevenção da saúde cardiovascular, com iniciativas objetivas em parcerias junto às áreas de esportes e de cultura para atenção especial à prática do exercício físico e para a adoção de hábitos saudáveis de vida, contemplando a nutrição adequada, a saúde mental e psíquica, programas de cessação ao tabagismo e controle e prevenção da hipertensão arterial, diabetes e dislipidemia (problemas de elevação do colesterol e triglicérides no sangue).

Vamos lutar para aperfeiçoar e para integrar as informações dos pacientes. Nessa mesma linha de integração, faz-se decisiva a criação de centrais regionais de regulação, com a visão global das vagas cirúrgicas, clínicas e de leitos de UTI, tendo como objetivo a eficiência e a definição de prioridades para a internação.

Todo esse conjunto de iniciativas e diretrizes irá contar ainda com os recursos da chamada telemedicina: a utilização da tecnologia de informação com recursos audiovisuais para segunda opinião, confirmação diagnóstica e visitas aos leitos de UTI. Isso traz segurança na tomada de decisões e busca maior eficiência, baseada na expertise de grandes centros e de especialistas.

É necessário contar com protocolos, com rotinas de atendimentos, com previsão de resultados e com metas de atendimento. Portanto, é necessária a publicação periódica dos indicadores de cada hospital ou serviço e a comparação com outros que podem trazer benefícios a curto e a longo prazo para a retomada do crescimento com a identificação do problema e o estabelecimento de planos de ação.

Vamos criar uma unidade de gestão de risco e segurança do paciente em cada hospital, para promover ações continuadas visando maior resolutividade.

Quanto aos pacientes idosos e crônicos, trabalharemos para ter ambientes/espacos de menor complexidade, uma unidade em que o leito custe menos para nutrir, reabilitar e cuidar desse paciente.

Vou promover parcerias com instituições de ensino superior, faculdades de medicina estaduais, federais e privadas, visando a troca de conhecimento entre os profissionais, a atualização e o treinamento da equipe com educação médica continuada, além de promover a capacitação do aluno para a prática de saúde e ao mesmo tempo melhorar a gestão dos hospitais públicos.

Irei, ainda, incorporar o uso de alguns recursos tecnológicos em prol do cidadão que precisa recorrer ao sistema de saúde, tais como aplicativos, SMS, Whatsapp e e-mail para tirar dúvidas de pacientes, agendamento e

checagem de exames, marcação de consultas e orientação.

E, por fim, vou trabalhar para melhorar a estrutura dos hospitais das menores cidades e regiões. Vou fazer uma melhor divisão do território estadual em regiões/microrregiões de saúde, obedecendo a critérios sanitários, epidemiológicos, geográficos, sociais, de oferta de serviços e de acesso. Essa regionalização irá permitir:

- apresentar o diagnóstico dos principais problemas de saúde e das prioridades de intervenção;
- construir módulos assistenciais resolutivos, formados por um ou mais municípios, que garantam o primeiro nível da média complexidade, visando ao apoio às ações de atenção básica;
- definir os fluxos de referência para todos os níveis de complexidade e os mecanismos de relacionamento entre estado e município, além de organizar redes assistenciais específicas; e
- estabelecer um programa de investimentos que procure suprir as lacunas assistenciais identificadas, de acordo com as prioridades de intervenção. Para isso vamos identificar áreas estratégicas como saúde da mulher, da criança, do idoso, saúde bucal, controle da hipertensão e diabetes. Serão criados módulos assistenciais resolutivos formados por um ou mais municípios, para garantir, no âmbito microrregional, o acesso ágil e oportuno de todos os cidadãos a um conjunto de ações de saúde necessárias para atender os problemas mais comuns, ações essas que nem sempre podem ser oferecidas em todos os municípios de pequeno porte populacional. Em conclusão, nós temos que aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde, identificando com clareza as prioridades de atendimento do setor público, além de legitimar e fazer uso adequado do setor privado em benefício da construção de um sistema de saúde de excelência.
- ao mesmo tempo, como as pessoas estão morrendo do coração, de doenças neurovasculares, de câncer, nós vamos estabelecer como prioridade deste governo um programa de prevenção de saúde cardiovascular.

COMPROMISSO NA SAÚDE

Desenvolvimento político, institucional e humano da saúde

Neste campo de trabalho, daremos ênfase a 3 estratégias:

- 01** Cooperação entre estado e municípios com foco na atenção básica
- 02** Regionalização dos serviços e ações de média e alta complexidade
- 03** Humanização e eficiência do SUS no estado

Estamos convencidos de que a prevenção é a melhor forma de atuação estatal. A atenção básica, primeiro nível de cuidado assistencial e médico a ser ofertado pelo poder público, deve ser uma prioridade do governo estadual, que deve ajudar os municípios na prestação destes serviços: vacinação, atividades educativas e de planejamento familiar, visitas de equipes de saúde da família e de agentes comunitários de saúde, farmácia, consultas e atendimentos médicos e odontológicos.



“Goiás sempre esteve à frente em grandes momentos da política. E vai estar neste momento, vamos poder mostrar que se pode fazer boas mudanças na estrutura no estado sem um projeto de poder, com um projeto em benefício da sociedade. Essa condição precisa ter alguém com independência para colocar em prática essas mudanças, um governante que não esteja encabrestado, sem amarras, que use o dinheiro público voltado para a sociedade”.
(trecho da entrevista do Senador Ronaldo Caiado em 16 de julho de 2018 ao Jornal O Popular)

A saúde preventiva da família envolverá núcleos e equipes especializadas multidisciplinares suficiente para prestar assistência integral, contínua e de boa qualidade à população. Devemos enfrentar os fatores de risco e promover práticas que garantam melhor qualidade de vida e que mantenham o bom estado de saúde das pessoas. Agindo assim, não haverá sobrecarga no Sistema Único de Saúde, nem gastos desnecessários com intervenções médicas, já que

o usuário foi atendido no momento oportuno. Visando efetividade da estratégia, é de nosso interesse estender e especializar a saúde preventiva, atingindo grupos e minorias em situação de vulnerabilidade social: menores, mulheres, idosos, deficientes, comunidades tradicionais, usuários de drogas e álcool, pessoas com transtornos psiquiátricos.

Atualmente, a municipalização da saúde não atende às demandas no setor, isto é, observamos que os municípios estão suportando um ônus demasiado, os mesmos não têm as condições técnicas e financeiras para garantir o atendimento digno e eficiente aos usuários do SUS. O estado não pode ser um expectador do sofrimento da população, como vem acontecendo em Goiás, onde existem sistemas municipais isolados, superlotados e sucateados.

A vida é o bem mais precioso. Não podemos admitir a sua mercantilização, muito menos o sucateamento dos serviços de saúde. Todas as pessoas envolvidas no Sistema Único de Saúde (gestores, servidores, usuários) devem estar sensíveis e comprometidas com a melhoria da saúde pública no estado. Defendemos dois caminhos entrelaçados: do bem-estar e satisfação do usuário; e da humanização e eficiência do SUS.

Para tanto, entendemos ser necessário mudar a visão política da saúde no estado. Isto implica: praticar novos métodos e ações mais inclusivas na área; implementar novas tecnologias e procedimentos administrativos inteligentes; formar e qualificar de forma contínua os profissionais da saúde; construir redes de articulação federativa (políticas microrregionais de saúde); incluir as municipalidades na gestão da Central de Regulação; manter abertos os canais de diálogo com a sociedade e com o usuário, possibilitando a participação e o controle social; e avaliar permanentemente os sistemas e os serviços de saúde. Os compromissos que assumo junto ao povo goiano estão a seguir resumidos:

- Resgatar a função do estado na gestão de ações e serviços de saúde à população.
- Instituir consórcios públicos intermunicipais de saúde como forma de fortalecer o gerenciamento regional da saúde no Estado de Goiás.
- Implantar AME PLUS - Ambulatório Médico de Especialidades.
- Implantar centros de referência em odontologia de média e alta complexidade.
- Reorganizar a disponibilidade da oferta de serviços dos principais hospitais geridos pelas Organizações Sociais.
- Estruturar a internação domiciliar com o objetivo de humanizar o atendimento e diminuir custos de diárias de UTI de pacientes crônicos.
- Estabelecer parcerias por meio de convênios ou outros instrumentos com entidades da sociedade civil que prestam serviços de amparo a dependentes químicos.
- Fortalecer a gestão do sistema de saúde utilizando-se de indicadores e tecnologia da informação para tomada de decisão estratégica em saúde, baseadas nas contratualizações acordadas.
- Efetivar a central de inteligência em saúde, com base na tecnologia da informação para congregar informações determinantes e condicionantes em saúde, com objetivo de tomar decisões estratégicas com foco em resultados para população.
- Estabelecer parcerias para apoiar, orientar e melhorar a prática de atividades físicas em hipertensos crônicos, diabéticos, doentes reumáticos, obesos.
- Facilitar o acesso da população à saúde com qualidade e humanização, com profissionais de saúde qualificados e exames complementares laboratoriais básicos, além de equipamentos médico-hospitalares essenciais.
- Apoiar a atenção primária da saúde de família, parametrizada conforme orientação do MS, criando equipes regionais de apoio com psicólogos, educadores físicos e nutricionistas..

- Efetivar a regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde.
- Fazer funcionar, com excelência, os hospitais regionais existentes e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões do estado para serviços de média e alta complexidade, através da ampliação da gestão regional e do aperfeiçoamento e ampliação da rede por meio de parcerias com o terceiro setor.
- Priorizar a eficiência e a equidade nas ações e serviços prestados, humanizando e melhorando a qualidade do atendimento.
- Implementar a telemedicina como recurso do sistema de saúde.
- Fomentar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão.
- Efetivar a regulação, a avaliação, a auditoria e o controle social do SUS.
- Ampliar serviços de atenção básica, em parceria com os municípios, e da vigilância em saúde.
- Fortalecer a assistência farmacêutica, laboratórios e os Serviços de Apoio, Diagnóstico e Terapêutica (SADT).
- Otimizar a distribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de UTI disponíveis pelo Sistema Público de Saúde e gerenciar melhor sua utilização pelo sistema.
- Dar prioridade para gestão de unidades e serviços de saúde, sob a responsabilidade direta do ente estadual e para serviços próprios e filantrópicos na aplicação de recursos.
- Reestruturar os serviços de atenção psicossocial no estado.
- Desenvolver serviços de atendimento à urgência e à emergência, incluindo o serviço móvel de urgência.
- Implementar políticas de saúde intersetoriais e transversais, relacionadas às questões ambientais, às questões sanitárias e às demandas das populações e grupos vulneráveis.
- Fortalecer a política de transplante no estado, ampliando as informações e o controle nas regiões.
- Priorizar ambientes de serviços adequados às necessidades técnicas e da população usuária.
- Valorizar a atuação dos servidores do Sistema de Saúde de Goiás.
- Buscar fixar os profissionais de saúde nas regiões mais distantes.
- Implantar política de educação permanente em saúde.
- Implementar ações e serviços de saúde bucal.
- Levar aos municípios goianos e às regionais da saúde equipamentos de tecnologia da informação (TI) necessários para se fazer contatos online, em tempo real, entre o nível central, regionais e unidades municipais, com o objetivo de fortalecer a saúde
- Instalar unidade de referência em doenças Cardiovasculares no Estado
- Instalar unidade de referência em Oncologia para Goiás
- Estruturar a internação domiciliar com o objetivo de humanizar o atendimento e diminuir custos de diárias de UTI de pacientes crônicos;
- Estabelecer parcerias por meio de convênios ou outros instrumentos com entidades da sociedade civil que prestam serviços de amparo a dependentes químicos.

GOIÁS DA EDUCAÇÃO PLENA



GOIÁS DA EDUCAÇÃO PLENA

"As áreas sociais serão nossa prioridade. Vamos resgatar as funções específicas do Estado. Quero fazer convênio com os municípios. Vou fazer um trabalho no ensino básico, no ensino fundamental, que é importante para evolução das crianças."

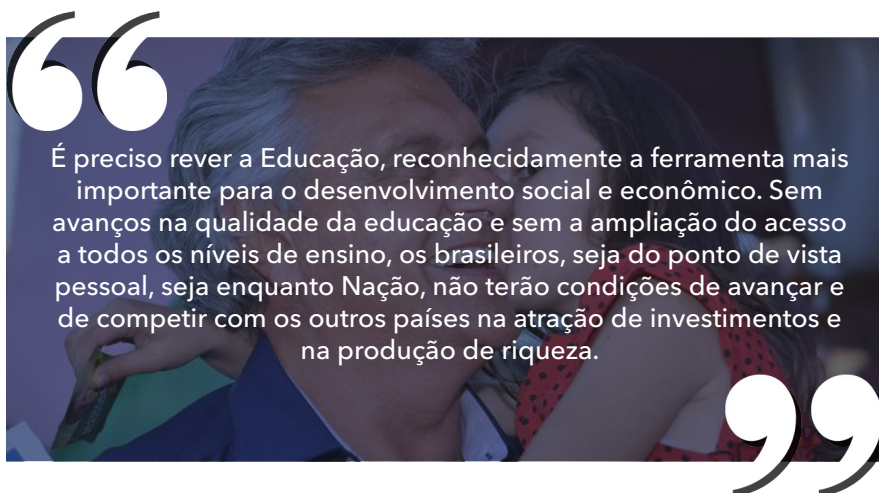
(Senador Ronaldo Caiado, em entrevista à Rádio Sucesso FM, 03 de julho/2018).

SITUAÇÃO ATUAL

PARA conseguir dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento, as políticas públicas de educação, de ciência e de tecnologia assumem um papel de extrema relevância no momento atual da história de Goiás.

A Educação Básica, em particular, é decisiva para a construção de uma sociedade baseada no mérito, no valor do trabalho e fundada em uma verdadeira igualdade de oportunidades. A educação e o progresso econômico podem assegurar ao cidadão a autonomia, a liberdade e o progresso que são as bases de uma sociedade livre, democrática e próspera.

Em nossas escolas públicas, que atendem à maioria de nossas crianças e jovens, principalmente oriundos da população menos favorecida e desatendida dos direitos básicos previstos em nossa Constituição, encontramos a "morte precoce" dos futuros cidadãos, professores e profissionais da educação.



(Ata da Convenção de Fundação do Democratas - Reunião que contou com participação do então Deputado Ronaldo Caiado, em 28 de março de 2007)

As atuais políticas educacionais passam longe de uma educação que contribua para a autonomia e a liberdade do cidadão e passam longe de uma educação que permita ao jovem ser mais produtivo. Considerando a situação real em que se encontra o sistema e as unidades educacionais, são necessárias mudanças a partir de uma nova gestão administrativa e pedagógica, que se comprometa com uma educação com qualidade, inovação em seus métodos e em sua tecnologia. Uma educação que promova a valorização dos profissionais da educação, incentivando-os a serem mais produtivos e comprometidos com bons resultados pelos estudantes. E também uma educação que garanta acessibilidade, inclusão social, participação da comunidade e melhores oportunidades para geração de trabalho, emprego e renda. A educação pública deve servir, prioritariamente, à comunidade. É para ela que o sistema existe e deve funcionar.

A educação, a ciência e a tecnologia são componentes fundamentais para resolvermos o problema da produtividade e da inovação na economia, que são requisitos essenciais para o crescimento do emprego e da renda. Seu design, governança e infraestrutura têm impacto direto sobre a vida e as oportunidades dos cidadãos, em um cenário no qual a desigualdade social está presente no espaço educacional, com escolas que ainda não participam da sociedade e se encontram divididas por fronteiras invisíveis que tomam a forma de exclusão social, cultural e econômica.

Nossa meta fundamental, aquela para a qual caminharemos a passos largos e seguros, para os objetivos a serem alcançados, é a educação como agente transformador, emancipador e inclusivo.

Há a necessidade urgente de promovermos mudanças significativas no espaço do EDUCAR. Espaços esses místicos para estudantes, professores e comunidade, juntos, “aprenderem a aprender”, “aprenderem a ser”, “aprenderem a estar” e “aprenderem a conviver”. Constituindo, assim, um espaço físico de educação com qualidade social para todos e com atenção às necessidades primeiras de toda a comunidade, como: Saúde, Segurança Pública, Segurança Alimentar, Lazer, Esporte e Cultura.

Nos últimos anos, a gestão da educação em Goiás não foi capaz de assegurar resultados de qualidade e de boa aprendizagem para os seus estudantes. O estado possui 1.046 escolas, mais de 480.000 alunos e cerca de 19.000 professores efetivos em atuação. Contudo, a administração estadual não assumiu uma postura vigilante e proativa para assegurar uma gestão em prol de bons resultados de aprendizagem para a maioria dos estudantes ou sequer em benefício do acesso ao conhecimento e de melhores níveis de aprendizagem. Cada vez mais o conhecimento será um fator decisivo para produção de riquezas e para assegurar à maioria o emprego e a renda. Há necessidade urgente de fazermos uma leitura crítica das verdadeiras causas e problemas do sistema educacional em nosso estado e assim desmascarar o discurso populista de que a educação está “melhorando”.

Os índices educacionais alcançados no estado, evidenciados nas pesquisas e avaliações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constantes também em alguns documentos estaduais, como o Plano Estadual de Educação (Lei n.º 18.969, de 22 de julho de 2015: Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências), evidenciam que o estado de Goiás ainda apresenta números abaixo do desejável.

Um dado particularmente preocupante é a cobertura de vagas em creches, espaço que deveria ser a porta de entrada para a criança numa trajetória de formação consistente para todo



o seu percurso escolar. É possível dizer que esta porta não está aberta para a imensa maioria das crianças goianas, vejamos:

Estima-se que o déficit de vagas em creches no estado pode chegar a 90.000.

A falta de vagas em creches é, sem sombra de dúvida, um fator de grande apreensão para os pais das crianças. Na maior parte das vezes os pais precisam se ausentar para trabalhar e não têm como deixar os filhos a cuidados mais apropriados.

As crianças, por sua vez, são privadas de uma oportunidade fundamental. Diversas pesquisas científicas realizadas nas maiores universidades do mundo encontraram fortes evidências que os cuidados adequados e os estímulos corretos, desde a mais tenra idade, certamente farão diferença na vida das crianças, proporcionando-lhes um maior desenvolvimento cognitivo e físico.

O Governo de Goiás e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUCE) veiculam que o estado alcançou patamares elevados na oferta e nos resultados na Educação Básica. Enfatizam que o estado alcançou e até superou as metas estabelecidas pelo MEC para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). De fato, em 2015 o estado superou as metas ao atingir um Ideb de 5,6 no primeiro segmento do Ensino Fundamental (EF) e de 4,6 no segundo segmento. As metas fixadas eram, respectivamente, 5,2 e 4,5.

Esses dados, contudo, precisam ser examinados com maior ênfase e atenção no quesito qualidade da educação e, só assim, se pode desvendar o engodo que se esconde atrás desses números. Ele começa a revelar-se, sobretudo, quando se percebe que os índices do Ideb foram “impulsionados” nos últimos anos, em Goiás, pelo aumento nas taxas de aprovação dos alunos.

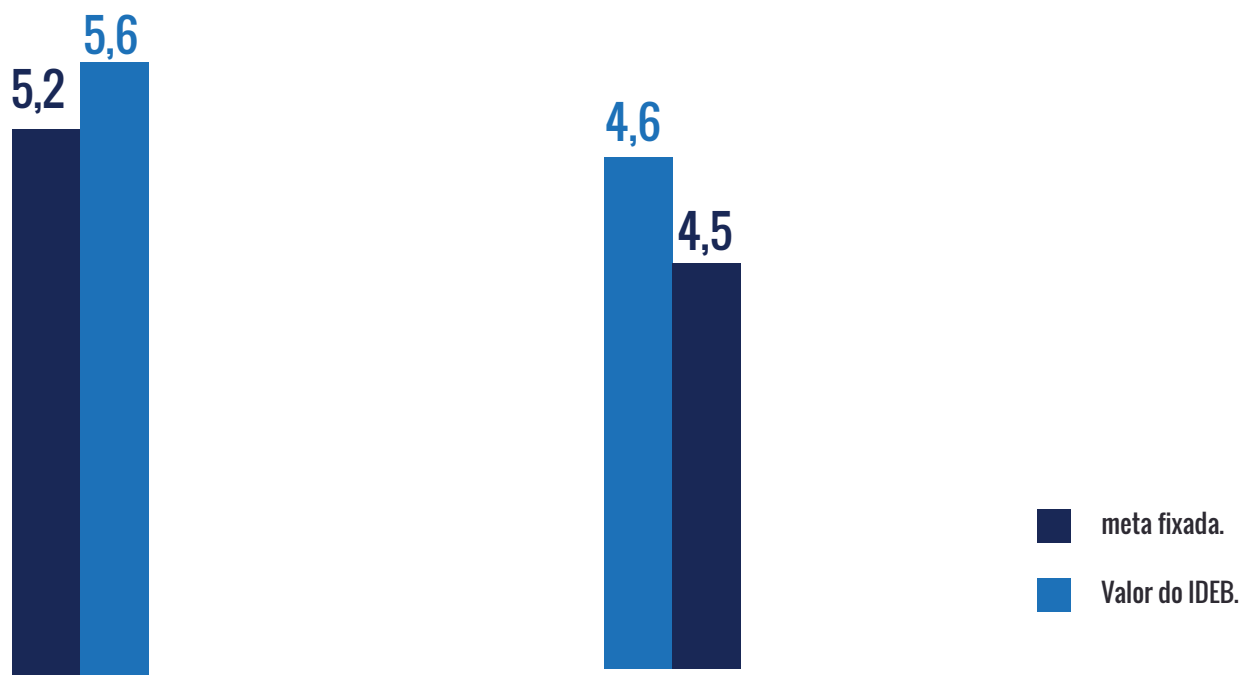
A taxa de aprovação no primeiro segmento do Ensino Fundamental usada no cálculo do Ideb pelo INEP MEC foi de 95%, já no segundo segmento foi de 90%. Pode-se dizer, fazendo coro à propaganda oficial, que estes são indicadores de primeiro mundo.

Entretanto, o Ideb, que é o principal termômetro da educação brasileira, não se resume a taxas de aprovação. O índice também é composto pelos níveis de aprendizagem, os quais são medidos por meio dos resultados alcançados pelos alunos na Prova Brasil.

Os baixos resultados de aprendizagem explicam uma realidade na qual poucos alunos das escolas públicas de Goiás chegam aos ciclos mais avançados sabendo interpretar um texto ou dominar conceitos básicos das ciências, da história, da matemática, da realidade em que vivem ou contar e estabelecer parâmetros intelectivos entre os vários conteúdos disciplinares e a realidade concreta em que vivem.

Abaixo apresentamos os resultados de aprendizagem sumarizados, conforme estudo feito pela iniciativa Qedu, que pertence à Fundação Lehman, instituição voltada à propagação de boas práticas em educação. A análise tomou por base os resultados da Prova Brasil, aplicada em 2015.

A situação é, para dizer o mínimo, dramática.



PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em 2015, o Estado superou as metas ao atingir um Ideb de 5,6 no primeiro segmento do Ensino Fundamental (EF).

SEGUNDO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Estado superou a meta ao atingir um Ideb de 4,6 no segundo segmento.

1º Segmento do EF

A taxa de aprovação no primeiro segmento do EF usada no cálculo do Ideb pelo INEP MEC foi de 95%.



2º Segmento do EF

Já no segundo segmento foi de 90%.

EM PORTUGUÊS NO 5º ANO DO EF:

56% com aprendizagem adequada

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino estadual.

Dos 75.408 alunos, 42.120 demonstraram o aprendizado adequado.

PORTUGUÊS, 9º ANO:

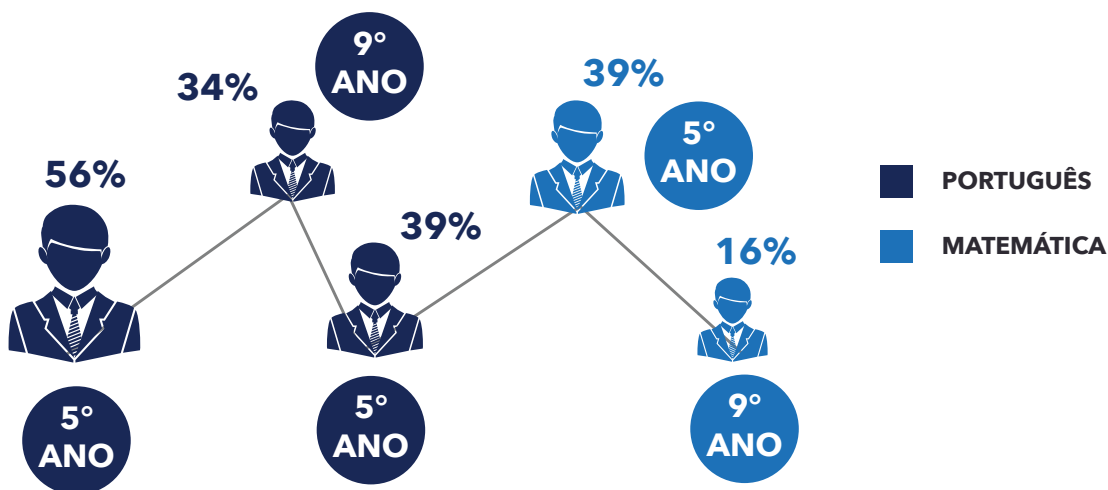
34% com aprendizagem adequada

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino estadual.

Dos 68.444 alunos, 23.825 demonstraram o aprendizado adequado.

Nota-se que, no aprendizado de língua portuguesa, a base construída nos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) não é boa. Pouco mais da metade dos alunos alcançaram o padrão considerado adequado.

Contudo, o dado mais constrangedor para o sistema estadual de educação é que no 9º ano o percentual é menor: menos de 40% dos estudantes alcançaram o nível adequado. O estado é o administrador das escolas que abrigam mais de 200 mil estudantes no segundo segmento do Ensino Fundamental.



Em matemática, os resultados são ainda mais desanimadores e evidenciam, de forma inequívoca, o fracasso do sistema estadual de educação no quesito qualidade. Conforme apurado pela iniciativa Qualidade da Educação, a partir da Prova Brasil do MEC, tem-se que:

MATEMÁTICA, 5º ANO:

39% com aprendizado adequado

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas de lógica e matemática até o 5º ano na rede pública de ensino estadual.

Dos 75.408 alunos, 29.456 demonstraram o aprendizado adequado.

MATEMÁTICA, 9º ANO:

16% com aprendizado adequado

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede pública de ensino estadual.

Dos 68.444 alunos, 11.031 demonstraram o aprendizado adequado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que o Ensino Fundamental tem os seguintes objetivos (Lei n.º 9.394/1996):

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Considerando os objetivos definidos em lei, o Ensino Fundamental ofertado pela rede estadual de ensino em Goiás não está atingindo esses objetivos. Um compromisso de nossa gestão na educação será o de transformar essa realidade de má qualidade.

Por sua vez, a LDB, definiu como objetivos do ensino médio (EM):

- V. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- VI. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- VII. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- VIII. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A linha interpretativa mais correta das diretrizes legais é de que o ensino médio é a etapa da Educação Básica que se destina a preparar os jovens para o ingresso no Ensino Superior e, para desta forma, poderem frequentar um curso universitário com uma base sólida que lhes permita alçar o pleno desenvolvimento intelectual e uma formação profissional e acadêmica com a consistência que Goiás necessita.

Por outro lado, para os estudantes que não pretendem cursar o Ensino Superior e priorizam seguir uma carreira técnica, o ensino médio deve assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e de habilidades que os permitam ingressar no mercado de trabalho.

"A reforma do ensino médio, Senador Pedro Chaves - V.Ex.^a que conhece da matéria e sabe -, é a maior revolução no ensino do País. Nós daremos uma oportunidade aos jovens de se interessarem agora em fazer o ensino médio, podendo optar, sim, por um curso profissional e tendo a opção também, amanhã, de fazer a sua carreira profissional."

(Pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado, no Senado Federal, em 05/04/2017).

Diante desses desafios, como anda o ensino médio em Goiás? Inicialmente, cumpre destacar que cerca de 25% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, este é o retrato feito pelo IBGE em 2015. Esta é a faixa etária em que os jovens deveriam estar, desde que matriculados na idade correta, frequentando o ensino médio.

Em se tratando do ensino médio, alguns números também podem ser usados para “dourar a pílula”. No Ideb mais recente (2015), Goiás atingiu o terceiro lugar entre as Unidades da Federação, ficando atrás apenas de Pernambuco e de São Paulo.

Porém, essa posição no ranking também é um engodo. Apenas para se ter uma ideia, a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, fixou como meta do Ideb para 2015 o patamar de 4,3, ou seja, Goiás e os dois primeiros estados no ranking não atingiram a meta fixada no PNE. Uma das prioridades que eu assumo como compromisso é implantar a reforma do ensino médio em Goiás, reforma que ajudei a aprovar no Senado Federal. Ademais, é preciso perseguir a qualidade do ensino por meio da ampliação do número de escolas em tempo integral e aumentar o número de vagas em Ensino Técnico e Profissionalizante, que hoje é reduzido na rede estadual.

Outro indicador que revela a baixa eficiência do ensino médio em Goiás é a taxa de distorção idade-série, que indica a proporção de estudantes que estão fora da idade correta para o ano escolar. Em 2016, conforme calculado pelo Inep/MEC, a partir do Censo Escolar, 26% dos alunos estavam em situação de distorção.

Este alto percentual de distorção idade-série representa um desperdício de recursos humanos e financeiros. Os jovens que estão fora da idade correta para sua série escolar veem seus sonhos se frustrarem porque não conseguem progredir na escola. A distorção representa um grande desperdício de recursos financeiros que são entregues pelo cidadão na forma de impostos e tributos ao Poder Público Estadual. Estes recursos precisam ser usados com eficiência. É preciso melhorar a escola, torná-la mais atrativa e de acordo com as necessidades dos jovens, sobretudo daqueles que precisam adquirir conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho logo após concluírem o ensino médio.

Para melhorar o ensino médio, fazer avançar o Ideb desse nível da Educação Básica e usar os recursos orçamentários com mais eficiência, apresentaremos algumas proposições, neste documento, para o julgamento do povo de Goiás.

Pelos dados já expostos, estamos, como se vê, diante de um fenômeno que precisa ser explicado: como um estado com os recursos de que dispõe Goiás consegue ter uma educação muito aquém de parâmetros de qualidade mínimos?

A baixa qualidade da educação no ensino médio do estado é tão grande e perversa que só podemos explicá-la pela deformação da própria estrutura do estado como gestor.

RANKING IDEB ENSINO MÉDIO



Fonte: Ideb – 2015 – Inep/MEC.

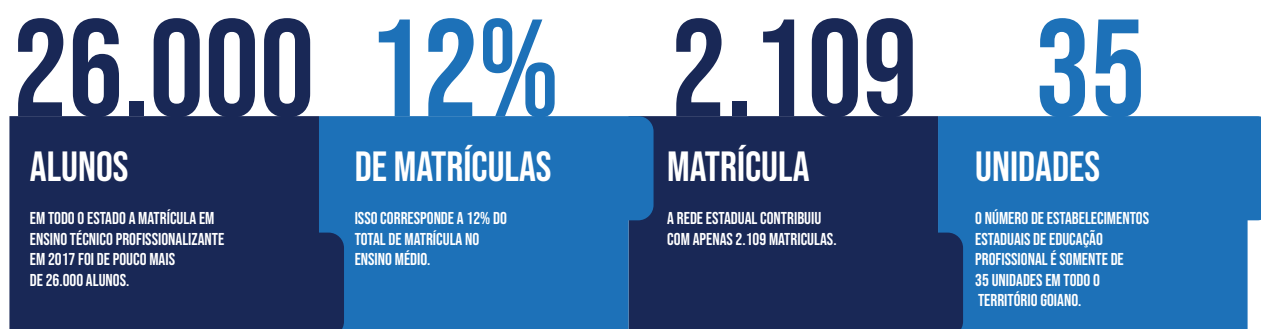
Em 2016, 26% dos alunos do ensino médio nas escolas estaduais estavam em situação de distorção.

“O quadro é tão grave que precisa de uma atenção maior quando nos defrontamos com um Estado que sempre foi referência de produção, de trabalho, produtividade e eficiência, mas hoje não consegue manter as condições mínimas de vida dos cidadãos. A insegurança pública, o abandono da saúde e o descaminho da educação completam o quadro de indignação e revolta dos goianos”.

(Senador Ronaldo Caiado – ‘A oligarquia dos carrapatos’, artigo publicado no site, em 10 de novembro de 2017)

Quanto ao Ensino Técnico e Profissionalizante, a participação da rede estadual na oferta desta modalidade de ensino é, para dizer o mínimo, pífia, senão vejamos:

MATRÍCULAS EM ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM GOIÁS - CENSO ESCOLAR 2017



Ora, como esperar que o jovem possa ingressar no mercado de trabalho e aumentar a sua empregabilidade se sua preparação em níveis mais adequados não foi assegurada?

Os dados sobre a escolaridade da população em Goiás demonstram que a média de anos de estudo da população acima de 25 anos de idade, em 2015, era de 9,12 anos. Porém, o estado avançou em relação a 2004, quando a média de anos de escolaridade era de 6,2 anos.

No cenário mais recente (2015), o estado está acima da média nacional em anos de estudo para o grupo de pessoas com 25 anos ou mais, mas é preciso avançar. É preciso buscar atingir 12 anos de escolaridade da população adulta. Este é o patamar dos países desenvolvidos que deve

ser a referência para Goiás, uma meta que deve ser almejada sob a liderança de um governo comprometido com mais e melhor escolaridade para os goianos.

Por todo exposto, estamos convictos que os resultados até aqui alcançados pelo estado evidenciam fragilidade da atual gestão em promover uma educação pública de qualidade, especialmente no que se refere aos níveis de aprendizado, o que nos remete à necessidade de se buscar formas de mudança do atual quadro apresentado.

Neste cenário, vale citar a LDB, na qual está estabelecida que a educação brasileira deverá ser universalizada com a oferta de ensino para toda a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete)

anos de idade. Compreende, portanto, como oferta obrigatória os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio a todos, inclusive aos que não tiveram acesso ao ensino na idade correta.

Importantíssimo ressaltar o que é obrigação do governo estadual quanto ao que deve ser ofertado pelas escolas públicas, conforme consta no inciso VI do artigo 10 da LDB, in verbis: “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no artigo 38 desta Lei”.

A oferta de creches e de Educação Infantil (esta sim modalidade obrigatória), como etapa inicial da Educação Básica, é de responsabilidade dos municípios. Compete ao estado a elaboração de políticas públicas de abrangência estadual para a área, em conjunto com os municípios, por meio de articulação e de apoio para o seu desenvolvimento, além de estabelecer parceria para outros encaminhamentos, como a formação dos profissionais para atuarem na área.

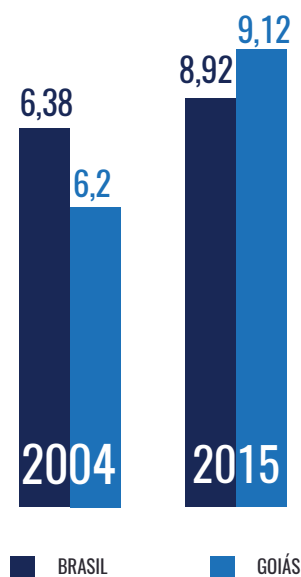
No que se refere à Educação Profissional, enquanto qualidade, não foi realizada, ainda, uma avaliação formal, pelo estado, do desenvolvimento de suas ações, especialmente uma avaliação externa, como existe no Ensino Fundamental e Médio, através do Ideb e Enem.

Com esta falta de avaliação formal, percebe-se certa fragilidade das Unidades, especialmente quanto à infraestrutura física e à desvalorização dos profissionais que nela atuam, bem como aos cursos oferecidos. O estado de Goiás não tem uma matriz estruturadora da política pública de qualificação profissional dentre as diversas ações públicas formalmente constituídas, especialmente em sintonia com a política socioeconômica e com o mapeamento da necessidade de profissionais como estratégia para o desenvolvimento, com foco em demandas adequadas às vocações locais e regionais.

As parcerias público-privadas de capacitação com foco no mercado, que certamente podem alavancar o desenvolvimento do estado, não ocorreram devido à falta de rede pública bem estruturada.

Além disso, o estado possui ainda uma política não muito institucional para o corpo docente das nossas escolas e precária em termos de fortalecimento e aprimoramento da carreira profissional. Hoje, são mais de 14.000 professores cujo vínculo é temporário. A tabela abaixo, extraída do Portal da Transparência do Estado, resume a folha de pagamento de docentes no mês de junho, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado:

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POP. ACIMA DE 25 ANOS – IBGE - 2004 E 2015



Tipo de Vínculo Agrupado	Quantidade de Servidores	Valor de Proventos
Efetivo	20.096	R\$ 140.506.597,20
Efetivo/comissionado	59	R\$ 722.956,63
Requisitado	48	R\$ 243.283,20
Requisitado/Comissionado	3	R\$ 15.812,44
Temporário	14.486	R\$ 39.115.394,33
Total Geral	34.692	R\$ 180.604.043,80

Folha de pagamento de professores do Estado de Goiás - junho/2018 - Fonte: Portal da Transparência/GO - <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/pessoal/folha-de-pagamento>. Consulta realizada em 08/ julho/2018.

Certamente existem hipóteses aceitáveis de contratação temporária, previstas na Constituição, para casos excepcionais, mas na prática os dados retratam uma contraditória “política permanente de contratação temporária”, prejudicando o sistema educacional, os alunos e os professores.

Assim, o processo de regularização do vínculo dos profissionais da educação é uma exigência constitucional e um pré-requisito para qualquer política significativa de qualificação e de gestão de pessoal.

Além de buscar de forma intensiva a melhoria dos padrões de funcionamento da Educação Básica, é preciso olhar para a Universidade Estadual de Goiás (UEG), que é um patrimônio educacional, cultural e científico do nosso estado e, por isso, precisa ter condições para mudar de patamar. Diversos são os problemas vivenciados na Universidade, dentre os quais os que chamam maior atenção estão a seguir destacados:

- Falta de critérios técnicos e acadêmicos na nomeação dos dirigentes universitários. Por exemplo, entre 2017 e 2018, visando às eleições, e sem nenhum critério técnico, foram criados mais de 10 cursos de graduação, apenas para agradar políticos aliados do governo;
- Os campi universitários convivem com absoluta falta de segurança, a título de exemplo: a falta de iluminação e a ausência de uma política de segurança têm deixado a comunidade universitária da UEG apreensiva e gerado um clima de total insegurança dentro da instituição. Houve uma precarização da iluminação e ausência de uma política de segurança para a universidade;
- As avaliações realizadas, pelo Inep por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), não foram positivas. No último ciclo de avaliação nenhum dos cursos oferecidos pela Universidade alcançou a nota cinco.

COMPROMISSO NA EDUCAÇÃO

Como ponto de partida para o desenvolvimento da política pública de educação do estado de Goiás, é importante destacar que o Brasil possui o Plano Nacional de Educação (PNE), com as suas Diretrizes Gerais definindo Metas e Estratégias de Ações, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional. O estado de Goiás, por sua vez, também possui um plano no qual foram fixadas diretrizes e metas, aprovadas pela Lei n.º 18.969, de 22 de julho de 2015.

Desta forma, pretendemos, em nossa gestão, desenvolver e fortalecer as metas, diretrizes e estratégias constantes do Plano Estadual de Educação (PEE), respeitando o modo pelo qual foi construído o processo que gerou o plano e toda a legislação educacional vigente. Assim sendo, não mediremos esforços para seu cumprimento. Entretanto, precisaremos considerar as condições do estado em cumprir as periodicidades estabelecidas no plano. Caso sejam necessárias alterações nas metas inicialmente propostas, serão realizadas em diálogo com o povo goiano e, particularmente, com toda a comunidade escolar.

A partir de então, prioritariamente, objetivaremos construir políticas de integração e articulação entre o estado e os municípios para o desenvolvimento de uma educação de qualidade – transformadora, emancipadora e inclusiva – por meio de mecanismos legais para o fortalecimento conjunto da ação pública, visando o desenvolvimento de colaboração e de cooperação, norteadas principalmente pela Meta quatro do Plano Estadual de Educação: assegurar qualidade na Educação Básica.

O estado de Goiás é muito rico em sua cultura e diversidade, tornando-se imperiosa e fundamental a busca incessante da inclusão de todos no atendimento educacional. Uma nova concepção e implementação gradativa de escola pública de qualidade, respeitada e valorizada pela sociedade, com ampla participação da comunidade e com acessibilidade para todos é imprescindível, tornando-se essencial para a construção de projetos que possam ser capazes de revolucionar as bases estruturantes do ensino, promovendo a estruturação de uma consciência crítica no aluno e que contribua para situar o estado de Goiás em um patamar elevado de desenvolvimento social.

Nossa tarefa, como gestor público responsável pela educação em nosso estado, será conceber fisicamente e culturalmente uma escola capaz de educar as crianças, os jovens e os adultos, tal como eles são, a partir das especificidades locais e da situação real em que se encontram no campo ou nas cidades.

Para isso devemos avançar na articulação das políticas setoriais e intersetoriais no âmbito da educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente.

Um dos grandes desafios a serem alcançados pela nova gestão é construir bases sólidas na Educação Básica para que possamos conduzir uma política de Educação Superior acompanhada

Meta 4 – Assegurar até a vigência final deste Plano a melhoria da qualidade da Educação Básica em suas etapas e modalidades e do fluxo escolar, a partir dos indicadores das avaliações externas, incluindo e cumprindo os índices estabelecidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

de formação de recursos humanos de alto nível. Nessa direção, o estado implementará políticas públicas que favoreçam os processos de internacionalização e de mobilidade acadêmico-científica intra e interinstitucional, bem como a geração de processos e produtos inovadores que impulsionem a competitividade e o desenvolvimento.

Pelo exposto até aqui podemos assim resumir os principais problemas na educação do estado de Goiás a serem enfrentados em nossa gestão:

- O acesso às creches é muito restrito. Essa etapa do ensino exerce grande influência sobre o desempenho escolar nas etapas seguintes.
- O Ensino Fundamental está universalizado, mas Goiás precisa melhorar nos indicadores de qualidade, como: nível de proficiência médio maior e percentual de alunos com aprendizagem adequada.
- É preciso intensificar os esforços em proficiência nas etapas iniciais.
- É preciso reduzir a grande heterogeneidade entre os municípios do nordeste do estado, que possuem indicadores mais críticos.
- O Goiás e o Brasil, quando o assunto é o ensino médio, precisam avançar muito na conclusão desta etapa.
- Ensino Técnico e Profissionalizante: proporção de matrículas baixa quando comparada com outros Estados brasileiros.

Nossas propostas de enfrentamento dessa dura realidade, abaixo apresentadas, são a materialização do atendimento às missões constitucionais do estado na seara da educação, dentro da disciplina legal dos Planos Nacional e Estadual de Educação, ambos aprovados pelos respectivos Poderes Legislativos.

- Valorizar os profissionais e oferecer condições básicas nas unidades educacionais para que possam efetivamente realizar suas atividades.
- Aumentar a segurança nas escolas, por meio da ampliação de batalhões escolares, do investimento na segurança patrimonial das escolas e da implementação de metodologias de fomento à cultura da paz nas escolas
- Instalar bibliotecas e laboratórios de ciências na escola que não dispõe destes equipamentos.
- Garantir os repasses constitucionais para a Educação.
- Realizar exame estadual de avaliação do ensino nos anos alternados ao Ideb.
- Estabelecer ações em conjunto com os municípios e instituições para ampliar a taxa de atendimento de jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo no estado.
- Reduzir o déficit de vagas em creche aportando recursos do estado em parcerias com municípios e entidades do terceiro setor;
- Reduzir a escassez de infraestrutura e de recursos pedagógicos nas escolas estaduais, com foco em:
 - o Aumentar a quantidade de escolas que possuem dependências acessíveis aos portadores de deficiência.
 - o Reduzir os índices de evasão escolar.
 - o Elevar a qualidade do Ensino Médio, com investimento em docentes, em planos de ensino e em equipamentos.

- o Criar incentivos à permanência na escola dos alunos mais vulneráveis ao abandono.
- Aumentar significativamente as vagas de Ensino Profissional Integrado com o Médio.
- Melhorar a sistemática de mapeamento no estado das demandas do setor, de forma integrada, para gerar banco de dados estatísticos e gerenciais a fim de aprimorar a qualidade das políticas educacionais.
- Estabelecer em parcerias com os municípios formas de colaboração e cooperação para fortalecer o sistema de ensino.
- Fazer proveito das experiências de sucesso no Brasil e em Goiás para aprimorar a eficiência na educação.
- Ampliar gradativamente a oferta de educação integral.
- Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais nas unidades educacionais para pessoas com necessidades especiais, nas classes comuns, e viabilizar as condições de acessibilidade.
- Promover a realização de Concursos Públicos, na medida das necessidades de regularização do vínculo dos profissionais da educação nos termos da legislação específica.
- Ampliar a estrutura logística de transporte escolar.
- Implementar ações de fortalecimento de atividades do Sistema de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação.
- Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais.
- Desenvolver ações educacionais específicas para os privados de liberdade e os que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Assegurar acesso, permanência e aprendizagem ao aluno.
- Estabelecer a implantação de políticas públicas de Educação Infantil, assim como um Programa de Educação de Qualidade para o Ensino Fundamental voltado aos municípios.
- Realizar uma Avaliação da Educação Profissional Pública, ajudando na ampliação de vagas e melhoria da qualidade;
- Implementar políticas de educação ambiental.
- Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade.
- Aumentar o número de escolas estaduais com oferta de ensino integral: disponibilizar essa modalidade em, pelo menos, 50% da rede estadual de ensino, cobrindo até 25% do total de matrículas.
- Criar plano especial de vagas em estabelecimentos públicos de ensino para crianças e jovens em situação de risco.

Propostas para a Universidade Estadual de Goiás

Para o Ensino Superior, propomos desenvolver ações inspiradas no seguinte:

- Novo ordenamento institucional que elimine a politicagem nefasta que destrói sua democracia, seus valores acadêmicos e sua estrutura administrativa e que possa ampliar o foco da ação educacional, colocando como protagonistas docentes, servidores e estudantes com o objetivo de proporcionar à sociedade o melhor de sua produção científica, cultural e tecnológica.
- Retomada dos investimentos nos setores essenciais da instituição que buscará integrar e envolver a comunidade universitária com os grandes desafios do presente.
- Apoio à adoção de uma política de transparência orçamentária e administrativa na universidade.
- Descentralização dos recursos financeiros da instituição.
- Garantir, por meio de parceria entre a Escola de Governo e a UEG, investimentos na qualificação e na requalificação dos Servidores Técnico-Administrativos.
- Ampliar e fortalecer a assistência ao estudante na UEG.
- Apoiar o aprimoramento do corpo docente da UEG ampliando o número de mestres e doutores na Instituição.
- Fortalecer as políticas de valorização do corpo funcional da UEG.
- Aumentar o protagonismo da UEG como polo gerador de ideia e conceitos para o estado.

GOIÁS DA PAZ E ACOLHIMENTO



GOIÁS DA PAZ E ACOLHIMENTO

“O Estado de Goiás sempre foi um Estado receptivo e acolhedor para todas as pessoas que lá chegam, com um povo trabalhador e uma cultura de trazer para dentro do Estado todos aqueles que ali desejam iniciar ou dar continuidade ao seu projeto de vida.”

(Pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado em 25 de fevereiro de 2016, Senado Federal)

INTRODUÇÃO

A VIDA em sociedade pressupõe coesão social. É esta que garante que o respeito às regras e às normas socialmente estabelecidas sejam maiores ou menores. Para que exista coesão, o mundo desenvolvido criou determinadas condições e avanços em diversas áreas sociais.

Quando o estado não garante um ambiente comunitário seguro para as pessoas, ele não contribui para o bem-estar humano e para o desenvolvimento social. Em uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é possível atestar que Goiás tem IDH-M superior (0,756) à média nacional (0,761) e que certos municípios têm bons indicadores sociais, mas que tantos outros encontram-se em situação vulnerável, com baixo desenvolvimento humano e social.

O estado alcançou um IDH-M superior ao nacional e isso é importante, pois revela a força e a determinação da gente goiana. Contudo, os indicadores médios normalmente escondem grandes desigualdades, representadas por diversas regiões e municípios que estão abaixo da média, ou seja, que estão atrás e não podem ser assim deixados.

As desigualdades entre as regiões do estado podem ser perceptíveis por meio da observação do PIB por habitante, tal como está demonstrado no gráfico a seguir. O sul do estado desponta com um PIB muito superior ao do Brasil e das demais regiões de Goiás.

Somente uma ação governamental focada, que destine recursos a bons projetos e a programas eficazes, aproveitando as vocações de cada região, podem reduzir tais desigualdades e podem, assim, dar maior dignidade aos homens e mulheres das regiões norte, nordeste e noroeste, que são as regiões mais fragilizadas atualmente.

PIB PER CAPITA POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE GOIAS - 2015 (EM MIL R\$)

CENTRO GOIANO	17.925
ENTORNO DO DF	19.540
NORDESTE GOIANO	11.222
NOROESTE GOIANO	15.329
NORTE GOIANO	21.849
OESTE GOIANO	20.861
RM GOIANIA	19.527
SUDESTE GOIANO	33.074
SUDOESTE GOIANO	41.631
SUL GOIANO	31.684

Fonte: PNUD/IPEA/FJP Atlas do Desenvolvimento Humano.

As diferenças escondidas pelas médias e indicadores gerais também podem ser percebidas pela leitura do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O quadro a seguir aponta os municípios com maior IDH-M e os com menor indicador.

Para elevar o patamar médio do IDH-M em Goiás, como prioridade, é preciso olhar com mais foco para as cidades com indicadores mais baixos, além de um investimento melhor em formação de capital humano, em saúde e em educação.

Tabela 01. Os 10 municípios com IDH-M mais alto e com os 10 com o índice mais baixo.

Municípios GO com IDH alto		Municípios GO com IDH baixo	
Valparaíso de Goiás	0.746	Cavalcante	0.584
Nova Aurora	0.747	Flores de Goiás	0.597
Ouvidor	0.747	São Domingos	0.597
Itumbiara	0.752	Amaralina	0.609
Rio Verde	0.754	Montividiu do Norte	0.613

Municípios GO com IDH alto		Municípios GO com IDH baixo	
Jataí	0.757	Monte Alegre de Goiás	0.615
Goiandira	0.760	Sítio D'Abadia	0.617
Catalão	0.766	Mambaí	0.626
Ceres	0.775	Bonópolis	0.630
Goiânia	0.799	Campinaçu	0.631

Fonte: PNUD/IPEA/FJP Atlas do Desenvolvimento Humano - disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

A atuação do nosso governo pretende ir ao encontro das necessidades e das expectativas da população, combatendo os problemas com o intuito de qualificar a vida dos goianos e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes a oportunidade de sonhar com uma realidade muito melhor e tangível.

Existe um conjunto de dimensões que devem ser priorizadas e que devem receber maior atenção e esforço da gestão. Sem prejuízos de outros temas relevantes, definimos cinco frentes de trabalho:

- Segurança
- Habitação de interesse social
- Esporte e Lazer
- Cultura
- Ação Social e Trabalho

Em conjunto, a melhoria dos indicadores das referidas áreas se mostra importante para proporcionar a todos, sem qualquer distinção, os meios e as condições necessárias para o trabalho e o usufruto da vida em sociedade. Sem a pretensão de estabelecer um ranking de valores sociais, avaliamos que a saúde, a segurança e a educação são áreas que se destacam na Administração Pública, já que a prestação dos serviços, a provisão de bens públicos de saúde, a formação escolar de qualidade dos jovens e, ainda, a resposta do estado à criminalidade e à violência estão muito aquém do desejado em Goiás.

Não sendo de outra forma, impera uma sensação inaceitável de desamparo. A população não tem certeza da atenção que irá receber nas unidades de saúde (postos e hospitais), nem da prestação policial e judiciária.

Por outro lado, em ação conjugada, as políticas de esporte, lazer, cultura e entretenimento contribuem para a realização do indivíduo em outras dimensões que não apenas a física, proporcionando a integração desta com as demais dimensões psicológica, social e espiritual. E as políticas de promoção e inclusão social devem ser dirigidas aos segmentos sociais vulneráveis, desconsiderando o caráter meramente assistencialista, de modo a promover ações positivas que, além de corrigir injustiças, perscrutam as necessidades sociais atentas aos diversos aspectos nos quais a vulnerabilidade ocorre, buscando superá-los com medidas conjugadas às demais políticas sociais e econômicas.

O estado não pode apenas tratar emergencialmente dos problemas sociais. Ele deve promover o conforto e o bem-estar da população a partir de políticas públicas mais interativas, aquelas que incentivam as relações interpessoais e, ao mesmo tempo, contribuem para dinamizar ainda mais setores da economia estadual: cultura e entretenimento.

Nosso compromisso é o de romper com a tradição de assistencialismo pelo assistencialismo, que é uma abordagem que não promove a efetiva autonomia das pessoas. Para tanto, deve-se assumir novas posturas na gestão da coisa pública por meio de um estado parceiro e amigo da população; e incentivador dos segmentos do setor terciário moderno.

Desenvolver ações e aplicar recursos públicos na área social é investir em nossa gente, garantir vida digna com qualidade e oportunidades para todos, além de emprego, renda e recursos para o estado.

SEGURANÇA

SITUAÇÃO ATUAL

Aumento da criminalidade e sensação de insegurança do cidadão

“Sr. Ministro, infelizmente, no Funpen, de R\$ 44 milhões destinados ao meu Estado de Goiás, apenas R\$ 5 milhões foram usados, ou seja, 11%, porque infelizmente o Governo não apresentou os planos necessários para que a verba fosse destinada e fosse implementada à recuperação das penitenciárias. Agora o Governo vem, pelo BNDES, e repassa uma nova fonte em torno de, mais ou menos, R\$ 30 bilhões. Bom, infelizmente, o nosso Estado de Goiás também está excluído, porque o Governo de Goiás deixou que o Estado fosse rebaixado. Então, ele está na classificação letra c; como tal, não tem acesso a esse dinheiro”.

(Pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado em sessão do Senado Federal que debateu a aprovação do Sistema Único de Segurança Pública, em 06 de março de 2018).

O crescimento econômico do estado de Goiás, isto é, o aumento do Produto Interno Bruto, contrasta com os altos índices de criminalidade e violência. Entendemos que a criminalidade é um fenômeno complexo, movida por fatores biopsicossociais, mas ainda assim o estado é o principal responsável pela redução das tensões e pela garantia da harmonia social. Sabemos que a produção de riquezas e a geração de empregos não são suficientes para oportunizar a todos trabalho e renda, em verdade, existe forte tendência de concentração do capital e de exclusão dos menos favorecidos neste processo, daí o papel do estado e a necessidade de justiça social.

Analisando dados de Goiás (Atlas da Violência - IPEA 2018) podemos pontuar que: a escalada da criminalidade acentuou-se no estado, especialmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio:

- Goiás está em 8º lugar entre as maiores taxas do país, com 45,3 homicídios por 100 mil habitantes;
- Goiás está entre os 10 estados com aumento mais significativo no indicador, com aumento de 72,2% na última década.
- 4.077 casos de violência na zona rural foram registrados em 2016. Em 2017 foram cerca de 5.320 casos, um aumento de 30% nas ocorrências.
- Alguns municípios de Goiás estão na lista dos 123 municípios responsáveis por 50% das mortes violentas no Brasil, são eles:
 - o Águas Lindas de Goiás
 - o Aparecida de Goiânia
 - o Goiânia
 - o Anápolis
 - o Luziânia
- Entre 2015 e 2016 os casos de estupro em Goiás saltaram de 527 para 670, um aumento de 27%. A taxa dessas ocorrências no Brasil também aumentou.
- Em 2016 foram registrados 1.002 casos a mais de roubo e furto de veículos que em 2015. A tendência nacional também acompanhou esse aumento.

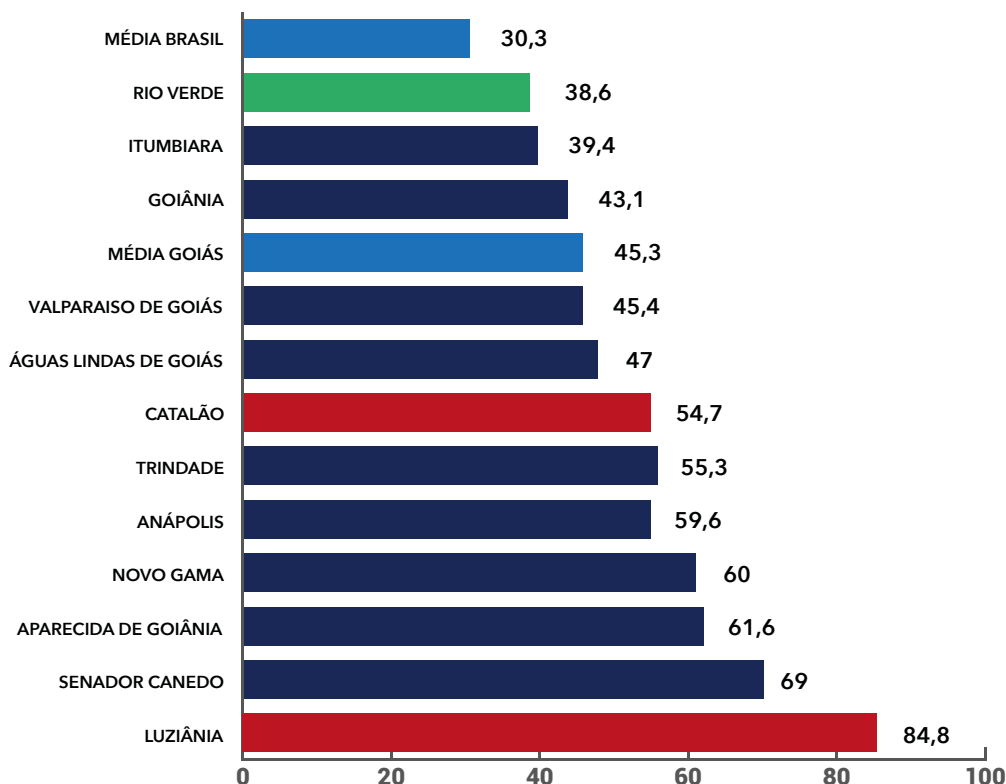
Como se vê, a lista de crimes que mais abala a sociedade teve aumento em termos absolutos e em suas taxas relativas. As estatísticas mostram que crimes contra a vida e contra o patrimônio são muito recorrentes, sem falar da problemática dos crimes que não são contabilizados nas pesquisas em virtude da ausência de comunicação do ilícito às autoridades, o que também demonstra o descrédito da população nas instituições de segurança pública. No geral, os crimes letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte) e os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) são numerosos e causam prejuízos emocionais e financeiros. É indispensável que sejam combatidos por meio de ações eficientes e integradas entre as diversas políticas sociais, pois o nosso objetivo primeiro é o de proteger os cidadãos e resguardar patrimônios.

Está em curso a interiorização da violência, ou melhor, as aglomerações urbanas permanecem com elevadas taxas de criminalidade, mas outras regiões também se destacam neste “mapa do crime”.

Existe um triste perfil dos sujeitos envolvidos e afetados pela violência (autores e vítimas), este retrato deixa claro que se trata de problema crônico, agravado pela deficitária capacidade de resposta do estado.

A propagação da violência vem acompanhada da mobilidade do infrator, logo, a criminalidade organizada e não organizada está expandindo continuamente sua área de atuação, empregando esforços em novas regiões do estado e nichos do mercado clandestino (tráfico de pessoas e drogas, roubo de cargas, roubo a bancos e crimes contra a Administração Pública, redes de exploração sexual, crimes virtuais e outros). A situação dos municípios goianos com população acima de 100 mil habitantes é ainda mais preocupante, como retrata o gráfico a seguir:

TAXA DE HOMICÍDIO NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES - 2016



Taxa de homicídios nos municípios - 2016 Fonte: Atlas da Violência 2018 - IPEA.

O retrato da violência em Goiás contribuiu para aumentar o temor de rompimento da coesão social. Os delinquentes possuem características em comum, mas o que mais assusta, no caso específico de violência homicida, é o perfil homogêneo das vítimas: jovens, negros e pobres. Ademais, atentemo-nos para a situação de vulnerabilidade das crianças, das mulheres e dos idosos em seus lares e na sociedade, para os dramas do abandono familiar, da violência doméstica e do desamparo. A criminalidade tem muitas facetas, não é seguro padronizar o fenômeno nem estabelecer medidas repressoras invariáveis.

Diante dos dados e fatos expostos, constatamos um cenário de guerra urbana em Goiás, que tende a piorar com a combinação de diversos fatores relacionados à má administração: déficit no efetivo das Polícias Civil e Militar; estrutura administrativa precária (prédios, instalações, mobília); falta de condições de trabalho (alimentação, materiais, sistema de informática) e equipamentos (viaturas, armamento, coletes). Assim sendo, o estado não consegue prestar um serviço de qualidade para o cidadão - socorrer a vítima, dar assistência à família e demais prejudicados, prevenir e reprimir o crime. Ao contrário, ele potencializa os efeitos da violência nas cidades, produz artificialmente uma clientela prisional e difunde a cultura do medo e da insegurança.

A segurança pública, constitucionalmente, deve ser uma prioridade do estado, e do nosso certamente será. Pretendemos reformular a noção e a forma de atuação das corporações de segurança pública (Polícias Militar e Civil, Bombeiros e Defesa Civil), assegurando condições de trabalho e valorização profissional dos servidores, eficiência na resposta estatal e atendimento adequado ao cidadão.

Nos últimos anos, o povo goiano assistiu a uma série de notícias sobre rebeliões nos Centros de Atendimento Socioeducativos (Cases). O atual Governo prometeu construir oito casas de semiliberdade, mas apenas uma, das duas previstas para Goiânia, foi entregue. Outras seis ainda estão em construção, nos municípios de Itaberaí, Rio Verde, São Luiz de Montes Belos, Caldas Novas e Itumbiara.

Um dos meus compromissos é de fortalecer as casas de semiliberdade. Teremos que verificar e dotar as casas em construção para o seu efetivo funcionamento. Ademais, teremos que avaliar as necessidades de ampliação de recursos dos Cases, promovendo os investimentos necessários para tanto.

COMPROMISSOS NA SEGURANÇA

INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE (3i)

Investimentos, integração e fortalecimento das instituições de segurança pública para enfrentamento do crime

A criminalidade e a violência assumiram patamares alarmantes em Goiás, que exigem respostas imediatas e incisivas para assegurar proteção ao povo goiano. Em nossa visão, as iniciativas não devem ser resumidas aos investimentos na área de segurança pública unicamente, mas deverão ser estruturadas em políticas concomitantes nas áreas de: educação, cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade urbana, segurança alimentar, emprego e renda, entre outras. Garantindo, assim, a prestação adequada dos serviços hoje ineficazes, além de políticas específicas voltadas aos jovens, mulheres e negros, construindo uma rede de incentivos e proteção social que deverá contribuir com a melhora significativa na área de segurança pública. Não obstante, não podemos pactuar com o sucateamento dos órgãos de segurança.

Nossa visão é diametralmente oposta, não podemos cortar gastos governamentais (policciamento, Defesa Civil, serviços de informação e inteligência), sob pena de sermos cúmplices da bandidagem. Imprescindível é resgatar a admiração da sociedade pelas instituições policiais e isso deve ser feito com o aumento dos investimentos no setor, de maneira que a Polícia Militar consiga reprimir o crime, que a Polícia Civil exerça seu papel investigativo e que o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil atendam satisfatoriamente às demandas.

O primeiro nível de investimento deve ser em pessoal e em condições de trabalho, pois um profissional só pode exercer satisfatoriamente suas funções se for valorizado e se tiver os meios necessários para tanto. O policial deve ter orgulho de ser policial, deve estar motivado para realizar bem o seu trabalho. Por outro lado, a sociedade goiana deve ter orgulho de suas instituições policiais.

O compromisso é ter, nas corporações, quadros de pessoal em número suficiente e remunerados de forma mais condizente com a natureza de suas funções, com bonificação por desempenho. A redução no contingente não pode ser um problema dentro das instituições, ao

contrário, a saída de servidores deve motivar a aposentadoria segura e o reconhecimento do profissional pelos serviços prestados.

O segundo nível de investimento será direcionado às instalações e à construção de ambientes sociais especializados e adaptados à prestação dos serviços. O cidadão quando procura determinado órgão deve ser bem recebido, acomodado em local correto, ouvido e atendido por profissional capacitado. Não devemos dar continuidade a procedimentos policiais burocráticos realizados em lugares insalubres. Aliás, é vergonhoso o estado dos prédios públicos das corporações, das delegacias e das unidades prisionais, locais que depõem contra a dignidade do ser humano. Estrutura administrativa em boas condições físicas e sanitárias é o mínimo que o estado pode proporcionar, mas vamos além: iremos inovar na prestação dos serviços – construiremos espaços particularizados, destinados ao melhor atendimento do cidadão e da vítima (violência doméstica, crime sexual, entre outros).

O terceiro nível de investimento concentra-se na área de inteligência dos órgãos policiais, em outros termos: a implementação de métodos e práticas afetos à tecnologia da informação pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da capacidade das corporações. De tal forma, muitos setores das instituições serão contemplados com mudanças na rotina administrativa, policial, judiciária e em todos os setores das organizações de segurança pública. Esta proposta está em perfeita sintonia com a ideia de articulação das instituições de segurança pública e de fomento ao trabalho em conjunto das Polícias Civil e Militar, fortalecendo, de fato, o aparelho estatal de justiça e de repressão ao crime.

Inteligência, integração e integridade (3i)

- Fortalecimento das Delegacias de Homicídios e Delitos Patrimoniais: pessoal, estruturas físicas e logística;
- Suporte pericial, com ferramentas modernas e profissionais capacitados: laboratórios modernos e profissionais capacitados;
- Núcleo de Combate ao Crime Organizado e à Corrupção, dentro da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, preferencialmente vinculado a Subsecretaria de Inteligência;
- SUSP: formação de um completo banco de dados criminais, padronizando e unificando as informações dos diversos órgãos direta ou indiretamente envolvidos com o tema Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas);
- SUSP: dentro de um tronco comum, implantação de políticas de segurança pública nacional, estaduais e municipais, com indicadores, metas e aferição de resultados, como parâmetros para investimentos a serem realizados nessa área (Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social);
- Novo modelo de atendimento e despacho: Centro Integrado de Atendimento e Operações. Número único para emergências (190); monitoramento remoto de viaturas;
- Boletim Único de Ocorrências;
- Gerenciamento e análise de informações criminais: Mapa do Crime;
- Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP: definição de responsabilidades, estabelecimento de metas, cobrança de resultado e incentivos;
- Melhoria na Gestão: transparência e qualidade nos dados de ocorrências, efetivos policiais e investimento em segurança pública;

- Construção de unidades prisionais de segurança máxima com capacidade para operar em Regime Disciplinar Diferenciado - RDD:
 - o Entre 200 e 300 condenados por cometimento de crimes hediondos com penas de reclusão iguais ou superiores a 8 anos;
 - o Presídios que permitam os presos ficarem em celas isoladas e cada um com sua área individual de banho de sol (contato mínimo entre eles);
 - o Unidades eletronicamente monitoradas e automatizadas;
 - o Disciplina e rigor máximo dentro da lei;
 - o Construções em áreas remotas;
 - o Audiências por videoconferência;
- Reforma ou construção de outras unidades de segurança média: modelo PPP; centrais de audiências nas áreas dos presídios; videoconferências;
- Reestruturar o sistema prisional do estado e expandir as vagas do sistema prisional;
- Fixar metas para retirada de todos os presos de delegacias, inclusive no interior do Estado.
- Criar ou fortalecer as unidades especializadas de prevenção e controle da criminalidade nas regiões rurais, dentro das estruturas das polícias civil e militar;
- Levar as populações rurais programas de prevenção a violência e ao uso de drogas, especialmente aqueles voltados para crianças e adolescentes;
- Montar um sistema específico de pagamento de recompensas às pessoas que prestarem informações sobre autores de crimes e receptadores de produtos oriundo de infrações cometidas em propriedades rurais, dentro do Disque Denúncia Estadual;
- Criação de força tarefa envolvendo Receita Federal, Polícias, Ministérios e Guardas Municipais no combate ao crime organizado;
- Apoio ao armamento das guardas municipais;
- Promover incentivos fiscais, financeiros e linhas de crédito aos municípios para compra de armas, munições, coletes e viaturas;
- Disponibilizar cursos de formação e capacitação aos guardas armados;
- Convênio para trabalho integrado com a Polícia Militar, atuando essencialmente na prevenção aos delitos contra o patrimônio.
- Definir tipologias: quantos policiais por unidade; policiais por habitantes (Mapa do Crime); níveis hierárquicos necessários por corporação/instituição, policiais necessários por Região Integrada de Segurança Pública;
- Promover concursos anuais de recomposição dos efetivos, intercalados com cursos de requalificação para os policiais;
- Aproveitamento mediante pagamento de gratificação de policiais da reserva remunerada, para exercícios de atividades em substituição a combatentes, liberando estes para o serviço de enfrentamento da violência nas ruas;
- Bônus por apreensão de armas de fogo e de drogas ilícitas;
- Incentivos de preferência pecuniários aos policiais civis e militares que alcançarem as metas propostas para redução da violência dentro das Regiões Integradas de Segurança Pública das quais forem responsáveis;
- Operação em pontos diversos das grandes cidades de Goiás, visando somente motocicletas;

- Condomínios com sistemas de câmeras de vídeo serão obrigados a ter parte do equipamento monitorando as ruas.
- Criar programa “De olho na rua”, que estabelece a implantação de câmaras em pontos estratégicos das cidades
- Investir e/ou incentivar a capacitação de porteiros e seguranças particulares para operar rádios ponto a ponto (HT’s)
- Desenvolver programa com foco na redução das taxas de homicídio do estado, com prioridade nos municípios com mais de 100 mil habitantes;
- Combater o crime organizado no estado promovendo integração entre ações antidrogas e os crimes adjacentes derivados do tráfico (roubos de automóveis, cargas, violência na zona rural);
- Aperfeiçoar a patrulha rural no estado, capilarizando a atuação de equipes em regiões estratégicas e com maiores ocorrências;
- Promover a transparência e a qualidade nos dados de ocorrências, denúncias, processos, efetivos policiais e gastos com segurança pública no estado, de forma que a Administração Pública e demais atores envolvidos possam diagnosticar de maneira recorrente os resultados e propor melhorias;
- Modernizar a estrutura administrativa policial e judiciária e estimular a atuação conjunta das Polícias Civil e Militar;
- Ampliar e reestruturar órgãos e delegacias no estado;
- Criar programa de governo para redução da criminalidade, englobando ações governamentais integradas por todos os órgãos de segurança pública e demais Secretarias de Estado que possam colaborar com ações de caráter preventivo;
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, o Policiamento Comunitário e as Ouvidorias, estabelecendo um canal aberto do Governo com a sociedade para os problemas de segurança pública;
- Fortalecer as ações de combate ao tráfico de drogas e as ações sociais de prevenção à criminalidade;
- Realizar fóruns regionais de segurança pública para discussão com a sociedade dos problemas locais de cada comunidade;
- Criação do pós-atendimento para mensuração de resultados de satisfação, correção de procedimentos e suporte à vítima de crimes violentos;
- Promover ações específicas voltadas para a redução de acidentes de trânsito atentos à melhoria na mobilidade urbana e intervindo, simultaneamente, por meio de parcerias com outras Secretarias e órgãos municipais;
- Implantar o Sistema de Gestão pela Qualidade na área de segurança pública;
- Fortalecer a atuação das Corregedorias;
- Formalizar e padronizar as parcerias e as relações entre as instituições públicas e privadas e demais órgãos de governo possibilitando integração de ações sociais que resultam na melhoria da segurança pública;
- Instituir e manter estruturas mínimas funcionais por órgão;
- Implementar um Sistema Único de Tecnologia da Informação, interligando as instituições de justiça criminal e órgãos públicos;
- Reconhecer, valorizar e capacitar continuamente o servidor da área de segurança pública;

- Desenvolver programas e projetos direcionados à prevenção do crime e educação contra a violência e problemas ambientais (por exemplo, incêndios);
- Investir em atividades de inteligência estratégica;
- Apoiar a implantação e o pleno funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública, criado pela Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018;
- Aliar-se à tecnologia para alcançar eficácia e efetividade na resolução de crimes;
- Diagnosticar e desenvolver estratégia de estímulo a melhorias no desempenho das forças policiais do estado;
- Promover o ingresso de novos policiais respaldado em planejamento e previsibilidade;
- Terceirizar o atendimento do Copom;
- Criar um Sistema Único de Registro de ocorrência no Estado;
- Criar instância de pesquisa em Segurança Pública;
- Atualizar o currículo dos cursos de formação do Policial Militar;
- Fechar parcerias com prefeituras para criação de patrulha de gerenciamento de conflitos;
- Fechar parcerias com comércio e com empresas de diversos setores econômicos para otimizar segurança de áreas comerciais e residenciais;
- Usar equipamento eletrônico para melhorar resultados da segurança;
- Adquirir armamento cuja qualidade e aprovação seja mundialmente reconhecida;
- Adquirir um programa de coletes balísticos; equipamentos, fardamento e armamentos.

As políticas precisam ser focadas territorialmente e precisam ter sinergia entre as diversas áreas. O estado deve levar mais insumos para suas escolas existentes nas cidades mais violentas; deve-se oferecer mais e melhores equipamentos de esporte, lazer e cultura.

Algumas diretrizes se destinam ao tratamento do menor infrator. Penso que melhorar a atuação do Poder Público nesta área irá contribuir para que muitos jovens tenham um futuro longe do crime, recuperando aqueles que praticaram atos infracionais. São elas:

- Desenvolver ações com um forte caráter educativo, pautadas em um projeto pedagógico que oriente a ação e a gestão do atendimento socioeducativo;
- Privilegiar o protagonismo juvenil responsável e consequente na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
- O caráter educativo deve ser percebido como agente de mudanças, com posturas e atitudes fundamentadas na visão integral e na crença na capacidade de transformação da pessoa e do adolescente, em sua condição peculiar de desenvolvimento;
- A educação deve ter uma dimensão de exemplaridade e que respeite a singularidade do adolescente, pois estas são condições necessárias na ação socioeducativa;
- A disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa, construindo, coletivamente, regras claras de convivência cidadã;
- Organização espacial e funcional dos programas de atendimento socioeducativo como possibilidades de desenvolvimento pessoal e social do adolescente;
- Participação da família e da comunidade, ativamente, contribuindo e responsabilizando-se pela experiência socioeducativa;

- Participação efetiva da família na dinâmica do atendimento educativo e no desenvolvimento do educando;
- Fortalecimento do núcleo familiar, visando às relações de afeto, às questões de sobrevivência e de exercício da cidadania;
- Processo pedagógico voltado para apreensão de valores que fortaleçam a coesão social, no qual o adolescente deve romper com a prática delituosa, por meio da releitura de sua capacidade de interagir, recriar e construir a sua nova história de cidadania;
- Prática educativa voltada para um atendimento personalizado, individual e em pequenos grupos;
- Valorização dos profissionais que atuam com menores infratores, favorecendo sua formação continuada, um ambiente físico acolhedor, seguro, em modelo residencial, organizado, estruturado pedagogicamente e de forma compartilhada, cuidado e mantido pelo educador e pelo educando.

AÇÃO SOCIAL E TRABALHO

SITUAÇÃO ATUAL

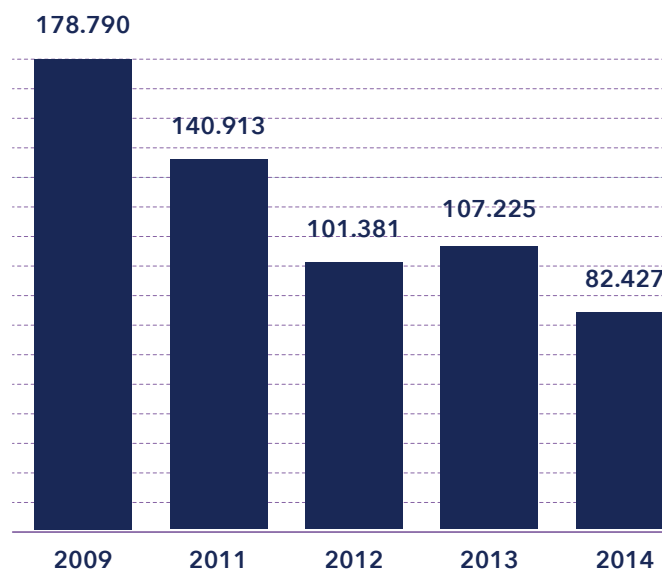
A previsão do setor da agricultura é o desemprego podendo atingir 420 mil famílias. A desestruturação do setor preocupando cada vez mais. Este é o momento de entendermos que esta crise assumiu uma proporção inimaginável.

(Pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado em 22 de março de 2017, Senado Federal)

Exclusão social e precária proteção da população carente

As pesquisas por amostra de domicílio do IBGE evidenciam que as taxas de pobreza diminuíram ao longo dos últimos anos em todo o Brasil e no estado de Goiás isso não foi diferente. O gráfico a seguir contém uma sumarização dos dados:

NÚMERO DE DOMICÍLIO POBRES EM GOIÁS - IBGE



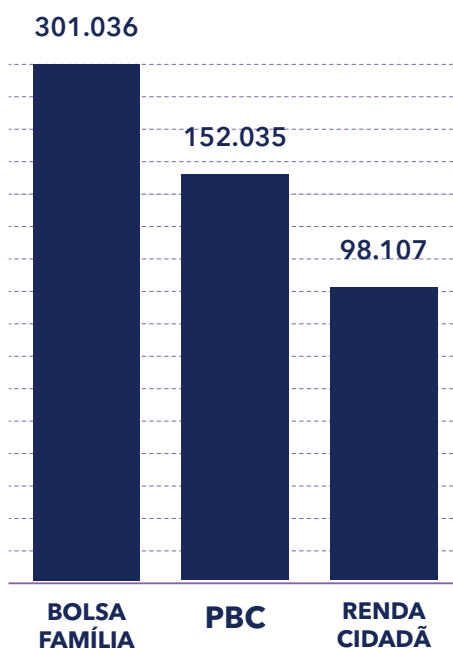
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do IBGE - www.ibge.gov.br

Em termos percentuais, houve uma significativa redução do número de domicílios pobres em todo o estado. Essa redução foi provocada pelo dinamismo da economia estadual. Vale lembrar que entre 2004 a 2013 a renda per capita no estado teve um incremento de 58%, maior que o verificado no Brasil. Isso gerou, como se nota, a redução da pobreza. Ademais, a estabilidade da economia, com níveis mais controlados de inflação, possui um importante efeito nas taxas de pobreza, pois reduzem intensamente o denominado imposto inflacionário.

Entretanto, é importante mencionar a dinâmica de ações e de gastos sociais que foram criados, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988. Mais recentemente, a experiência brasileira com programas de transferência direta de renda contribuiu, sem dúvida, com a melhoria das precárias condições de vida dos mais desfavorecidos.

O auxílio financeiro às camadas mais pobres, que constituem as denominadas políticas de proteção social de origem não contributiva, beneficiam atualmente mais de um milhão de pessoas em todo o território goiano. As iniciativas de maior alcance são: o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e o programa estadual denominado Renda Cidadã.

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE RECEBEM AUXÍLIO FINANCEIRO - GOIÁS



Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social - www.mds.gov.br; Secretaria Cidadão do Estado de Goiás - www.secretariacidadada.go.gov.br.

Quanto ao BPC, que possui origens ainda nos anos 1970, no programa intitulado Renda Mensal Vitalícia, pode-se afirmar que seu público está bem caracterizado: são idosos acima de 65 anos e portadores de necessidades especiais cuja renda familiar per capita é de no máximo $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Este é um programa gerido pelo Governo Federal e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Todavia, quanto aos Programas Bolsa Família e Renda Cidadã, o nosso governo irá aprimorar os processos de gestão. O objetivo não é, nem de longe, punir famílias com corte de benefícios. A questão importante é aprimorar os processos de cadastramento e de verificação das informações cadastrais de modo a garantir que as famílias mais necessitadas sejam as que recebam o benefício.

Dados do Programa Bolsa Família de maio último mostram que mais de 30.000 famílias que vivem nos municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Padre Bernardo, Rio Verde e Valparaíso de Goiás poderiam estar recebendo o benefício. Estes municípios possuem uma subcobertura do PBF, existem muitas famílias com cadastros desatualizados ou mesmo que não foram alcançadas pelo cadastramento.

Por outro lado, em 89 cidades de Goiás existem altas taxas de cobertura do PBF.

A existência de famílias fora do perfil recebendo benefícios financeiros ou de famílias com perfil, mas que não estão recebendo, constituem um sério problema de gestão que deve ser enfrentado com eficiência e liderança.

As taxas de pobreza e de desemprego e o insuficiente rendimento médio do trabalhador no estado são importantes indicadores no que se refere à situação social da população.

Na falta de melhores oportunidades de trabalho e de renda, as famílias ficam expostas às mazelas sociais (miséria, pobreza, fome, desnutrição, violência, exclusão e marginalização). Ignorando as intrínsecas relações entre as políticas econômicas e as sociais, a atual gestão não desenvolveu políticas públicas verdadeiramente emancipadoras e que construíssem a

autonomia dos cidadãos. Isso pode ser exemplificado pela pífia oferta de vagas em cursos técnicos e de formação profissional para os jovens goianos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), um amplo e esmiuçado diagnóstico da situação do emprego e do desemprego em todo o Brasil, com nível de desagregação por Unidade da Federação.

Os dados mais recentes, já divulgados pelo IBGE, consolidam o levantamento de dados do primeiro trimestre de 2018. A taxa de desocupação atingiu no período em questão a 10,2% da força de trabalho. Houve uma queda do desemprego, quando se compara com o mesmo período do ano de 2017 no estado de Goiás, que registrou uma taxa de 12,7%. Mas, em relação ao último trimestre do ano anterior, houve um aumento, pois a taxa registrada neste período foi de 9,4%.

Em nosso governo, vou melhorar a realidade do ensino técnico em Goiás, pois acredito que assim estaremos contribuindo de forma séria para aumentar as oportunidades de emprego para o povo do nosso estado.

A ampliação do ensino técnico insere-se em conjunto de iniciativas voltadas à juventude de nosso estado. O IBGE estima que a população de 15 a 29 anos de Goiás alcança, hoje, mais de 800 mil habitantes. Este grupo etário geralmente é o que é mais afetado pelo desemprego. Em geral, os empregadores são reticentes em oferecer oportunidades a quem não tem experiência. Ademais, são muitos os jovens que não completaram a educação média, ou a completaram sem a qualidade mínima que poderia ampliar suas oportunidades de melhor inserção no mundo do trabalho. Em meu governo vou desenvolver uma série de políticas, como mais qualidade da educação básica, mais e melhor ensino técnico, que irão contribuir para inclusão de nossa juventude no segmento produtivo. Ademais, também iremos buscar agir em projetos mais específicos, como apoio ao empreendedorismo, cultura e esporte voltados a esse segmento de nosso povo. Nesse contexto, menciono o investimento em Projetos como: Juventude Empreendedora e criação da Escola da Juventude, que irá se tornar uma referência na qualificação de jovens empreendedores na área de alimentação e outros assuntos. São iniciativas que, além da qualificação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, estimulam os participantes na formação empreendedora e orientam para criação de pequenos negócios geradores de renda.

No meu governo vamos trabalhar na identificação, promoção e no apoio aos empreendimentos e as iniciativas da chamada economia criativa, da tecnologia da informação, dos novos materiais e novas tecnologias, dentre outros, de forma a criar um ambiente inovador amigável, em especial para a juventude empreendedora, contribuindo para ampliar as oportunidades de geração de emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza em todo o Goiás.

A política de assistência social, em todo país, foi reformulada em termos teóricos e práticos. Isto significa que a arcaica visão assistencialista foi abandonada pelos gestores. Neste novo contexto, não basta fornecer atenção e suporte material para a população carente, se faz oportuna a efetiva proteção das famílias, a garantia dos benefícios sociais e de oportunidades de trabalho e renda. Ao conceber a assistência social como uma política capaz de enfrentar a pobreza, exige-se que as instituições e seus trabalhadores operacionalizem ações para além de mera aplicação financeira. Nesse sentido, a política de assistência social se posiciona como estratégica para instituir uma rede protetiva de combate à pobreza, além de procurar corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre.

Esta ação deverá manter um constante esforço de proximidade e relacionamento com as demais políticas sociais e com a política econômica. É triste constatar que os espaços de acolhimento de indivíduos e grupos sociais em situação de risco (abrigo, albergues) são estigmatizantes e avultam o sofrimento do ser humano. Estes lugares, do modo como estão sendo administrados, não conseguem criar novas perspectivas para a população carente e nem fornecer as ferramentas para a emancipação das pessoas.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política pública. Como política pública, a assistência social deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

1. De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;
2. De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
3. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;
4. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;
5. Apoio e auxílio: pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporárias;
6. As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 6º).
7. A proteção social básica: atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. A unidade de referência para oferta de seus serviços, programas, projetos e benefícios é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).



COMPROMISSOS NA PROTEÇÃO SOCIAL

O objetivo estratégico das iniciativas de combate à pobreza e assistência social é reduzir a vulnerabilidade e o risco pessoal, familiar, comunitário e social.

Neste sentido, tem-se como de grande relevância iniciativas como qualificação para o trabalho entre os beneficiários do Renda Cidadã de modo a ampliar suas capacidades para inserção econômica e ampliar o apoio técnico e financeiro aos municípios goianos, qualificando-os na gestão e oferta dos serviços à população em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, notadamente à população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.

Essas diretrizes irão nortear a criação de programas e o detalhamento de ações voltadas à efetivação dos seguintes compromissos:

- Desenvolvimento dos serviços de assistência social, em articulação com as demais políticas públicas, com o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, sobretudo àquela em extrema pobreza;
- Ampliação dos programas de atendimento ao idoso, ao deficiente e às pessoas em vulnerabilidade social, buscando aprofundar as parcerias com o Governo Federal e com Organizações Não Governamentais;
- Implantação de um Complexo para Idosos, com estruturação de abrigo residenciais, casas, lares e repúblicas;
- Regionalização dos serviços de Proteção Social Especial com a implantação de mais abrigos para acolhimento de crianças e adolescentes e serviços do tipo família acolhedora;
- Ampliação do número de CREAS para atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados;
- Consolidar uma nova política da Assistência Social, articulada com as demais políticas públicas federais e estaduais;
- Criar um indicador estadual de vulnerabilidade social para promover a organização e o geomapeamento dos serviços socioassistenciais;
- Viabilizar a formação de consórcios intermunicipais para a implantação de redes de proteção social;
- Qualificar a rede de serviços socioassistenciais, adotando política de recursos humanos adequada à prestação de serviços de qualidade.
- Garantir o acesso da pessoa com deficiência ao tratamento e à educação inclusiva: transporte, atendimento clínico e rede escolar inclusiva;
- Implantar o Programa “Teste da Mãezinha” que se constitui de: kit de exames laboratoriais para detecção de deficiência no feto e de doenças da mãe durante a gravidez, como prevenção à deficiência;
- Viabilizar o cumprimento da legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, elaborando as regulamentações complementares e articulando as três esferas de governo e a sociedade civil.
- Criar um Banco de Dados sobre a situação do Idoso em Goiás, a fim de identificar o processo de envelhecimento de forma crítica e científica, embasado na realidade, tendo como parâmetro a Política Nacional do Idoso;
- Criar e/ou expandir a rede de apoio ao idoso numa perspectiva regional, mediante a construção de equipamentos sociais visando atender à demanda crescente de idosos através de serviços especializados: atividades recreativas, socioculturais, esportivas, terapêuticas, hidroginástica e musicoterapia;
- Fomentar o debate em torno de um Pacto pela longevidade digna em Goiás, tomando por base a “Estratégia Internacional sobre o Envelhecimento” da ONU, de parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil;
- Capacitar coordenadores de grupos de idosos, cuidadores familiares e profissionais de todas as áreas que lidam com idosos, para o desenvolvimento de uma visão gerontológica, visando oferecer melhor qualidade no atendimento ao idoso;
- Incentivar a permanência do idoso no convívio familiar, prestando orientações, esclarecimentos e encaminhamento à rede social de apoio, suprimindo suas necessidades;
- Apoiar o voluntariado voltado para a terceira idade;
- Apoiar os idosos da área rural, em especial as mulheres;

- Apoiar a implantação da educação gerontológica, voltada à compreensão do envelhecimento e suas implicações na família e na sociedade.
- Promover a ampliação das políticas públicas de geração de emprego e renda e das relações do trabalho;
- Ampliar o atendimento ao jovem aprendiz;
- Criar o programa Empreendedor Goiano, incentivando o desenvolvimento e a criação de tecnologias e novos serviços (parcerias e escolas públicas - startups - Instituições Federais de Ensino, etc.)
- Instalação de espaço específico para atendimento pericial à mulher vítima de violência;
- Criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da economia solidária e agricultura familiar;
- Implementar políticas de ampliação da economia solidária;
- Desenvolver linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários;
- Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
- Fomentar ações e programas de qualificação técnica e profissional;
- Integrar as ações de qualificação profissional do estado voltadas, também, para um programa emergencial de auxílio ao desemprego e à realocação profissional;
- Desenvolver ações de qualificação profissional voltadas às novas bases tecnológicas;
- Incentivar a criação de comissões municipais do emprego nos municípios goianos;
- Fortalecer o Observatório da Saúde do Trabalhador por meio de ações regionalizadas;
- Ampliar a participação das Micro e Pequenas Empresas nas compras públicas;
- Apoiar o processo de internacionalização das Micro e Pequenas Empresas;
- Identificar o mercado de potenciais fornecedores e compradores de produtos e serviços para as Micro e Pequenas Empresas;
- Criação de programas específicos de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando incorporá-los ao mercado formal de trabalho, com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego;
- Apoio aos microempreendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade, e instituição de espaços plurais para a sua formação;
- Apoio ao associativismo e ao cooperativismo como instrumentos de geração de renda e de oportunidades;
- Estímulo aos arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade;
- Criação de ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal;
- Estruturação de programas de estímulo ao aumento da escolaridade do trabalhador;
- Estímulo à criação de novas formas de trabalho e renda para os trabalhadores aposentados que queriam continuar em atividade;
- Combate permanente ao trabalho escravo e degradante, bem como ao trabalho infantil;
- Combate e repressão aos exploradores de trabalhadores imigrantes;
- Regularização dos trabalhadores rurais;

- Estruturação de programa, articulado com as políticas de assistência social e educação, de busca ativa da população adulta em situação de desocupação;
- Fomento ao empreendedorismo juvenil;
- Estímulo ao trabalho artesanal, em articulação com as políticas de cultura e turismo;
- Estímulo para que as empresas promovam, junto aos seus empregados, programas de qualidade total e de inovações voltados à solução de problemas, melhoria de processos, segurança no trabalho e aumento da produtividade;
- Criação de prêmio, por setor, e com visibilidade nacional, para empresas que reduzirem os acidentes de trabalho.
- Instalar Centros da Juventude que disponibilizem serviços de psicologia, de psicopedagogia e de assistência social, oferecendo também cursos de línguas estrangeiras modernas, oficinas relacionadas à empregabilidade, empreendedorismo, ao protagonismo estudantil, a componentes curriculares, cultura e esporte, articulado com a rede pública de ensino;
- Implementação de políticas públicas para a juventude rural.
- Ampliar a proteção social à mulher, investir em uma governança regional para uma Rede Específica de CEAM's (REDE MARIA DA PENHA), que serão espaços especializados de atendimento a mulher: ofertando o acolhimento interdisciplinar (social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica) às mulheres em situação de violência de gênero. Busca-se promover e assegurar o fortalecimento da sua autoestima e autonomia, o resgate da cidadania e a prevenção, interrupção e superação das situações de violação de direitos.

DIREITOS HUMANOS

Corrigir desigualdades sociais e efetivar direitos fundamentais

A concentração da renda é um fato que depõe contra a justiça social. O trabalho, que é fundamental para a produção de riquezas, é uma construção coletiva e todos que para ele contribuem devem aferir uma renda suficiente para atender às necessidades e às expectativas de sua família. O estado deve criar mecanismos que possam facilitar o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho e que possam capacitá-lo para que consiga melhores oportunidades e remuneração.

Uma população despreparada para assumir postos de trabalho não terá muito a contribuir no processo de desenvolvimento social e econômico e, desta forma, cria-se a sensação de exclusão social. O primeiro passo para a inclusão social, vinculado ao enfrentamento das contradições sociais, é ter política pública direcionada à qualificação do trabalhador e a sua inserção no mercado de trabalho. O segundo passo consiste em adotar estratégias diferenciadas para proteção e (re)inserção de indivíduos e dos grupos vulneráveis. A ressocialização dos reeducandos se coloca como iniciativa de grande valia e será uma das ações a que daremos ênfase.

Além de trabalho e renda, justiça e inclusão social também sugerem efetividade dos direitos e garantias fundamentais. Ao nosso ver, o estado deve cumprir a Constituição Federal e garantir cidadania a todos. Indivíduos e coletividade(s) possuem direitos e demandas próprias, o estado deve ter centros de atenção e apoio especializados de modo a cumprir a sua função.

Nossa intenção é construir redes de serviços públicos essenciais, estes vinculados aos direitos fundamentais, como exposto a seguir:

- Qualificação do trabalhador.
- Proteção da família (violência doméstica, abandono familiar, entorpecentes).
- Afirmação da cidadania e combate ao preconceito em todas as suas formas.
- Fortalecimento da dignidade humana (profissionais do sexo, infratores da lei, moradores de rua).

A violência é um problema sério e que assola a sociedade brasileira desde seus primórdios. Um dos tipos de violência que, infelizmente, persiste ao longo da história é a violência contra a mulher. Esse tipo específico de violência se revela uma prática enraizada e de difícil combate, por diversas razões como, por exemplo: a) vergonha por parte das vítimas; b) heranças culturais; c) dependência da vítima em relação ao agressor.; dentre outras.

Uma ferramenta para mudar essa realidade é a implementação de políticas públicas com foco no combate desse tipo de violência.

Todas as políticas públicas mencionadas estão de acordo com a ideia de um estado justo e humano, que respeita e protege a população, e sabemos o que deve ser feito para efetivar em nosso estado uma gestão eficiente e que respeite a sociedade que entrega parte importante da riqueza produzida ao governo. Ainda como política e diretrizes importantes, cumpre mencionar o que se segue.

COMPROMISSO NOS DIREITOS HUMANOS

- Capacitar mão de obra e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de indivíduos e grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social.
- Desenvolver programas e ações que busquem a revitalização de espaços destinados à assistência e à inclusão social.
- Fornecer estrutura e apoiar ambientes de intercâmbios sociais, culturais e econômicos.
- Prestar serviços públicos de qualidade necessários à cidadania (registro civil e demais documentações).
- Facilitar o acesso à Justiça por meio da atuação das instituições públicas que atuam na área de segurança pública e de assistência social.
- Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero; infância e juventude; velhice; deficiência; questão étnica e racial.
- Fortalecer projetos de inserção dos reeducandos por meio de parcerias com a iniciativa privada.
- Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras, com atuação política.

- Investir na promoção dos direitos das mulheres à educação de qualidade, à saúde, à moradia, ao trabalho, à geração de renda, ao lazer e aos demais serviços públicos.
- Fomentar a capacitação dos profissionais dos diversos segmentos em questões de gênero, de forma a promover a igualdade e a humanização nos atendimentos.
- Estimular a participação das mulheres na formulação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos do estado nas questões de gênero.
- Acompanhar os indicadores sociais com todos os recortes de gênero, revisando as estratégias conforme as necessidades constatadas.
- Ampliar e fortalecer Casas de Abrigo e de Proteção à Mulher.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SITUAÇÃO ATUAL

Insuficiência e inadequação da produção habitacional

O conceito de habitação utilizado pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/HABITAT se reporta ao conjunto das condições voltadas a oferecer ao cidadão vida digna e com qualidade. Desse modo, falar de habitação hoje significa tratar da oferta de moradia em espaço adequado, com acessibilidade física, segurança, garantia da posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação, aquecimento e ventilação adequados, infraestrutura básica apropriada, contendo equipamentos de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental e fatores que respeitem as condições de saúde das pessoas que utilizam estes espaços, tudo isso próximo ao trabalho, a equipamentos públicos e a custos acessíveis.

A provisão de habitação de interesse social, no Brasil, atende a um ordenamento legal nacional e que tem em cada Unidade da Federação (estados e municípios) a elaboração de planos de ação para enfrentar os maiores problemas do setor, especialmente o denominado déficit habitacional.

Neste sentido, a Política Nacional de Habitação deve perseguir os seguintes objetivos:

- I. Universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH;
- II. Promover a urbanização, a regularização e a inserção dos assentamentos precários à cidade;
- III. Fortalecer o papel do estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
- IV. Tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH;

- V. Democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis;
- VI. Ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional;
- VII. Incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão de obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto a política de habitação no estado é insuficiente. As iniciativas para enfrentamento das necessidades habitacionais da população são ações incompletas diante da realidade e complexidade que a questão atinge nas áreas urbana e rural. O que é oferecido à população são as casas e os apartamentos, construídos em modelos que se repetem em todo o país, sem atender aos padrões familiares, culturais ou climáticos do estado.

O que a gestão atual trata como política habitacional é precário, pois não oferece o principal: a integração da oferta de serviços públicos essenciais às famílias beneficiárias aos equipamentos urbanos (creches, escolas, postos de saúde, entre outros), tampouco há oferta de transporte público que viabilize o acesso a esses equipamentos. Ademais, as intervenções são pontuais e desconectadas nas distintas esferas de governo, voltadas unicamente à oferta de novas moradias, o que proporciona resultados de questionável eficácia.

O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), elaborado pela Agência de Habitação do Estado de Goiás e finalizado em 2012, já apontava que há consideráveis necessidades habitacionais não satisfeitas e que os problemas são mais visíveis nas cidades, mas podem ser percebidos igualmente nas áreas rurais. Estes segmentos devem ser atendidos igualmente, pois constituem forte fator de exclusão social e de segregação espacial da população de menor poder aquisitivo, refém das políticas governamentais e sem condições de acessar os financiamentos habitacionais ofertados pelos bancos. O quadro a seguir contém o resumo das carências de habitação no estado de Goiás, conforme foi assumido pelo PEHIS/GO (dados projetados pela Fundação João Pinheiro em 2008):

Déficit total	Absoluto	163.115
	%	8,8%
	Urbano	158.526
	%	9,6
	Rural	4.589
Componentes do déficit	Adensamento excessivo	10.240
	Domicílios com coabitação familiar	66.737
	Ônus excessivo com aluguel	77.675
	Habitação Precária	8.749

Portanto, as carências de habitação social no estado, considerando o ponto de partida do PEHIS, em 2012, indicava as necessidades de construção e/ou melhoria de 163.115 unidades. O PEHIS/GO apontou essas inúmeras carências, que estão presentes nas diversas configurações

de assentamentos precários, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos e cortiços. Esse déficit, em sua dimensão qualitativa, representa sérios problemas de saúde pública, pois não promove tratamento e destinação final do esgoto doméstico e dos resíduos sólidos.

Informações procedentes da Agência Goiana de Habitação (Agehab) afirma que foram construídas 15.793 unidades habitacionais em 155 municípios do estado de Goiás, desde 2011 até o período recente. Atualmente, a Agência estima que estão em construção 10.707 unidades, espalhadas por 74 municípios goianos. De acordo com os dados, os investimentos atuais totalizam R\$ 510 milhões. Do montante, R\$ 145 milhões são de contrapartida do estado por meio do programa Cheque Mais Moradia.

O PEHIS/GO contabilizou, na elaboração do plano em 2012, necessidades da ordem de mais de 160 mil unidades. Portanto, os resultados até aqui alcançados pela gestão estadual dos últimos anos não é bom.

Em 2015, a Fundação João Pinheiro atualizou os estudos de déficit habitacional para todo o Brasil e para cada uma das Unidades da Federação. Neste contexto, portanto, três anos após a aprovação do PEHIS/GO, o déficit habitacional em Goiás, distribuído por categorias era o seguinte:

Déficit habitacional no Estado de Goiás - Estimativa da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
185.269	229.488	192.086	164.689	179.301	202.720	210.125

Fonte: www.fjp.mg.gov.br

O diagnóstico mais recente (2017) foi feito pelo Instituto Mauro Borges, órgão do estado de Goiás que tem por missão produzir estudos e análises para fomentar o planejamento estadual. Este estudo foi concentrado no público que está inserido no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e obteve os seguintes números:

Tabela: estimativa de déficit habitacional em Goiás, 2017

Microrregião	Habitacão Precária	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensado	Total Geral
Anápolis	3.947	16	14.665	201	18.829
Anicuns	183	4	2.678	23	2.888
Aragarças	1599	7	550	3	2.159
Catalão	200	2	3.331	39	3.572
Ceres	2.406	12	3.488	58	5.964
Chapada dos Veadeiros	1.107	19	878	29	2.033
Entorno de Brasília	13.819	153	15.259	574	29.805
Goiânia	2.518	63	39.063	999	42.643

Microrregião	Habitacão Precária	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensado	Total Geral
Iporá	490	5	738	6	1.239
Meia Ponte	1.956	15	7.707	166	9.844
Pires do Rio	1.019	0	1.364	25	2.408
Porangatu	2.533	3	3.813	77	6.459
Quirinópolis	1.089	6	2.590	37	3.722
Rio Vermelho	1.135	5	1.753	16	2.909
São Miguel do Araguaia	1.361	10	1.168	22	2.561
Sudoeste do Goiás	4.798	21	10.736	196	15.751
Vale do Rio dos Bois	987	9	2.932	28	3.956
Vão do Paranã	1.661	37	1.082	16	2.796
TOTAL	42.808	420	113.795	2.515	159.538

Fonte: Déficit Habitacional em Goiás - uma análise do CadÚnico - Estudo do Instituto Mauro Borges - 2017.

O déficit habitacional para o estado de Goiás em 2017, baseado nesta metodologia para o CadÚnico, corresponde a 159.538 famílias, totalizando 450.925 pessoas. Observa-se que, em números absolutos de famílias, os municípios com maiores déficits estão entre os mais populosos como Goiânia, Anápolis, Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Rio Verde.

O déficit habitacional no estado de Goiás está, principalmente, localizado na microrregião de Goiânia, correspondendo a 28,02% do número de pessoas em situação de déficit habitacional do estado, que resulta em 126.332 pessoas. Em ordem subsequente vêm as microrregiões do Entorno de Brasília (18,67%), de Anápolis (11,83%) e do sudoeste de Goiás (9,52%). Observa-se, portanto, que essas quatro microrregiões concentram 68,04% do déficit habitacional de Goiás.

De todo modo, considero que as necessidades de atuação do estado no campo habitacional são muitas. O ponto de partida quantitativo das necessidades é, seguramente, superior a 160 mil unidades a serem construídas ou melhoradas. A construção de novas unidades é apenas uma das ações a serem desencadeadas, uma vez que o déficit habitacional é dimensionado a partir das seguintes categorias:

- I. Domicílios precários: são domicílios improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco;
- II. Coabitação familiar: quando famílias convivem em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo;
- III. Ônus excessivo: quando famílias com renda de até 3 salários mínimos dispendem valor igual ou superior da renda familiar com aluguel;

IV. Adensamento excessivo de domicílios alugados: quando o adensamento por dormitório é maior que três moradores.

Por sua vez, os componentes da inadequação domiciliar são classificados em:

1. Domicílios carentes de serviço de infraestrutura;
2. Domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva;
3. Adensamento excessivo em domicílios próprios.

Face ao que foi descrito, observa-se que a política de habitação praticada em Goiás tem sido insuficiente por desconsiderar as diferentes dimensões da questão habitacional da qual hoje se trata e, ademais, não se origina em um processo de planejamento coordenado pelos órgãos estaduais. Não mantém uma fonte garantida de recursos estaduais que viabilizam o planejamento a longo prazo e voltado a todas as dimensões que envolvem a questão habitacional.

O compromisso com o planejamento deve ser praticado e incentivado.

O estado de Goiás abriga um fantástico patrimônio natural que deve ser preservado. O grande desafio é conciliar o desenvolvimento econômico e a urbanização com o compromisso de proteger e valorizar o meio ambiente.

Produzir habitação é produzir cidade. A habitação é um conjunto de bens e serviços necessários para o bem-estar e o desenvolvimento humano. Assim, a construção de habitações deve estar articulada à oferta regular de água potável, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica e iluminação pública, transporte e mobilidade urbana, sistema de drenagem pluvial, coleta e tratamento de resíduos sólidos, saúde pública e educação.

Há que se ter o compromisso em respeitar tipologias consagradas pela prática local de forma a garantir a preservação de costumes e hábitos, preservar o modo goiano de morar. É o patrimônio arquitetônico e cultural que guarda e registra a história local e na produção das cidades, especialmente na produção de moradias, este patrimônio deve ser preservado, valorizado e incorporado às novas soluções.

O compromisso com o planejamento deve ser praticado e incentivado. Falta integração entre os diferentes órgãos públicos que têm como atribuição estruturar as cidades para ter condições para a produção habitacional.

Vou priorizar urgentemente o investimento no saneamento das cidades, especialmente na oferta de solução para a coleta e tratamento de esgoto. O Governo deve eliminar todas as situações de risco e trabalhar na regularização fundiária e urbanística dos assentamentos precários.

É igualmente importante a oferta regular de habitações de interesse social, antecipando-se a ocupações espontâneas e respondendo a novas demandas decorrentes do processo de industrialização, produzindo moradias para abrigar a população que será atraída pelo novo dinamismo econômico do estado. As ocupações não asseguram dignidade às pessoas. Ao contrário, retira dignidade.

Vou recuperar o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, que está esvaziado, e fortalecer o Conselho Gestor destes recursos, que está sem função, pois não ocupa seu espaço de debate e de tomada de decisões. É necessário reconstruir o funcionamento deste sistema,

que muito pode auxiliar na execução da política habitacional.

É importante que se invista na qualificação do quadro técnico permanente do estado; na atuação do movimento popular em Goiás que historicamente tem bastante significância e importância na política habitacional local; e na criação de canais de comunicação e informação à população, garantindo a transparência da Administração Pública.

A política aplicada atende a interesses diversos que tutelam a produção habitacional, extraindo dos futuros usuários o direito de participação na escolha dos terrenos, sua localização, a definição do tamanho dos cômodos e os padrões construtivos e arquitetônicos mais adequados ao perfil de nossas famílias e ao contexto cultural, resultando em moradias que sofrem constantes alterações em sua estrutura física, sem assistência técnica, o que coloca em risco as condições de segurança daqueles que as habitam.

A regularização fundiária urbana e rural tem sido reconhecida como uma das atividades mais importantes para garantir os direitos à moradia, ao trabalho e à renda no campo e na cidade, além de reduzir a exploração extrativista da terra, viabilizando e priorizando os investimentos sustentáveis de médio e longo prazo.

O diagnóstico predominante indica a processos, tornando premente a regularização administrativa das atividades de cadastro georreferenciado das áreas rural e urbana, com a consequente regularização fundiária das áreas rurais e a regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas. Por esse motivo é indispensável dar andamento aos processos existentes, garantindo os recursos tecnológicos necessários para permitir as referidas titulações, sanando as dúvidas pendentes. É importante que se garanta o apoio e o fomento à regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas.

Nossa visão defende que o diagnóstico é o componente essencial do planejamento e tem no cadastro rural e urbano o instrumento primordial para obtenção de informações precisas. Essa concepção terá que se iniciar a partir da visão da necessidade da elaboração de um cadastro multifinalitário e único das áreas rurais e urbanas, no qual a produção das informações constituirá atividade permanente de planejamento e gestão do território, integrada a todas as áreas do governo, garantindo transparência e publicidade às suas ações.

COMPROMISSOS NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Os compromissos que assumo para assegurar a provisão de habitação de interesse social estão respaldados nas diretrizes do Plano de Habitação de Interesse Social de Goiás, que são as seguintes:

- Atuação prioritária no provimento da habitação de interesse social, buscando reduzir o déficit habitacional e a inadequação domiciliar;
- Instituição do conceito de moradia digna como o conjunto de meios que viabilizem o abrigo, a convivência familiar, a relação comunitária e a inserção urbanística sustentável;
- A produção de unidades habitacionais de interesse social de qualidade, classificadas no conceito de moradia digna;
- O cofinanciamento para produção, para melhoria e para regularização de habitação de interesse social;

- Promoção da intersectorialidade na aplicação da política habitacional de interesse social, envolvendo as demais políticas públicas;
- Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias construtivas nos projetos de habitação de interesse social;
- Criar mecanismos de apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais equipamentos urbanos;
- Promover ações de regularização fundiária do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do estado.

Por conseguinte, com o intuito de inverter a lógica perversa que tem imperado em Goiás, apresento os compromissos que nortearão a minha gestão no Governo do Estado:

- O Governo Estadual deve criar as condições técnicas, financeiras e operacionais para a execução da política habitacional estadual, de forma a zerar o déficit habitacional e a atender demanda das famílias de baixa renda no estado de Goiás;
- Planejar e orientar as ações do setor habitacional de modo a eliminar as construções insalubres ou inseguras de áreas urbanas;
- Estabelecer parâmetros para construção de habitação popular garantindo padrões adequados de habitabilidade, dotadas de obras de infraestrutura, que assegurem a seus moradores condições de salubridade e higiene compatíveis, de forma a garantir o acesso das famílias de pequena capacidade de pagamento;
- Integrar à política de habitação todas as demais políticas urbanas;
- Trabalhar para oferecer habitações de qualidade e com infraestrutura adequada à população da área rural;
- Trabalhar para suprir as demais carências habitacionais da população, como a falta de regularidade fundiária e de infraestrutura, atendendo ao diagnóstico do PEHIS;
- Trabalhar para fornecer habitação à população carente, atendendo às suas necessidades e ao seu perfil familiar e cultural;
- Atuar em parceria com os municípios no processo de monitoramento da política de habitação;
- Elaborar novos programas habitacionais e ampliar recursos destinados à habitação por meio de convênios com o Governo Federal;
- Desenvolver programas voltados à requalificação de imóveis deteriorados;
- Promover parcerias com entidades e movimentos sociais que atuem na área de habitação;
- Adotar cadastro único e atualizado de candidatos e beneficiários de programas habitacionais;
- Priorizar o registro e regularização dos imóveis em nome das mulheres;
- Promover a regularização fundiária combinada com a oferta de serviços sociais, especialmente nas periferias urbanas e no campo;
- Adotar métodos e técnicas modernas de levantamento de dados sobre a estrutura fundiária no estado;
- Gerenciar de forma eficiente procedimentos administrativos e jurídicos no âmbito dos órgãos competentes;

- Fortalecer os mecanismos de participação e consulta popular em áreas de conflitos fundiário;
- Descentralizar serviços na esfera administrativa e manter cadastro atualizado e acessível para consulta e melhor atendimento ao cidadão;
- Estabelecer procedimentos diferenciados para os processos de regularização fundiária em áreas de fronteira, de quilombolas, de extrativismo vegetal e de outras que configuram processos especiais;
- Promover a transparência na gestão das informações e nos procedimentos de regularização;
- Implementar estratégia específica de regularização fundiária na região de fronteira do estado.

Esporte e Lazer

SITUAÇÃO ATUAL

Ausência de políticas públicas e de compromisso social

O crescimento demográfico de Goiás sinaliza que somos mais de 6.800.000 habitantes, aproximadamente 90% vivendo nas cidades. Esta numerosa população precisa de opções de lazer, esporte e entretenimento, atividades essenciais ao desenvolvimento integral da pessoa humana e ao bom convívio social. Em verdade, as práticas recreativas e desportivas são fundamentais para redução de problemas sociais e formação de capital humano.

Nosso estado, em razão dos aspectos territorial, ambiental e populacional, possui boas perspectivas para ampliação da cidadania por meio das áreas mencionadas. Temos que investir na inclusão social. No entanto, notamos, com preocupação, que as pastas especializadas não conduzem a política pública setorial com afinco. Os programas e ações não possuem a necessária articulação institucional.

A atual gestão do estado de Goiás assumiu alguns compromissos e não cumpriu plenamente com a execução dos seguintes projetos:

- Programa Esporte Junto de Você. Observa-se que nada foi feito em termos de iniciação esportiva, cuja promessa envolvia desenvolver projetos em 20 cidades;
- O Centro de Excelência do esporte prometido não foi totalmente concluído, pois só estão em funcionamento dois módulos originalmente previstos;
- No âmbito do Programa Pró-Esporte e Goiás no Pódium, o número de beneficiários diminuiu no último ano;
- Centro de Referência para o Paradesporto. Não há projeto para instalação do Centro.

Sinto-me na obrigação de analisar cada uma destas iniciativas e concluir o que foi deixado para trás, de modo a assegurar que os recursos públicos não sejam desperdiçados.

Em resumo, existem apenas iniciativas esparsas, baseadas em projetos pontuais, que não produzem efeitos sociais concretos. Construir uma sociedade baseada na justa retribuição aos seus membros envolve medidas e ações governamentais relativamente simples, mas bem planejadas e estruturadas no âmbito das demais políticas de governo.

COMPROMISSOS NO ESPORTE E LAZER

Engajamento do Estado e fortalecimento da cidadania

A iniciativa privada oferece produtos e serviços que proporcionam opções diversificadas de esporte e lazer para uma camada da população que tem recursos financeiros. Contudo, as classes sociais menos favorecidas dificilmente podem acessar esta parcela do mercado sem comprometer a renda familiar. Desse modo, cabe ao Estado estimular as atividades recreativas e desportivas, tanto amadoras quanto profissionais. Agindo assim, o poder público contribui para o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais da população e para o bem-estar social. Destarte, investir em ações que viabilizam um modo de vida mais saudável da população, contribuindo positivamente com as áreas de saúde, educação e segurança.

Acredito firmemente que o esporte é um instrumento de inclusão social, bem como o entretenimento que também cumpre esse papel. As ações nesta direção são importantes para manter as crianças, os adolescentes e os jovens na escola e fora de situações de risco, longe das drogas. Elas também contribuem para melhorar a qualidade de vida, sobretudo de deficientes e de idosos; para proporcionar trabalho e renda aos atletas amadores e profissionais; para diversão e entretenimento para toda a população, ao mesmo tempo em que a reunião dos diferentes grupos viabiliza a interação e fortalece o respeito mútuo, características de uma sociedade pluralista.

As ações nas áreas de esporte e lazer devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local. No meu governo pretendo ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo do esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida. Neste contexto, a proposta reafirma um conjunto de valores que tem em sua essência a disciplina, a autoridade, o diálogo, a cooperação, a participação social, a conscientização para que haja uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que se vive, reconstruindo identidades culturais.

Goiás pode se inserir nacionalmente com projetos de relevância na área esportiva. Na área de lazer, esporte e entretenimento, o estado deve ser parceiro dos segmentos que atuam no setor para que tenhamos uma sociedade dinâmica e de bem com a vida.

- Reformular programas e programar ações governamentais que incentivem práticas recreativas e desportivas contribuindo com um estilo de vida mais saudável da população;

- Apoiar projetos e investir em eventos de promoção do lazer, desporto e diversão.
- Desenvolver iniciativas que ampliem a participação de grupos vulneráveis (menores, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, indígenas e outros) em atividades de lazer e esporte;
- Formar e qualificar profissionais no setor, sobretudo apoiar financeiramente atletas amadores e profissionais;
- Incentivar clubes, equipes e atletas de alto rendimento;
- Ampliar e melhorar os ambientes de treinamento e de integração social voltados às práticas desportivas;
- Estimular atividades de lazer, culturais e de entretenimento voltadas aos jovens e crianças;

CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

Rico potencial cultural não aproveitado do ponto de vista social e econômico

O estado de Goiás tem, além de uma rica biodiversidade e bens naturais, uma vasta diversidade cultural e patrimonial. Estas são formas de riquezas que o povo goiano pode se beneficiar. A ideia de riqueza pressupõe o valor econômico e social que a cultura possui, então, não há nenhum motivo para que os setores econômicos, a classe artística, a população e o próprio estado não se beneficiem disso. É lamentável que a atual gestão esteja cortando recursos na área e prejudicando segmentos econômicos, profissionais e populares importantes. Resultado disso é a insuficiente exploração do setor, que, por sua vez, produz consequências muito indesejáveis, prejudicando o potencial de geração de emprego e de recursos financeiros; e a redução das atividades e práticas culturais.

Tenho uma preocupação com a perda de valores e tradições culturais, pois acho que as consequências dessas perdas não são nada salutares para o povo goiano. Ora, se o estado não apoia iniciativas e projetos na área, se as manifestações tradicionais pouco acontecem e se os artistas tem seu trabalho dificultado, em razão da falta de estruturas e condições adequadas, perderemos o valor e a ressignificação da cultura. Neste sentido, perdem todos os goianos. A cultura, lamentavelmente, é vista como atividade complementar, de menor importância, sem nenhuma prioridade dentro da atual gestão, o que é inconcebível. Não há planejamento estratégico nem integração de políticas públicas (programas e ações); o setor amarga a falta de investimentos e de apoio do estado.

COMPROMISSOS NA CULTURA

Planejamento e desenvolvimento econômico e social apoiado nas atividades e práticas culturais

A cultura é um complexo de símbolos, valores, práticas, instituições e de pessoas que tem dimensão social e também econômica. Ela compreende, necessariamente, as representações sociais, as iniciativas do capital privado e as ações do poder público, desta forma, sendo tema transversal e de interesse público-privado, é imprescindível o planejamento cultural, o estabelecimento de diretrizes, de instituições e de atividades culturais em todo o estado. Este envolvimento multissetorial proporcionará a efetividade das políticas públicas e a valorização do patrimônio cultural do estado de Goiás. No âmbito da Administração Pública, a priorização da cultura contará com ferramentas de educação, comunicação e democratização das atividades, de forma que toda pessoa tenha acesso ao bem e ao saber cultural.

Pretende-se dar visibilidade e força a uma nova visão da cultura, que seja mais profissionalizada e qualificada, dimensões que devem envolver todo o setor cultural do estado. Uma estratégia crucial é ampliar a participação do setor cultural na sociedade e na economia de Goiás, por meio do reenquadramento da cultura na agenda pública, assumindo, de forma consequente e responsável, a conservação do patrimônio e da diversidade cultural, estruturado a partir de princípios e práticas sustentáveis. Nosso foco de atuação é fortalecer a cultura e promover uma rede sustentável de atividades, práticas e serviços culturais, dando visibilidade ao setor na economia estadual.

- Elaborar o Plano Estadual de Cultura com ampla participação de todos os segmentos envolvidos, principalmente artistas, empreendedores, promotores culturais, dentre outros.
- Criar a Casa da Cultura Goiana. Esta deverá ser uma entidade voltada à preservação, divulgação e incentivo à cultura e os costumes do Goiás, com atuação em todo o Estado, liderando uma rede de atividades associativas e recreativas.
- Implantar o Circuito Cultural Goiano em parceria com as Prefeituras, com foco na visibilidade de diferentes manifestações culturais, com valorização da cultura goiana. O Circuito deverá ser uma forma perene de propagação da cultura de Goiás.
- Implantar um modelo transparente e dinâmico de planejamento e de gestão cultural.
- Assegurar ampla participação social e técnica nas políticas públicas e na gestão cultural.
- Implementar estrutura especializada no desenvolvimento da cultura no estado.
- Investir e desenvolver programas, projetos e ações sustentáveis no setor cultural.
- Operacionalizar os sistemas de financiamento e de gerenciamento de projetos culturais.
- Promover parcerias com municipalidades, segmentos e demais atores sociais para realização de projetos e eventos.
- Valorizar iniciativas culturais de povos e comunidades tradicionais, bem como a diversidade cultural em Goiás;
- Agregar valor e conhecimento aos produtos e serviços culturais.
- Ampliar os benefícios econômicos e sociais decorrentes do setor cultural no estado.
- Democratizar o acesso ao patrimônio cultural goiano a partir de políticas educativas e afirmativas.

GOIÁS DA ESTRUTURA SUSTENTÁVEL



GOIÁS DA INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A POLÍTICA ambiental, por sua natureza, deve se integrar às demais políticas de desenvolvimento urbano, assim como com as políticas econômicas de Goiás. O estado, apesar de possuir rica biodiversidade, expressa em seu principal bioma (o cerrado) e em suas bacias hidrográficas (a Bacia do Rio Paraná, a Bacia do Tocantins, a Bacia do Rio Araguaia e uma pequena porção da Bacia de São Francisco), necessita de estratégias de uso racional de tais recursos e a implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações, o que contempla os pressupostos do desenvolvimento sustentável, sem esquecer das necessidades do cidadão goiano.

Para que isso ocorra torna-se indispensável estruturar políticas responsáveis e avaliar o desempenho da instituição responsável pela gestão ambiental estadual, a SECIMA, bem como as políticas já implementadas pelo governo nesta área.

Analisando as políticas ambientais implantadas percebe-se o enfoque da gestão ambiental estadual nos instrumentos de comando-e-controle, no uso da fiscalização e licenciamento ambiental, negligenciando o uso de outros instrumentos, como os econômicos e voluntários. Portanto, a política ambiental do estado de Goiás precisa ser repensada, com o fortalecimento da desconcentração das unidades regionais e o ajustamento dos procedimentos administrativos e o arcabouço legal proporcionando segurança jurídica aos seus atos.

Ainda devem ser consideradas a promoção de políticas integradas, a elaboração e execução de projetos eficientes na gestão de suas diversas áreas setoriais, como conservação da biodiversidade, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos, estruturação da política de redução de emissões e de mudanças climáticas, redução dos índices de desmatamento e de focos de calor que voltaram a crescer nos últimos tempos. É fundamental ampliar a participação social e a consciência ambiental através da educação ambiental, em uma conjunção de ações de governo, sempre buscando maior transparência, ética, eficiência e agilidade nos procedimentos da gestão ambiental estadual.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL

Ausência de diretrizes e fracos resultados de preservação da saúde e do ambiente

Em nosso estado, encontramos dois biomas principais: o Cerrado e a Mata Atlântica. A falta de gestão nesse tema evidencia que o Cerrado é o bioma que apresenta maiores índices de queimadas por área, tal como presenciamos na Chapada dos Veadeiros em 2017. São patentes as dificuldades do estado em proteger a biodiversidade, em particular na pesca nas bacias hidrográficas e na pesca clandestina. As unidades de conservação encontram-se notadamente com baixa fiscalização.

Mais do que urgente se faz uma gestão integrada entre o estado e os municípios para a preservação da nossa exuberante natureza goiana. Vamos, de forma decisiva, expandir os investimentos na preservação e na regeneração da biodiversidade, de espécies da fauna e da flora e de ecossistemas, em parceria com prefeituras, setor privado e terceiro setor. Vamos atuar com responsabilidade e governança para fortalecer as unidades de conservação existentes, investindo no uso sustentável dessas áreas, inclusive para o turismo ecológico. Todo o ecossistema da região do Rio Araguaia é um exemplo claro da falta de gestão ambiental.

A ação do estado de Goiás deve ser firme, ampliando as ações preventivas e corretivas relacionadas às mudanças climáticas, estimulando medidas para a redução de emissão de dióxido de carbono (CO₂), ou gás carbônico, na atmosfera. Contudo, também, a mão do estado precisa fortalecer a fiscalização e monitoramento dos recursos naturais e o combate aos crimes ambientais. O grau de vulnerabilidade ambiental em áreas com vegetação nativa remanescente não é trivial, em particular no nordeste goiano.

Quanto à gestão dos recursos hídricos, nós temos muito a fazer. O modelo de gestão é tripartite (União, Estados e Municípios), e isso exige a concertação de interesses e objetivos comuns. Uma das saídas para desburocratização e melhoria da gestão hídrica é o incentivo e o apoio aos comitês de Bacia, descentralizando a gestão hídrica e seus processos administrativos, dentre eles a outorga, que hoje está totalmente concentrada no órgão ambiental do estado (SECIMA). Outra vantagem dos comitês de Bacia é o fortalecimento da representatividade local, auxiliando também na arbitragem de conflitos de uso. A iniciativa desses comitês no estado de Goiás é claudicante, em particular nas unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos (UPGRH) com maiores possibilidades de poluição por mineração e indústria, como nas áreas de Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do São Marcos.

Nesse olhar responsável pelos recursos hídricos, cabe salientar o triste quadro ambiental que o Alto Araguaia sofre no momento atual. Há forte assoreamento agravado no Rio Araguaia nos últimos anos devido ao desmatamento das matas ciliares às margens do rio, que começa em Goiás, margeia Mato Grosso e termina no Tocantins. O avançar dos bancos de areia pode secar o rio nas próximas décadas, prejudicando não somente o turismo como também a população que depende economicamente do Araguaia para sobreviver.



O rio hoje recebe, só de sedimentos – areia e terra –, mais de 8 milhões de toneladas, que são jogadas em seu percurso, destruindo e inviabilizando-o totalmente, quase levando o nosso Rio Araguaia à morte (LATRUBESSE, et al., 2009).

Saneamento

O Saneamento Ambiental no país abrange o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo dos resíduos sólidos, de águas pluviais e outras ações para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda, segundo o marco regulatório, a Lei n.º 11.445/2007. Segundo relatório do Banco Mundial, o saneamento básico constitui um dos maiores problemas do país, argumento que deve orientar na escolha das prioridades das políticas públicas doravante.

Compete aos municípios o fornecimento do saneamento básico. Em Goiás, a Companhia Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO) é a concessionária responsável pelo abastecimento de água em 225 dos 246 municípios do estado. O instrumento legal que disciplina a atuação do Governo do estado no setor de saneamento é a Lei Estadual n.º 19.453/2016. Por esta norma temos que a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, foram incluídos como serviços a serem prestados pela empresa.

Em Goiás, a maior parte dos municípios convive com a elaboração dos planos municipais de saneamento básico em andamento. Este também é o caso da capital goiana até o presente ano (2018), contém sérios problemas com abastecimento, esgotamento e drenagem, durante os períodos de chuva, e manejo de resíduos sólidos.

No setor do abastecimento de água, a cobertura de ligação à rede de água atingiu um patamar muito bom, com mais de 96% de ligações. No entanto, diversos problemas são persistentes:

- O índice de coleta de esgoto (56%) tem aumentado lentamente se considerarmos a faixa de população que ainda permanece sem o serviço (44%), e ainda se afasta muito de bons índices encontrados, como no Distrito Federal (84%).
- O tratamento desse esgoto está acima da taxa brasileira, 74,87%.
- Metade dos municípios abastecidos com água não possuem atendimento total de esgoto.
- Em 2016 Goiás já apresentava a terceira maior tarifa de água do país e a quarta maior de esgoto.
- Ambas tarifas sempre estiveram acima da média nacional, mas esse encarecimento vem ocorrendo em níveis cada vez mais rápidos nos últimos anos.

Quanto aos municípios não atendidos pela SANEAGO, as carências são grandes, senão vejamos:

- Em sete municípios não há tratamento de água
- Entre os sete municípios que não possuem órgão específico para os serviços prestados (Paranaiguara, Santa Rita do Novo Destino, Cachoeira de Goiás, Colinas do Sul, Mossâmedes, Nova Roma e Guarinos), “seis não realizam o tratamento da água, estando em desacordo com a Portaria n.º 2.914/2011, do Ministério da Saúde referente à potabilidade da água para consumo humano, no qual o processo de desinfecção é obrigatório para água oriunda de captação subterrânea e para captações em mananciais superficiais. Além da desinfecção, o processo de filtração também é exigido. Foram verificados problemas de planejamento, deficiência de estrutura organizacional, investimentos e manutenções (realizadas em caráter emergencial), quantitativo insuficiente de funcionário e falta de capacitação técnica”;
- A ETE de Senador Canedo foi inaugurada em outubro de 2017;
- 64% dos municípios que cobram tarifa não a fazem de modo adequado;
- Notou-se a presença de apenas fossas negras (destinação proibida para o esgoto) em 57,1% dos municípios.
- Mais de 80% dos municípios goianos dão uma destinação inadequada para os resíduos da saúde

O principal instrumento do estado para provisão do serviço de saneamento, a Companhia Estadual, esteve envolvida em grandes escândalos de corrupção nos últimos dois anos, a empresa sofreu com a paralisação de obras e o grande descrédito perante a população goiana, a investigação ficou conhecida como “Operação Decantação”.

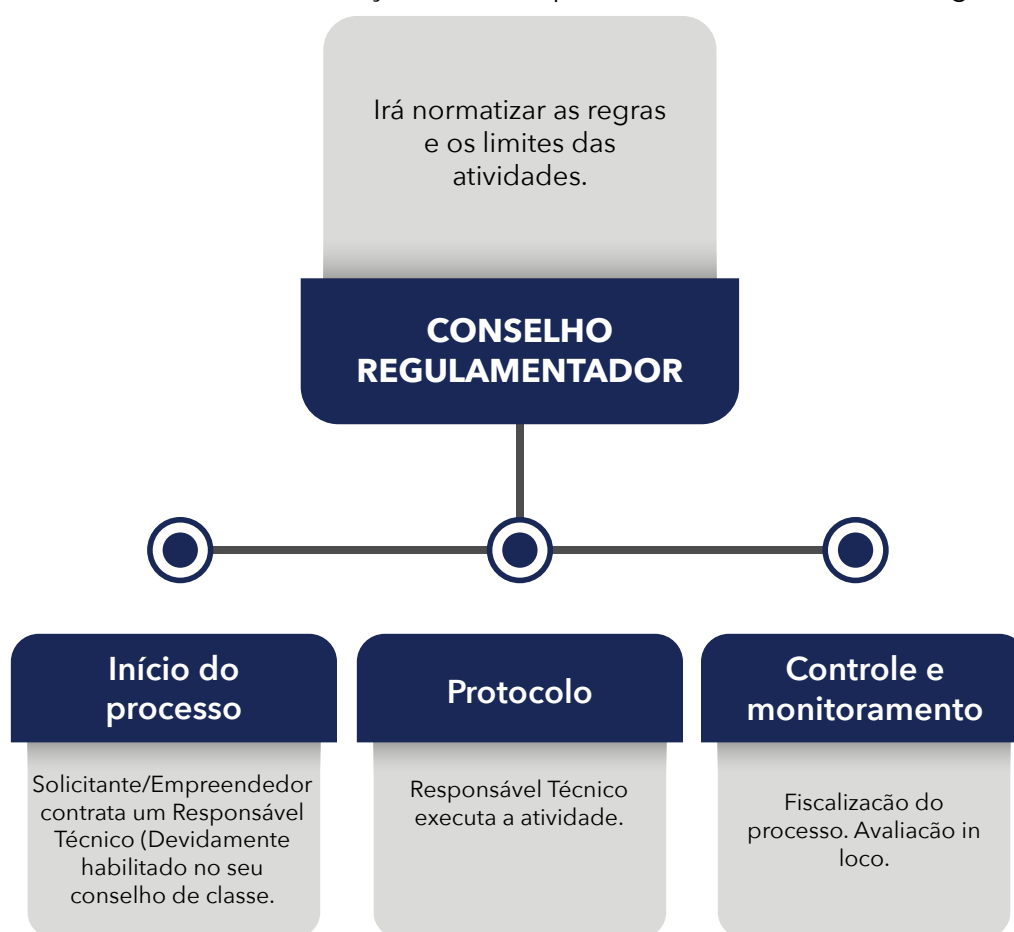
Existem problemas de gestão que serão certamente uma herança que em meu período de governo e terei que enfrentá-los, especialmente os problemas de fornecimento de águas durante a seca. A estação de seca em Goiás se inicia em abril e vai até a primeira quinzena de outubro. Notícias envolvendo a baixa do nível dos mananciais vêm sendo publicadas desde o início de maio e nenhuma política de enfrentamento pública foi feita preliminarmente.

Face o exposto, conclui-se que é fundamental que o Governo Estadual proveja o seu planejamento e apoie os municípios no planejamento e na gestão integrada do saneamento básico, promovendo ação conjunta para o investimento de recursos, principalmente nos sistemas de esgotos sanitários e na construção de aterros sanitários, de forma a reduzir o atraso estrutural do estado nessa área.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

Um dos temas mais relevantes para o desenvolvimento dos projetos econômicos de crucial importância para a geração de emprego e renda para o povo goiano é o do licenciamento ambiental, exigido por lei para a mensuração e adoção de medidas mitigadoras de impacto ambiental.

O licenciamento ambiental é exigência para a realização de algumas atividades produtivas, privadas ou públicas, variando de acordo com o tipo de atividade a ser realizada e os danos potenciais ao meio ambiente. Assim, é instalado um processo administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, de caráter vinculado, avalia essa obtenção da licença. No entanto, esse procedimento tem sido um grande gargalo na vida de muitos empreendedores que buscam desenvolver uma atividade regular, seja ele comercial, industrial ou rural, por se deparar com um processo extremamente longo e burocrático. É necessário modernizar o procedimento, para dar maior celeridade em sua tramitação, e consequentemente também reduzir gastos.



- Solicitante/Empreendedor contrata um Responsável Técnico, que esteja devidamente habilitado no seu conselho de classe e que esteja cadastrado no sistema de licenciamento ambiental do estado.
- Responsável Técnico protocola a declaração da atividade em um sistema automatizado (protocolo on-line) e utilização de tecnologias.

Dentro do cadastro ambiental rural, tem-se que colaborar para que o Programa de Regularização Ambiental possa trabalhar de forma eficiente e oferecer incentivo para que essa recomposição seja feita. Esse programa tem que ser feito para todo estado.

A União, o estado e os municípios têm o poder de criar a Unidade de Conservação e de desapropriar as terras que abrigavam famílias nessas regiões. No entanto, as famílias deveriam ser indenizadas de forma adequada e justa. Isso não vem sendo feito, porque as UC's estão sendo criadas numa velocidade muito maior que o governo consegue recompensar os antigos moradores da região, como o que aconteceu na Chapada dos Veadeiros com a desapropriação de 516 famílias.

Fornecer infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo nas maiores unidades de conservação. Assim como vem sendo feito nos Estados Unidos, os grandes parques oferecem área de camping, mirantes, trilhas e estradas pequenas para conseguir uma arrecadação necessária à manutenção e preservação do parque. Essa infraestrutura (mínima) ajuda não só a atrair mais turistas, como também facilita a ação de Bombeiros e patrulhas em época de incêndios.

COMPROMISSOS NO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Fortalecer o controle social na gestão da política ambiental em Goiás
- Promover a descentralização da gestão ambiental para os municípios e fortalecer as Unidades Regionais de gestão.
- Recuperar a Companhia de Saneamento de Goiás, modernizando a empresa, tornando-a uma organização eficiente e voltada a uma gestão por resultados;
- Implementar um modelo de gestão ambiental integrado que contemple diversos temas, como recursos hídricos, saneamento, habitação, saúde pública e outros.
- Realizar pesquisas e estudos ambientais necessários à caracterização da situação ambiental de Goiás.
- Adotar mecanismos para articulação e modernização dos órgãos e sistemas que atuam nas políticas ambientais no estado.
- Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- Fomentar a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas.
- Desenvolver os planos de Bacias Hidrográficas, pois estes vão trazer a realidade de cada Bacia e diretrizes para seu uso e ocupação, respeitando a multiplicidade dos usos.
- Agir urgentemente junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Meia-Ponte para resolver o problema de abastecimento de Goiânia;
- Definir e implementar estratégia de ação visando o cumprimento das determinações da Lei Federal n.º 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Ampliar os níveis de proteção ambiental a partir de políticas públicas e ações, como abastecimento de água, tratamento de esgoto, manejo de águas pluviais, coleta, reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos e proteção florestal.
- Buscar soluções integradas, participativas e consorciadas na viabilização de políticas públicas voltadas aos problemas de saneamento e meio ambiente.
- Combater problemas socioambientais (desmatamento ilegal, incêndios, pesca e caça

predatórias) mediante iniciativas preventivas, orientadoras, fiscalizadoras e repressivas.

- Estimular a inserção de tecnologias limpas nas empresas privadas, inclusive com incentivos fiscais.
- Estimular a capacitação técnica dos professores da rede pública de ensino para a inserção acadêmica da visão transversal da educação ambiental no currículo escolar.
- Estimular ações proativas e redução de metas de poluição, inclusive através da inserção de instrumentos econômicos.
- Fortalecer ações de Monitoramento Ambiental como suporte ao licenciamento ambiental.
- Modernizar o processo de licenciamento ambiental, dar celeridade no fluxo burocrático e conseqüentemente também reduzir gastos. A automação e a revisão desse processo serão prioritárias.
- Criar planos de fiscalização e educação ambiental para reduzir o desmatamento ilegal.
- Revisar e implementar a política florestal e de mudanças climáticas, incentivando projetos como plano de manejo florestal sustentado e reflorestamento com espécies nativas.
- Promover políticas voltadas ao desenvolvimento do negócio florestal para criação de regiões de produção e centro de negócios florestais.
- Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- Ampliar o percentual de áreas cadastradas de propriedades rurais no estado.
- Ampliar a rede de monitoramento da qualidade da água superficial e subsuperficial.
- Apoiar Programas de Valorização do Cerrado, contribuindo para o aumento da conservação da rica biodiversidade para melhorar a gestão ambiental e dos recursos naturais desse bioma.
- Incorporar o Instrumento do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) na gestão ambiental do estado, inclusive como suporte à redução do índice de desmatamento e de focos de calor.
- Promover a integração e a interatividade das leis estaduais ao novo Código Florestal Brasileiro.
- Estruturar brigadas contra o fogo florestal, em parceria com as prefeituras.
- Reavaliar e criar legislação para assegurar a preservação e conservação dos recursos bióticos e abióticos de Goiás, aliada ao conceito de desenvolvimento sustentável.
- Promover parcerias com prefeituras para conter o desmatamento com foco no resultado do sequestro florestal do carbono e comercialização dos créditos.
- Apoiar acesso dos pequenos produtores rurais aos projetos de pequena escala de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
- Recuperar o Rio Araguaia e promover fiscalização das áreas de proteção.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

Gargalo para a produção econômica do Estado

“Enquanto os moradores do Entorno continuam sofrendo com um sistema de transporte ineficiente, com ônibus sucateados e superlotação, os governos de Goiás, DF e Minas se reúnem vez ou outra e não chegam a solução alguma. Ficam num jogo de empurra, uma demagogia eterna que nunca discute a solução definitiva para o problema”

(Pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado em 29 de maio de 2015, Senado Federal)

SITUAÇÃO ATUAL

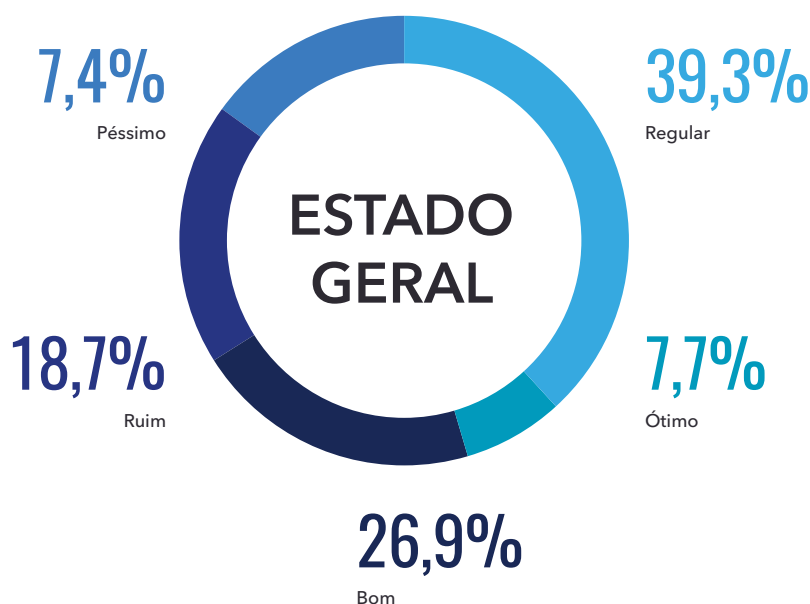
Poucos problemas são tão críticos para a economia goiana quanto a logística de transportes. Nossa economia está centrada na exportação - para o restante do país e para o exterior - de enorme volume de bens agropecuários, requerendo também a importação de insumos em grandes quantidades e de produtos de consumo. Para manter a competitividade, portanto, a capacidade de transportes é um fator absolutamente crítico.

A infraestrutura de transportes goiana está centrada no modal rodoviário, que carece de qualidade nas rodovias disponíveis. A recuperação da rede rodoviária estadual tem um duplo papel: de um lado é ela que tem de agir como alimentadora das cargas que precisam transitar das regiões produtoras aos grandes corredores de transporte; de outro, é pela rodovia estadual que se garante o acesso aos municípios do estado, dando a todo goiano o direito real de ir e vir.

De 2001 a 2015 houve mudanças tênues na malha rodoviária de Goiás (CNT/2017). A malha pavimentada aumentou 16% no período, enquanto no Centro-Oeste como um todo o aumento da malha foi de 30% no mesmo período. A quantidade de malha não pavimentada caiu 4,5%. Já a quantidade de rodovias planejadas aumentou 25%, o que pode significar não só aumento um da demanda por mais infraestrutura rodoviária, mas também dificuldades de execução dos projetos

Infelizmente, no nosso estado, mais de 65% da malha rodoviária é considerada regular, ruim ou péssima (CNT/2017). Pior ainda é perceber que os pontos críticos - com classificação regular, ruim e péssimo - encontram-se, em grande medida, na área produtiva de Goiás, que escoar grande parte da produção, como Itajá, São Luis dos Montes Belos, Itapirapuã, dentre outros.

(fonte: CNT - 2017)



Infelizmente, nenhuma rodovia de Goiás está entre as dez melhores no ranking da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2017) e duas delas aparecem entre as dez piores. A BR-158 entre Jataí e Piranhas foi considerada a terceira pior rodovia do País e a GO-174, entre Rio Verde e Iporá, é a quinta pior nessa mesma classificação.

A situação é muito grave para a economia goiana. Segundo estudos da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG, 2018), o custo estimado do transporte terrestre de uma tonelada de soja em mil quilômetros, dentro do estado de Goiás, é de U\$ 70,00. Isso é muito elevado se comparado ao custo de U\$ 17,00 transportados no estado de Iowa, nos Estados Unidos. De acordo com o Instituto de Fortalecimento para a Agropecuária de Goiás (IFAG), seriam necessários algo em torno de 2.500 quilômetros de pavimentação de rodovias goianas para o adequado escoamento da produção.

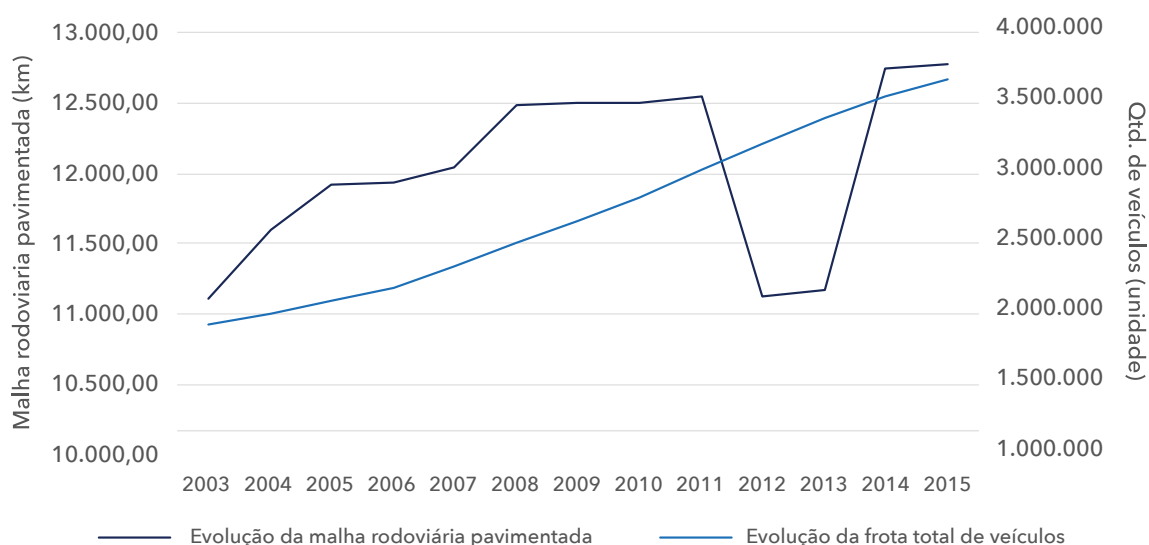
O impacto da qualidade das rodovias no escoamento da produção (principalmente agrícola) do estado gera o que chamamos nesta análise de “Custo Goiás”. Esse custo reflete as dificuldades logísticas geradas por problemas de infraestrutura das rodovias do estado. Estima-se que o custo operacional de transporte no estado aumente 23,6%, enquanto o frete possa chegar a até 20% do valor normal (FAEG, 2018).

Vamos atuar para que as rodovias, estaduais e federais, tenham a sua infraestrutura aperfeiçoada, como a BR-452 (Rio Verde e Itumbiara), BR-158 (Jataí, Caiapônia e Piranhas), a BR-153 (problemas no anel viário de Goiânia e duplicação em Anápolis) e a BR-060 (principal rota de saída para o Nordeste).

Entre 2003 e 2016 a frota de veículos no estado aumentou cerca de 33%, sendo que no Brasil esse aumento, no mesmo período, foi de 61%. A proporção de veículos no estado tem crescido ao longo dos anos: em 2003 era de 23 veículos a cada 100 habitantes, passando para 54 veículos a cada 100 habitantes em 2016 (CNT, 2017).

Em Goiás, a evolução da frota de veículos supera em muito a evolução da pavimentação das rodovias.

Evolução da frota total de veículos x Evolução malha rodoviária pavimentada - Goiás

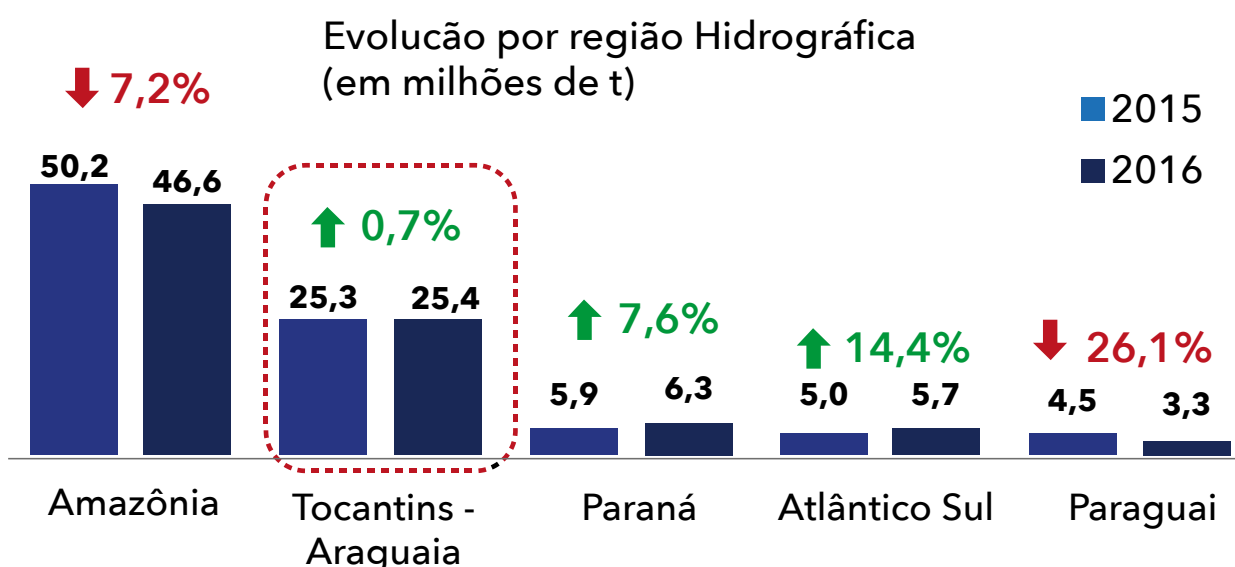


Em se tratando de transporte ferroviário, a situação também não é boa. Segundo a CNT, o volume de cargas transportadas pela Ferrovia Centro-Atlântica, entre 2007 e 2016, cresceu 34% de forma constante. Mas os investimentos da concessionária tiveram quedas abruptas desde

2012, e hoje há menos 313 milhões de reais de investimento anual em infraestrutura. Goiás sofre pela falta de governança junto aos concessionários e o “custo Goiás” aumenta. Todos perdem: produtor, governo, cidadão.

A Hidrovia do Tocantins-Araguaia é a principal hidrovia e um dos principais troncos viários do corredor Centro-Norte brasileiro. Transporta cargas por uma região de planalto no sentido Norte-Sul, com área de 921.921 km², espalhada pelos estados de Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal. A hidrovia Tocantins-Araguaia é responsável por 11,5% do transporte do total de hidrovias brasileiras. Em Goiás, seus portos estão em Luiz Alves e Aruanã.

No comparativo com as principais hidrovias do país, nota-se que a hidrovia Tocantins-Araguaia é a segunda com maior movimento de cargas. Contudo, entre 2015 e 2016 teve um aumento irrisório na quantidade de milhões de toneladas transportadas (ANTAQ), o que denota a falta de investimentos e gestão do estado.



A situação da hidrovia Parnaíba-Tietê-Paraná é ainda pior em razão da crise hídrica desse período. A falta de investimentos resultou em vultosas perdas para o escoamento da produção de Goiás.

A participação de outros modais de transporte poderia diminuir os impactos que a dependência do modal rodoviário causa na atualidade, como visto na greve dos caminhoneiros em maio de 2018, que gerou desabastecimento em todo Brasil. Os modais aéreo, ferroviário e hidroviário, no entanto, ainda são pouco utilizados e o estado carece de uma gestão propositiva e com regulação eficiente.

COMPROMISSOS NO TRANSPORTE

- Viabilizar e incentivar o uso de consórcios intermunicipais como alternativa para melhoria de estradas vicinais.
- Homologação dos aeroportos existentes em Goiás para assegurar transporte aéreo noturno.
- Lutar para a conclusão das obras de responsabilidade federal que constituem os corredores principais de transporte para fora do estado.
- Promover um conjunto de medidas para melhorar a performance do Sistema de Logística e Transporte nos diversos corredores de produção do estado.
- Promover ações para a melhoria e adequação da rede de armazenagem existente para ampliar o prazo de escoamento dos grãos, evitando os picos críticos que levam os sistemas de transportes à exaustão.
- Viabilizar recursos para custeio da produção, permitindo assim que os insumos empregados na preparação da terra e do plantio sejam transportados no retorno dos veículos empregados no escoamento da safra, contribuindo para a redução dos custos de transportes.
- Priorizar a pavimentação de rodovias estaduais cuja situação atual constitua entrave ao escoamento da produção e da circulação em geral.
- Concentrar recursos estaduais para começar e acabar as obras no sistema rodoviário estadual.
- Priorizar a pavimentação de rodovias para cidades que ainda não têm acesso por rodovia asfaltada;
- Priorizar a recuperação das vias de escoamento da produção e também as vias de grande fluxo de transporte de passageiros
- Investir na malha rodoviária que favoreça o desenvolvimento regional
- Viabilizar e incentivar o uso de consórcios intermunicipais como alternativa para melhoria de estradas vicinais

Mobilidade

Nossas cidades cresceram atendendo ao modelo perverso que as segmentou em centro X periferia, sendo esse apenas o primeiro ponto merecedor de melhor atendimento na prestação de serviços públicos. Essa lógica dificulta e encarece o sistema de mobilidade a ser instalado, atrasando a concretização de vias de transporte de qualidade para a população que mais necessita. O alto custo do transporte penaliza a população carente quando a obriga a realizar longos deslocamentos a pé ou de bicicleta diariamente para chegar ao trabalho.

A política de mobilidade terá que estar articulada com as várias escalas de acessibilidade, dando ênfase aos deslocamentos cotidianos do cidadão e à infraestrutura e seus respectivos modais. Nesse sentido, deveremos prover uma revisão de prioridades, dando ênfase às calçadas, à acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, aos sistemas ciclovitários e ao transporte

coletivo, em detrimento do transporte motorizado individual. Da mesma forma, a hierarquização desses investimentos será estabelecida tendo como objetivo o atendimento do maior número de pessoas de menor renda e os bairros e assentamentos precários.

Uma política de mobilidade eficiente reduz o número de acidentes, contribuindo para segurança no trânsito e diminuindo, dessa forma, a demanda pelo atendimento emergencial e de internação hospitalar na saúde. Mais ainda, a política de mobilidade que incorpore mais ciclovias contribui com estilo de vida saudável que amplia a longevidade e é positivo para a área da saúde igualmente. Depreendendo, assim, a importância dessas políticas setoriais e sua relação com as demais políticas públicas, pois a sua eficiente execução contribui com resultados positivos em diversas outras áreas.

A mobilidade urbana é outra política de responsabilidade dos municípios, segundo a Constituição Federal, mas cabe ao estado apoiá-los. Quanto à mobilidade metropolitana, esta ação deve ser realizada por meio de parceria entre o estado e os municípios metropolitanos, atendendo ao interesse comum estabelecido pela legislação que trata da Região Metropolitana de Goiânia.

A síntese histórica do transporte coletivo na Região Metropolitana de Goiânia, revela a falta de investimentos (fonte: Análise da Mobilidade Urbana e Metropolitana de Goiânia, 2017).

Quadro: história do transporte coletivo na RMG.

1970 a 1985: Estrutura da rede e dos serviços é estabelecida, fundamentada no conceito da integração e ancorada no Eixo Anhanguera. Centralização da gestão pelo Estado.
1986 a 1999: Estagnação da rede e dos serviços, crescimento acentuado da população, instabilidade econômica do país. Acomodação por parte das operadoras e ausência do poder público. Única obra de vulto, já no final do período, é a reformulação do Corredor Anhanguera.
2003 a 2004: Reação. A reestruturação da rede de transporte coletivo é iniciada. Novos terminais são implantados. A rede de linhas troncais é estendida, aumenta-se a oferta de ligações integradas. O desequilíbrio do sistema atinge seu maior ponto até culminar no reordenamento da atuação das empresas operadoras e do serviço alternativo. A CMTC desenvolve um Plano Diretor Setorial de Transporte Coletivo (PDSTC), que aponta a necessidade de investimentos na infraestrutura de terminais e corredores, entre outras medidas.
2004 a 2005: Ajuste da operação do serviço local, unificação tarifária e redução da tarifa do Eixo Anhanguera, renovação da frota, retomada de ações em corredores de transporte.
2006 a 2007: O PDSTC de 2004 é atualizado, visando à preparação da concessão do serviço de transporte coletivo, cujos contratos estavam próximos ao fim. A CDTC e a CMTC desenvolvem os estudos para a nova concessão. É gerado o Programa Metropolitano de Transporte Coletivo (PMTTC), com uma relação de investimentos a ser viabilizados com a nova concessão. É realizada a licitação para a concessão dos serviços.
2008: Os contratos são assinados em março de 2008. Início da nova concessão.

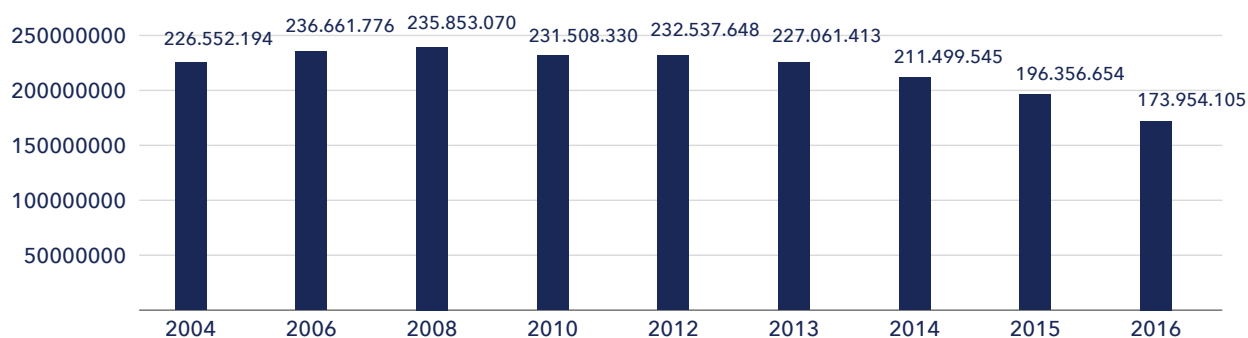
Desse quadro, há algumas conclusões:

- I. Goiânia não conseguiu implantar seu plano de mobilidade – menos de 30% dele foi colocado em prática nos últimos 10 anos.
- II. A estrutura para o transporte público não acompanhou o processo de densidade populacional que ocorreu em algumas áreas da RMG.

- III. O modelo de transporte atual, baseado em veículos individuais, não tem sustentabilidade, visto que a cidade não comporta tantos carros.
- IV. A cidade precisa repensar sua rede de transporte público e o modelo de financiamento desse serviço, uma vez que só a tarifa paga pelos usuários já não consegue arcar com os custos desse serviço.
- V. A última pesquisa origem e destino de Goiânia é do ano 2000. A cidade está há quase 17 anos atrasada no que concerne à coleta de dados para o planejamento do transporte. Não se sabe como é o comportamento da população que transita por Goiânia todos os dias.
- VI. O Plano de Mobilidade deve ser reestruturado, baseando-se em uma pesquisa de origem e destino (POD).

A perda de competitividade do transporte coletivo em relação ao modo individual – provocada por fatores como ausência de priorização e investimento público no sistema de transporte coletivo, aliada à crescente dispersão das ocupações das cidades – tem se refletido em uma perda crescente da demanda. Em 2016, a demanda do transporte coletivo da RMTC foi de 173.954.105 viagens. Isso representa uma queda de demanda de mais de 12% em comparação com o ano anterior, configurando uma queda progressiva desde 2012. O gráfico, abaixo, revela isso com exatidão.

Demanda (n. de viagem) anual do Transporte Coletivo (RMTC)



Fonte: Análise da Mobilidade Urbana e Metropolitana – 2017.

Destaca-se, ainda, que alguns fatores importantes afetam a qualidade do transporte público ofertado pelo estado de Goiás, quais sejam:

- gratuidades, que necessitam ser absorvidas pela tarifa (e pelo usuário pagante).
- o repasse ao órgão gestor, que onera a tarifa.
- a falta de infraestrutura prioritária, como corredores, o que força os ônibus a ficarem presos nos congestionamentos junto com os automóveis, comprometendo sua velocidade operacional, regularidade e confiabilidade, bem como impactando os custos do serviço.
- o espraiamento urbano, no qual ocupações, normalmente de baixa demanda, geram a necessidade de mais viagens e viagens em distâncias cada vez mais longas por transporte coletivo, o que onera o serviço e acaba gerando uma tarifa mais cara.

No que se reporta à mobilidade urbana, tratada no âmbito das políticas de cada município, entendemos que o estado deverá oferecer a assessoria técnica necessária ao seu planejamento e gestão, atendendo aos parâmetros que garantam qualidade de vida e a integração com outras políticas de desenvolvimento urbano. Por outro lado, ao saber que investimentos em mobilidade urbana resultam em trânsito seguro, reduzindo o número de acidentes e minimizando os impactos na política de saúde, entendemos serem importantes as ações em parceria que contribuam com qualidade de vida para os cidadãos de Goiás.

COMPROMISSOS NA MOBILIDADE URBANA

Diretrizes:

- Priorizar pedestres e ciclistas;
- Valorizar o transporte coletivo;
- Racionalizar o uso dos automóveis; e
- Planejar as redes urbanas.

1. Qualificar as redes de transporte promovendo a integração física, tarifária, operacional e informacional entre diferentes meios de transporte e expandir a rede cicloviária para garantir que o transporte também esteja disponível para pessoas que vivem em áreas remotas e menos densas ainda ao alcance dos corredores de transporte.
2. Investir no aumento de quilometragem de corredores exclusivos e preferenciais nas áreas de maior demanda de usuários, de forma articulada com as diversas alternativas de transporte nas regiões metropolitanas. Dessa forma objetiva-se reduzir o tempo de viagem do usuário de ônibus, o que garante ao serviço maior competitividade ante o modo motorizado individual.
3. Estimular novas centralidades na Rede Metropolitana de forma a reduzir a necessidade de longas viagens de ida e volta.
4. Definir novas fontes de financiamento do setor por meio de mecanismos alternativos como a constituição de fundos específicos, a tarifação de combustíveis e do uso da via, a cobrança de estacionamentos, dentre outros, de forma que o usuário pagante não seja o único responsável pela sustentabilidade financeira do transporte público.
5. Estimular o transporte público oferecendo mais conforto com a modernização da frota, mais rapidez com a integração de modais e conexões com corredores expressos de alta capacidade e racionalização de tarifas com a integração tarifária intermunicipal.
6. Promover atividades de educação, conscientização e fiscalização no trânsito, bem como projetos voltados para a ampliação da mobilidade não motorizada (ciclovias), integrada ao uso do transporte público (exemplo: paraciclos em terminais).
7. Investir na obtenção de dados sobre a estrutura da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos, assim como sobre o comportamento do usuário para desenvolver políticas com embasamento focado na realidade do usuário.
8. Promover a participação social na elaboração das ações referentes à mobilidade, focando nas necessidades dos usuários.

GOIÁS DA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



GOIÁS DA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

“Nós estamos vivendo uma das maiores crises... Uma das, não, a maior crise que este País já viveu em toda a sua história, algo que preocupa cada cidadão que tem, no mínimo, responsabilidade com a população diante do caos que é o desemprego hoje no País.

Eu faço essas referências iniciais para voltar a uma realidade no meu Estado de Goiás. Nós estamos assistindo hoje um Estado como Goiás, um Estado que tem todas as características de um povo, de uma região altamente produtiva, um povo trabalhador, um Estado que hoje é referência na área da agropecuária devido ao esforço do produtor rural, mas que, no entanto, vem passando por sérios problemas em todas as áreas que se tem”.

(pronunciamento do Senador Ronaldo Caiado, no Senado Federal em 22/08/2017).



INTRODUÇÃO

A POPULAÇÃO brasileira e goiana demonstrou, de forma enfática, a demanda por políticas governamentais de qualidade. Tais demonstrações tiveram seus momentos mais intensos nos movimentos de rua ocorridos em junho de 2013 e que tiveram seu auge nas manifestações cívicas que pediram o impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Esta situação precisa ser analisada em seu contexto político, histórico e socioeconômico e deve servir de alerta aos governantes para que a população seja atendida por meio de políticas públicas estabelecidas a partir de ordenamento de prioridades.

Para pensar e projetar o desenvolvimento do estado de Goiás é necessário ampliar o enfoque de nossas análises e, neste contexto, é essencial que se considere o seu território, as diversidades internas que caracterizam as suas regiões, como base estratégica. Por tudo isso, é importante destacar a dimensão desse espaço de mais de 340.000 km² e os impactos do processo de desenvolvimento que transformam o seu território e que imprimem novas feições na sua paisagem, em decorrência das mudanças econômicas, sociais e ambientais.

Não há como negar que este estado apresenta inúmeras fisionomias e a riqueza que sobeja, hoje, não esconde que a capacidade de produção de riqueza é bastante distinta entre as diversas regiões. Isso, por certo, impacta nos principais indicadores de qualidade de vida da população. Tais diferenças geram capacidades distintas de resposta, dadas pelas regiões, aos planos de desenvolvimento, assim, se essas diferenças forem observadas em estratégias específicas, serão dados estímulos diferenciados para potencializar a capacidade de reação às regiões menos dinâmicas. Portanto, fica evidente que buscar o desenvolvimento exige olhar para todas as regiões de maneira apropriada para atender as diferentes necessidades provenientes dessas particularidades.

Por conseguinte, todas as políticas deverão ser consideradas tendo-se como base o território e as diversidades internas que caracterizam suas regiões, bem como a dimensão cultural de sua população e as paisagens que as referenciam. Considerando que essa perspectiva de planejamento é conveniente ao estado pelas questões expostas, a nossa proposta se volta à criação dessa capacidade, com esforços voltados à estruturação institucional, desenvolvendo ainda as providências para instituir a política de desenvolvimento regional como instrumento de estado e não apenas de governo.

Em Goiás a crise na gestão pública não decorre da falta de ideias, nem de bons técnicos, mas sim da estrutura ineficiente descomprometida com o interesse público, da ausência da prática de planejamento e monitoramento das políticas, da desarticulação entre os diferentes órgãos e da apropriação da “coisa pública” por certos grupos. De concreto, todas estas práticas condenáveis levaram ao sucateamento da prestação dos serviços públicos essenciais, expresso nos preocupantes indicadores sociais que hoje são sentidos por toda a sociedade goiana.

A gestão atual está amarrada ao passado, na medida em que se vale de métodos que representam a velha política e sempre toma suas decisões com base em critérios questionáveis. A população está apartada do processo decisório e, paradoxalmente, o governo gasta muito do dinheiro público em propaganda justamente para tentar convencê-la do contrário. Uma gestão diferente, compartilhada com a população, é essencial para garantir as melhores condições de desenvolvimento. O povo de Goiás pode e deve se engajar na construção de seu próprio futuro.

Neste contexto a sociedade tem buscado interagir com as esferas de decisão do governo e apresentado de forma contundente suas necessidades. Estas novas interações têm colocado à prova, todos os dias, a capacidade do governo em dar respostas rápidas às demandas crescentes da sociedade e este será o nosso grande desafio.

Como homem público que orienta a minha atuação pela responsabilidade sinto-me no dever de alertar o povo goiano, com transparência e honestidade, que o estado vive hoje uma situação fiscal frágil, com alto risco de dificuldades financeiras a curto prazo.

Do ponto de vista da despesa, o estado tem sofrido, há vários anos, insuficiência financeira corrente, ou incapacidade de fechar as contas ano a ano, situação sistematicamente apontada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Outro fator de risco na despesa é a seguridade social dos servidores, com grandes déficits atuarial e corrente projetados para o futuro imediato. A tendência desse déficit é aumentar uma vez que o estoque de aposentados cresça e a expectativa de vida pós-laboral aumente. Isso exigirá uma redefinição de determinadas regras de aposentadoria.

Estas situações evidenciam cristalinamente a situação de fragilidade financeira do estado de Goiás. Não se trata de insolvência ou inviabilidade financeira – ainda que exija correção imediata para não se encaminhar para isso. Apenas é preciso apontar, com serenidade e firmeza, que os recursos disponíveis para as políticas públicas serão, nos próximos anos, menores que os atuais, o que exige uma reestruturação profunda do perfil da receita e da despesa do estado.

A reestruturação a ser realizada deve aproveitar os fatores econômicos favoráveis ao estado de Goiás: um cenário de crescimento do comércio internacional aponta que a atividade agroexportadora deve continuar em alta. Também a pauta da produção agropecuária tem incorporado crescentemente culturas com maior participação do mercado interno e maior possibilidade de agregação local de valor. Assim, existe a necessidade urgente de reestruturação financeira da gestão estadual, mas existem também os pressupostos econômicos que permitem essa reestruturação bem-sucedida.

O desenvolvimento econômico é medido pela capacidade das regiões em produzir bens e serviços que atendam às necessidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

No nosso estado de Goiás, o que se vê é que o planejamento do desenvolvimento não gerou, ao longo do tempo, a integração econômica do estado por meio de um melhor aproveitamento de cada uma de suas regiões. A heterogeneidade daí resultante pode ser observada nas diferenças entre o PIB per capita alcançado em cada região, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

**PIB PER CAPITA POR REGIÃO DE
PLANEJAMENTO DE GOIÁS - 2015 (EM MIL R\$)**

CENTRO GOIANO	17.925
ENTORNO DO DF	19.540
NORDESTE GOIANO	11.222
NOROESTE GOIANO	15.329
NORTE GOIANO	21.849
OESTE GOIANO	20.861
RM GOIANIA	19.527
SUDESTE GOIANO	33.074
SUDOESTE GOIANO	41.631
SUL GOIANO	31.684

Para superar este imenso fosso de desigualdade econômicas de cada uma das regiões, em meu governo vou trabalhar intensamente para potencializar as vocações em cada uma das regiões, implementar projetos públicos voltados a extrair de cada uma delas o que de melhor existe em termos de atividades geradoras de emprego e renda.

Para tanto, é preciso um estado eficiente, com finanças organizadas, que busque aplicar cada real arrecadado em tributos da melhor forma possível. Isso é respeitar o cidadão.

GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

Fragilidade financeira do Estado - retrato do período recente

O sucesso na implementação das políticas públicas depende da adoção de padrão de gestão de pessoas, de tecnologias, de estruturas, e de processos que constitua a expressão de uma estratégia de governança e de governabilidade voltadas para o pleno alcance de objetivos de desenvolvimento econômico e social do governo.

O alcance desses objetivos e metas pressupõe a superação do modelo de gestão vigente em Goiás, em que coexistem construções administrativas, na aparência, de caráter formal burocrático e gerencialista, mas que ocultam elementos do tradicional e perverso patrimonialismo, em que a administração é operada pelos dirigentes públicos sem o necessário zelo pela estrita separação entre o que é público e o que é privado, submetendo os interesses coletivos aos seus próprios, de natureza particular.

Na realidade, planos, orçamentos, estruturas administrativas, recursos humanos e tecnológicos têm sido executados sem uma estratégia definida, expondo o baixo nível de interação entre as funções de planejamento, orçamento e execução das ações governamentais. Dessa forma, valiosos recursos são subaproveitados ou mesmo desperdiçados.

É fundamental fazer uma conexão entre o futuro e o presente, vinculando o futuro de longo prazo, a visão prospectiva, o de curto prazo, o Plano Plurianual, e os planos de execução, de caráter imediato, e seus programas, projetos e ações governamentais, por meio de estratégias robustas que garantam o atingimento dos objetivos e metas de desenvolvimento social pactuadas com a sociedade.

O estado de Goiás precisa de estratégias de longo prazo, construídas de maneira participativa, que sejam robustas o suficiente para garantir a realização das expectativas da sociedade sob quaisquer circunstâncias conjunturais. Essas estratégias, revisadas a cada quatro anos dentro do debate político-eleitoral, serão políticas de estado e não apenas de um governo.

O povo de Goiás pode e deve se engajar na construção de seu próprio futuro.

Da mesma forma, serão fortalecidos substancialmente os vínculos entre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, documento de exigência constitucional federal e estadual, explicitando como as orientações para elaboração do orçamento estão vinculadas à execução do plano plurianual e, portanto, às estratégias de longo prazo para a consecução de objetivos e atingimento de metas de desenvolvimento social, considerando expectativas realistas de receitas e os limites legais.

Os indicadores fiscais e os métodos de contabilidade pública estarão alinhados às melhores práticas recomendadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, de modo que as avaliações sobre as finanças públicas representem a realidade, transmitam credibilidade aos agentes financeiros e, mais importante, mantenham o povo bem informado sobre como andam as contas do governo do estado de Goiás.

O orçamento deixará de ser uma peça de ficção como tem sido na atualidade, cuja execução se dá com adesão insuficiente ao Plano Plurianual que, por sua vez, não tem vínculo com estratégias de desenvolvimento social que deveriam ter sido construídas a partir de exercícios prospectivos.

As ações governamentais constantes do orçamento fiscal e da seguridade, bem como o de investimentos, podem e devem estar conectadas não somente com a execução da estratégia de consecução de objetivos e metas de desenvolvimento social como também entre si. Os ganhos de sinergia produzidos pelo alinhamento entre exercício prospectivo, plano plurianual e orçamento aumentarão a eficiência e a eficácia da ação do governo estadual.

O último elo dessa cadeia é o sistema de implementação da ação estatal, composto pela interação entre pessoas, estruturas, processos, e tecnologia. É necessário organizar esse sistema de maneira a garantir a execução do orçamento de maneira eficiente, eficaz e efetiva, realizando de maneira concreta as estratégias de desenvolvimento social derivadas do exercício prospectivo e traduzidas em plano plurianual e orçamento.

Isso significará uma mudança de cultura no governo do estado de Goiás cuja administração terá uma referência estratégica clara, garantindo a necessária consistência interna de políticas públicas bem assim sua coesão sistêmica, condição para a produção e a apropriação social de sinergia da ação governamental.

Essas mudanças, de natureza estruturantes, são fundamentais para retirar o estado de Goiás da situação fiscal nada confortável em que se encontra do ponto de vista orçamentário, financeiro e fiscal.

O quadro fiscal de dificuldades pode ser bem exemplificado por meio de alguns de seus fatos mais relevantes, os quais apresento de forma resumida a seguir:

- Em 2017, Goiás aferiu déficit orçamentário da ordem de R\$ 503.354.034,97 e não se trata de um mal resultado pontual. O gráfico abaixo explicita o resultado da execução orçamentária de 2008 a 2017.



Elaboração da equipe técnica do TCE-GO

- Atente-se para o fato de que o Governo de Goiás tem incorrido em resultados deficitários sistematicamente, o que evidencia necessidade de melhor gestão fiscal. Gastos com custeio em descontrole; sistema de arrecadação desatualizado; e renúncias tributárias injustificadas, inclusive com a concessão de incentivos fiscais em desacordo com as normas legais e contratuais, como indica relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado, são as principais causas desse resultado.
- O saneamento do resultado orçamentário exige, principalmente, a atualização dos regimentos de tributos estaduais, particularmente o ICMS, com a adoção de uma série de instrumentos de inteligência para a prevenção de sonegação e outros crimes e infrações de natureza tributária, além da racionalização das obrigações acessórias. O objetivo principal será a busca por neutralidade. Não haverá aumento da carga tributária. O governo terá como teto a relação atual entre Produto Interno Bruto (PIB) e arrecadação do ICMS e outros tributos estaduais. Outro vetor que norteará as ações fiscais, esquecido pela atual gestão, é a isonomia. Faremos todo o esforço necessário para que as bases tributáveis sobre o consumo sejam, tanto quanto possível, uniformes em relação a todos os produtos e serviços.

Repare-se que os gastos com publicidade e propaganda no período de 2008 a 2017 tiveram uma alta inexplicável do ponto de vista das boas praticas de gestão pública, da ordem de 436,05%. É paradoxal que tantos recursos tenham sido drenados do custeio de serviços públicos essenciais para deles se fazer propaganda. Esse volume exacerbado somente se justifica se se quer distorcer a realidade, sugerindo uma situação totalmente diversa da realidade experimentada pela população. As ações de publicidade, nesse contexto, constituem-se em um investimento contra o cidadão e sua capacidade de questionar as decisões que afetam sua vida e seu futuro.



Fonte: Equipe técnica do TCE - GO / Contas do Governador

- O desgoverno orçamentário, financeiro e fiscal também tem consequências sérias no endividamento do estado de Goiás. Com uma dívida consolidada líquida de R\$ 19.357.283.260,05, equivalente a 92,03% de sua receita corrente líquida, configura-se

situação de gravidade, já que para cada R\$ 100,00 de receita, o estado deve R\$ 92,00. Fica claro também que os governos de Goiás nos últimos dez anos gerenciaram com desmazelo as finanças do estado: de 2008 para 2017, a dívida cresceu 54,52%, ou em mais R\$ 6.830.632.260,00.

- O estado não está gerindo suas finanças, mas “empurrando” dívidas para frente, sob o pesado fardo dos juros e encargos que cada vez mais retiram recursos dos orçamentos da saúde, educação e segurança.
- O serviço e a amortização dessa dívida é, evidentemente, pesado, tendo consumido 8,74% da receita corrente líquida em 2017, comprometendo R\$ 1.838.434.641,21, dos quais R\$ 969.958.296,87 de juros e encargos da dívida e R\$ 868.476.344,34 em amortização do principal.

Nesse contexto, será necessário dominar a dinâmica do crescimento da dívida atuando sobre suas causas, decorrentes todas da má qualidade do gasto que tem predominado na administração pública do estado. Uma das principais são os restos a pagar acumulados nas últimas gestões do estado, cujo volume, da ordem de R\$ 2.844.215.829,44, corresponde a nada menos que 13,52% da receita corrente líquida de Goiás. Trata-se, praticamente, de um “orçamento paralelo”.

- A situação mostra-se extremamente complexa quando se considera, em adição aos restos a pagar acumulados, o déficit da conta previdenciária de R\$ 2.235.890.220,33, correspondente a 10,63% da receita corrente líquida, e o serviço e amortização da dívida, da ordem de 8,74% da mesma receita. A soma desses desequilíbrios representa 32,89% da receita corrente líquida. Não é por outro motivo que Goiás fechou o ano de 2017 com uma disponibilidade negativa de caixa de 2,075 bilhões.
- A lamentável condição do estado reflete em sua nota junto ao Tesouro Nacional no que concerne a sua capacidade de pagamento. Goiás recebe nota C numa escala em que A é a melhor menção e E é a pior. A União avaliza apenas empréstimos para entes da Federação com nota A ou B. Assim, pela falta de zelo com a gestão, o governo de Goiás tem que pagar juros mais altos para tomar dinheiro emprestado. E isso aumenta o serviço da dívida, alimentando um círculo vicioso cuja dinâmica precisa ser controlada e revertida.
- Melhorar a receita corrente líquida, nesse contexto, impõe-se como ação fundamental. Em 2017, essa receita foi de R\$ 21.029.652.000,00, mas é possível expandi-la substancialmente, inclusive com qualidade. Para isso será necessário adotar modelo de tributação que incentive a formalização, reduza a sonegação, o descaminho e a elisão fiscal, e simplifique as obrigações acessórias evitando-se procedimentos duplicados que tiram competitividade das empresas goianas no âmbito nacional e internacional. O estado não consegue mais gerar resultado primário suficiente para absorver esse volume de despesa financeira.
- Esse novo modelo deve estar fundamentado em inteligência informacional, o que envolverá a construção de capacidade de processamento de grandes volumes de dados retirados de notas fiscais eletrônicas do consumidor, as emitidas entre pessoas jurídicas, da escrituração fiscal digital e registros de transporte de mercadorias dentro das fronteiras do estado, cujo cruzamento também tornará o processo de auditoria fiscal mais eficiente, efetivo e eficaz, especialmente no caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, o ICMS. É necessário também atualizar e redistribuir o peso desse tributo entre as diferentes mercadorias e serviços, tendo por base sua capacidade contributiva, importância como geradora de empregos e renda e competitividade no nível nacional.

- Outra ação fundamental para aumentar a receita corrente líquida é aperfeiçoar os incentivos à produção no estado de Goiás, em especial aqueles que impliquem em renúncias fiscais e na outorga de isenções tributárias.
- Pelo anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, estimam-se isenções da ordem de R\$ 9.983.042.805,26 para este ano, de R\$ 10.585.025.818,97 para 2019 e de R\$ 11.187.008.832,68 para 2020. Para efeito de comparação, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida também estimada para esses anos é de, respectivamente, R\$ 20.879.979.449,08, R\$ 21.558.053.342,96 e R\$ 22.596.353.560,16.
- A relação entre isenções e RCL é de 48% em 2018, de 49% para 2019 e de pouco mais de 49% para 2020. A tendência de crescimento das isenções em relação à receita corrente líquida é cristalina e esse problema, de natureza fiscal, coloca em questão a sustentabilidade do modelo de promoção de industrialização do estado de Goiás por meio preponderantemente por meio de programas de isenções centralizado em desonerações. O que deve ser proposto é uma reformulação da política de incentivos focada em contratualizar resultados. Nossa intenção é manter os gastos tributários que geram emprego e renda para o estado. Honrar o compromisso feito com o empreendedor que gera riqueza e rever renúncias pontuais que não encontram ressonância equivalente nos indicadores de economia e desenvolvimento.
- Outra ação fundamental para aumentar a receita corrente líquida é aperfeiçoar os incentivos à produção no Estado de Goiás, em especial aqueles que impliquem em renúncias fiscais e na outorga de isenções tributárias.
- Pelo anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, estimam-se isenções da ordem de R\$ 9.983.042.805,26 para esse ano, de R\$ 10.585.025.818,97 para 2019 e de R\$ 11.187.008.832,68 para 2020. Para efeito de comparação, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida também estimada para esses anos é de, respectivamente, R\$ 20.879.979.449,08, R\$ 21.558.053.342,96 e R\$ 22.596.353.560,16.
- A relação entre isenções e RCL é de 48% em 2018, de 49% para 2019 e de pouco mais de 49% para 2020. A tendência de crescimento das isenções em relação à receita corrente líquida é cristalina e esse problema, de natureza fiscal, coloca em questão a sustentabilidade do modelo de promoção de industrialização do estado de Goiás por meio preponderantemente por meio de programas de isenções centralizado em desonerações. O que deve ser proposto é uma reformulação da política de incentivos focada em contratualizar resultados. Nossa intenção é manter os gastos tributários que geram emprego e renda para o Estado. Honrar o compromisso feito com o empreendedor que gera riqueza e rever renúncias pontuais que não encontram ressonância equivalente nos indicadores de economia e desenvolvimento.

É necessário mudar, adotando-se modelo de desenvolvimento industrial que se alinhe com os interesses do povo. Esse novo modelo deve, simultaneamente, aumentar a competitividade do estado de Goiás frente às outras unidades da Federação para atrair investimentos e garantir ganhos líquidos fiscais para fazer frente aos investimentos sociais. Renúncias e outros incentivos fiscais devem ser submetidos a uma política de desenvolvimento de recorte territorial, considerando assim potencialidades regionais.

O estado de Goiás poderá, para esse efeito, ser dividido em territórios de desenvolvimento e haverá um plano específico para cada um deles, construído com a participação da sociedade, a fim de priorizar as oportunidades particulares de investimento a cada uma das regiões. Cada plano de território de desenvolvimento terá um conjunto definido de incentivos de natureza tributária, financeira e patrimonial alinhado com os objetivos de criação de emprego, renda e de desenvolvimento social. Os municípios serão incentivados a vincularem seus planos àqueles dos territórios de desenvolvimento para capturarem benefícios sinérgicos.

O sucesso desses planos será medido por indicadores de desenvolvimento de natureza econômica e, principalmente, social. Em respeito ao princípio do uso eficiente dos recursos públicos, o esforço fiscal do Governo do Estado deve-se refletir em melhorias mais que proporcionais na qualidade de vida do povo.

Portanto, isenções fiscais deixarão de ser uma política de desenvolvimento desalinhada com os interesses do povo. Neste novo modelo, haverá mais exigências em termos de compromissos de geração de emprego e renda, não somente da perspectiva direta mas também da indireta.

Não há dúvida que as pessoas, os servidores do estado, são a principal parte desse sistema de implementação da ação estatal. Por isso, haverá necessidade de implementação de mudanças profundas no modelo de gestão da força de trabalho. A implementação da estratégia de desenvolvimento social de longo prazo, política de estado, implicará mudar o perfil do servidor público, processo que se fundamentará na seleção meritocrática, adoção de caráter generalista e na flexibilidade funcional.

A situação atual, por certo, exige que se proceda com mudanças. Com base em informações do governo atual, o estado de Goiás tem 172.029 vínculos, dos quais 68.021 são servidores efetivos e 46.336 são aposentados. São, ademais, 6.839 comissionados sem vínculo contra apenas 880 comissionados efetivos.

Tabela: Tipo de vínculo e quantidade de servidores

TIPO DE VÍNCULO AGRUPADO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Aposentado	46.336
Comissionado	6.839
Efetivo	68.021
Efetivo/Comissionado	880
Estagiário	1.455
Jeton	111
Médico Residente	85
Não atribuído	10
Pensionista	11.280
Pensionista Especial	1.922
Pessoa sem vínculo	224
Reformado	7.047
Requisitado	1.879
Requisitado / Comissionado	46
Temporário	25.894
TOTAL GERAL	172.029

Esses números revelam descompromisso com a profissionalização do serviço público em Goiás. Por um lado, a alta proporção de comissionados, de livre provimento, entre os servidores, da ordem de 10% do total de servidores efetivos quando, no plano federal, essa relação é de 1,77%. De outro, a baixíssima taxa de exercício de cargos comissionados por parte de servidores efetivos, de 11,40% do total de comissionados, em franco contraste com o que ocorre na administração federal, em que essa relação é de, no mínimo, 50%. Chama também atenção o fato de existirem 25.894 servidores públicos com vínculo de natureza temporária, representando 38,06% dos servidores efetivos.

Se esses números não bastassem para configurar situação de gravidade na gestão da força de trabalho, há manifestação clara de patrimonialismo no serviço público do Governo do estado no processo de ocupação de cargos no governo. E isso tem que ser superado.

Isso significa que para cada dois servidores aposentados há menos de três em atividade, o que configura situação de desequilíbrio grave entre ativos e inativos, com tendência de piora já que uma proporção substancial de servidores deverá preencher requisitos para aposentadoria no próximos cinco anos. Nenhum sistema de previdência dentro do regime de repartição consegue ser equilibrado nessa condição.

É fundamental, então, que sejam discutidas maneiras para se reequilibrar as contas da previdência do estado para garantir o pagamento de benefícios de aposentadorias aos servidores e pensões a seus dependentes.

Esse desequilíbrio é muito prejudicial para todos, reduzindo cada vez mais a capacidade do estado de Goiás de investir em áreas essenciais para a construção de seu futuro, como obras de saneamento, rodovias e até desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto, cabe ao Governo agir tanto do lado das receitas quanto dos gastos. Para isso, do lado dos gastos, há que se conhecer o déficit real, a partir de análises atuariais; e aperfeiçoar o processo de gestão dos benefícios, com o objetivo de identificar e reduzir despesas não justificadas normativamente. Do lado das receitas, é necessário identificar novas fontes de custeio: ativos monetizáveis como royalties, papéis lastreados em títulos de dívida ativa, imóveis, participações acionárias e recebíveis imobiliários, entre outros, poderiam compor uma estrutura de custeio de gastos dessa natureza. Com isso, e em estrita obediência ao mandamento constitucional de que os regimes públicos de previdência devem preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, registrado no Art. 40, será possível garantir que esse déficit de cerca de 10% da receita corrente líquida do estado de Goiás adquira dinâmica virtuosa e deixe de representar uma ameaça aos melhores interesses dos goianos.

A adaptação da Administração Pública do estado de Goiás ao novo modelo de gestão com ênfase na consecução de objetivos e metas de desenvolvimento social por meio da implementação de estratégias de longo prazo exigirá mudanças profundas na Administração Pública para além de seu principal aspecto, aqueles dos recursos humanos.

Nesse sentido, outras dimensões da Administração Pública como estruturas, tecnologias e processos, que têm natureza dialógica entre si e são complementares em relação aos recursos humanos, com o qual compõe o sistema de gestão das ações governamentais, serão reorganizadas para garantir a redução do custo de implementação de políticas públicas.

Historicamente, as iniciativas de reforma da gestão no estado de Goiás têm-se concentrado largamente no retratamento de estruturas, com preponderância à sua expansão. A atenção insuficiente dedicada ao aspecto dos processos intragovernamentais a a falta de ambição na adoção de práticas contemporâneas de governo eletrônico resultaram em situação de excessos e sobreposicionamentos que configuram disfuncionalidade: são Secretarias sem capacidade de elaborar políticas públicas ou de manutenção questionável, Agências com capacidade executiva reduzida ou até inexistente, empresas estatais que não se justificam como tais operacionalmente e que não respeitam o exigido na Lei de Responsabilidade das Estatais. Esse contexto facilita a captura patrimonialista.

Isso é um contrasenso também de natureza histórica. A adoção de tecnologias da informação que permitam o processamento de grandes volumes de dados e que expandam e tornem mais diretas e amigáveis a experiência de interação entre o cidadão e a cidadã com o governo, a racionalização de processos produtivos intragovernamentais e a construção de estruturas de governo funcionais e eficientes terão como resultado, a um só tempo, a maior transparência da ação do governo, a diminuição da burocracia, a redução das despesas de custeio e, principalmente, a prestação de mais e melhores serviços públicos, instrumentos de promoção do desenvolvimento social.

A prestação de mais e melhores serviços públicos não pode prescindir da participação do setor privado, especialmente em um contexto de rígidas limitações de recursos em que o estado de Goiás se encontra. Parte substancial do aumento da oferta, com ganhos de qualidade, de serviços públicos será garantida pela associação entre capitais públicos e privados ou, de maneira regulada pelo governo do estado, de maneira privada. Para definir se o serviço público será prestado diretamente pelo governo do estado, em parceria deste com a iniciativa privada, ou de maneira privada apenas, serão levados em consideração, principalmente, o retorno em termos de aumento de oferta em relação ao custo da expansão com ganhos de qualidade de cada arranjo e a capacidade e interesse do setor privado de se comprometer com atingimento de objetivos e consecução de metas desenvolvimento social aplicáveis, seja de maneira autônoma ou em parceria com o governo.

Para isso, não somente será necessário adequar os instrumentos de associação entre os setores público e privado já existentes, como o marco legal das parcerias público privadas, como também introduzir outros eventualmente considerados imprescindíveis. Um desses instrumentos inovadores é o contrato de impacto social, por meio do qual uma entidade do setor privado, por exemplo uma empresa, compromete-se a atingir os objetivos e alcançar as metas de desenvolvimento social constantes nos termos da estratégia de longo prazo, traduzidas na expansão com qualidade de serviços públicos, e é remunerada em função de seu sucesso.

Ressalta-se que o processo de inovação regulatória e aperfeiçoamento de instrumentos de associação entre recursos públicos e privados para que a ação governamental seja crescentemente eficiente, eficaz e efetiva será contínuo. A qualidade do gasto deve ser um princípio que permeie a elaboração de todas as políticas públicas e a prestação de qualquer serviço público.

Todos os esforços de implementação das necessárias mudanças do padrão de gestão pública do governo de Goiás, nos aspectos de recursos humanos, tecnologia, estrutura e processos e de alinhamento lógico das dimensões estratégica, de planejamento, de orçamento e de execução da ação governamental tem por objetivo aproximar o governo do cidadão e a cidadã e responder a suas demandas por condições de realização de seu potencial. Com a realização desse potencial, Goiás será grande.

Operar essas mudanças e superar a herança patrimonialista preponderante no modelo de gestão vigente será um desafio enorme. Maior ainda, entretanto, é a vontade de realizá-las. Os recursos administrativos do governo de Goiás devem ser empregados a favor de todos os goianos.

Esse desequilíbrio é muito prejudicial para todos, reduzindo cada vez mais a capacidade do estado de Goiás de investir em áreas essenciais para a construção de seu futuro como obras de saneamento, rodovias e até desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto, cabe ao Governo agir tanto do lado das receitas quanto dos gastos. Para isso, do lado dos gastos, há que se conhecer o déficit real, a partir de análises atuariais; e aperfeiçoar o processo de gestão dos benefícios, com o objetivo de identificar e reduzir despesas não justificadas normativamente. Do lado das receitas, é necessário identificar novas fontes de custeio: ativos monetizáveis como royalties, papéis lastreados em títulos de dívida ativa, imóveis, participações acionárias e recebíveis imobiliários, entre outros, poderiam compor uma estrutura de custeio de gastos dessa natureza. Com isso, e em estrita obediência ao mandamento constitucional de que os regimes públicos de previdência devem preservar o

equilíbrio financeiro e atuarial, registrado no Art. 40, será possível garantir que esse déficit de cerca de 10% da receita corrente líquida do estado de Goiás adquira dinâmica virtuosa e deixe de representar uma ameaça aos melhores interesses dos goianos.

COMPROMISSOS NO CENÁRIO FISCAL

- Concentrar recursos nas áreas-chave da prestação de serviços à população.
- Promover a revisão da atual estrutura de fundos vinculados ao orçamento estadual, simplificando a estrutura orçamentária.
- Reduzir a complexidade do regime tributário estadual e a instabilidade das normas, de forma a criar uma relação equilibrada e transparente com o contribuinte e a garantir a segurança jurídica nas relações tributárias.
- Reestruturar a administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo.
- Neutralizar os eventuais estímulos à sonegação e à inadimplência.
- Investir em serviços de informação e inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal, potencializando o aumento da arrecadação do ICMS sem aumentar a carga nominal, o que possibilitará a redução da carga tributária para micro e pequenas empresas.
- Estabelecer programas de incentivos ao consumidor para exigência da nota fiscal nos moldes da nota fiscal paulista.
- Ampliar e unificar os canais de transparência do estado, com simplificação e facilitação do acesso da população aos dados orçamentários, financeiros e administrativos de todo o estado.

COMPROMISSOS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Criar o COMPLIANCE PÚBLICO. Trata-se de um novo modelo de governança para o estado. A ideia é instituir um conjunto de práticas, regras e processos para sanear e contratualizar em todas as instâncias estaduais, oferecendo controle e conformidade com a legislação que rege a administração pública. A partir disso, ampliaremos:

- a) Transparência;
- b) Segurança jurídica;
- c) Diálogo;
- d) Desburocratização; e
- e) Diagnóstico da situação da administração pública

Para alcançar a eficiência administrativa preconizada, algumas medidas de caráter sistêmico na esfera da gestão pública se fazem necessárias, para transformar a natureza do fazer administrativo e permitir à máquina estadual produzir resultados com os recursos escassos com que vai ter que contar.

- Instituir novo modelo de gestão por meio das seguintes ações:
- Redesenho e fortalecimento do sistema de planejamento e gestão.
- Reorganização da rede de parceiros para a operacionalização do modelo de gestão.
- Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais.
- Adoção de conceitos e métodos de visão estratégica.
- Adoção da capacitação e aperfeiçoamento sistemático dos atores.
- Adoção de contratos para a formação de pactos e estabelecimento de responsabilidades para o gerenciamento das ações e cobrança do cumprimento das metas, nos diversos níveis gerenciais.
- Adoção de reuniões gerenciais sistemáticas, nos diversos níveis da organização gerencial, para o acompanhamento dos contratos firmados com base nos instrumentos de monitoramento das metas e resultados.
- Democratização do processo para que possibilite a transparência da gestão e a participação da sociedade nas decisões tomadas e na definição de prioridades.
- Descentralizar amplamente as estruturas e o poder de decisão dentro do aparelho administrativo do estado, e reforçar a descentralização das políticas públicas mediante parcerias com municípios e consórcios intermunicipais.
- Incentivar a participação da sociedade na definição de prioridades, na elaboração e execução das políticas, fortalecendo a função da ouvidoria.
- Fomentar atividades de pesquisas e estudos essenciais ao monitoramento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais que norteiam as políticas.
- Integrar, na maior extensão permitida pelas condições fiscais, a programação financeira do Tesouro e a gestão de compras, de forma a poder definir nos editais de compras de bens e de contratação de serviços os prazos exatos de pagamento das obrigações contratadas e fornecidas, e cumprir esses prazos, dando credibilidade ao Estado como cliente junto aos seus fornecedores.
- Desenvolver um portal de compras estadual, automatizando o processo de licitação e compras governamentais.
- Valorizar o servidor de carreira, com gestão baseada na meritocracia.
- Reduzir os cargos de nomeação política.
- Definir e cumprir as datas de pagamento nos editais de compras de bens e de contratação de serviços, de forma a conquistar a confiança dos fornecedores de bens e serviços quanto à segurança e pontualidade dos pagamentos no âmbito do Governo do estado.
- Concepção de um banco de dados estadual com as informações resumidas das compras, quais sejam: especificação do produto e serviço com codificação única no âmbito do Estado para produtos e serviços idênticos ou similares, de acordo com o grau de similaridade; valor pago por unidade de medida definida; data da aquisição; data prevista para o pagamento e data do pagamento.

- Promover a gestão transparente, eficiente e integrada com a utilização de boas práticas em Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio para garantir monitoramento das metas prioritárias de governo.
- Garantir a articulação dos recursos públicos com a gestão orçamentária e financeira focadas em resultados claramente definidos, priorizados e comunicados à sociedade e a todos os níveis da administração pública.
- Fortalecer a capacidade de planejamento e gestão setorial.
- Estabelecer mecanismos de pactuação e responsabilização do cumprimento de resultados, através do fórum permanente de monitoramento e avaliação do cumprimento de metas a serem realizados com todos os secretários de governo e destes com suas respectivas equipes.
- Dar condições e cobrar de todos os níveis da organização pública a prática de reuniões gerenciais focadas no cumprimento das metas e resultados.
- Resgatar o papel da Escola de Governo como propulsora do desenvolvimento profissional, envolvendo não apenas os agentes que operam as políticas públicas, mas também os que tomam as decisões.
- Garantir a implantação, de fato e de direito, da Gestão por Programas em Goiás.
- Implantar os processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas de governo, visando mantê-los atualizados e integrados às demandas da sociedade goiana.
- Fortalecer a função de planejamento do Governo de Goiás, de forma a garantir a integração não apenas formal, mas, sobretudo orgânica dos planos de ações de governo, evitando a duplicidade de esforços e recursos.
- Instituir no Governo do estado o processo de estudos, pesquisas e análise, permanente, como subsídio para a formulação e execução das políticas públicas.
- Fortalecimento, através da colaboração técnica, das ações do Governo Estadual com os Municípios e União.
- Promover o alinhamento do controle interno com o planejamento e avaliação dos resultados.
- Fortalecer os canais de ouvidorias.
- Fortalecer a estrutura central de controle interno do Estado em recursos e estratégia, potencializando o seu papel na prevenção da corrupção e do desperdício.

COMPROMISSOS NA POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Incentivar em função do interesse público
comprovado

É verdade que as distâncias, o isolamento geográfico e o menor desenvolvimento relativo fazem com que algum tipo de compensação tributária de desvantagens competitivas seja necessário ainda por algum tempo para atividades que realmente gerem valor para a economia do estado, em projetos que representem novos investimentos e geração de empregos. No entanto, o que se tem hoje em Goiás é praticamente o contrário disso.

Em outras palavras, a concessão de benefícios fiscais deve ser um instrumento de política fiscal voltado à promoção do desenvolvimento, para adoção pela União e pelos estados brasileiros visando à redução de desigualdades sociais e regionais, a promoção de crescimento setorial, a expansão, a modernização e a diversificação das atividades econômicas, estimulando o aumento da competitividade estadual.

Fica clara a necessidade de profundas modificações no âmbito tributário estadual. Todas essas alterações são minuciosas e exigirão um extenso trabalho de desenvolvimento normativo e aplicação administrativa, sendo lançadas de imediato e concretizadas a médio prazo, ao longo dos quatro anos de governo. Afinal, foram muitos anos de distorções acumuladas, que exigirão um processo sustentado de reforma tributária que garanta a competitividade de nossas empresas e a equidade fiscal entre os nossos contribuintes.

- Consolidar e melhorar a qualidade da redação e dar segurança jurídica à legislação e aos regulamentos estaduais.
- Investir na estruturação da inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal.
- Divulgar de forma detalhada e clara as metodologias e dados utilizados para o cálculo da receita estimada no orçamento.
- Simplificar e unificar os procedimentos de cumprimento das obrigações tributárias e registrais das empresas junto ao estado.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nos últimos tempos, o esforço do povo goiano, de seus trabalhadores, de empresários e de homens do campo foram responsáveis por fazer com a que a economia estadual crescesse a taxas médias acima da média nacional.

Neste contexto, Goiás mostrou-se capaz de produzir e vender bens e serviços que passaram nos testes dos mercados internacionais, além de ter sido capaz de manter e expandir a renda real de sua população ao longo prazo.

Para os próximos anos, os desafios são grandes. Penso que se torna fundamental pensar e agir como foco na busca por um desenvolvimento regional que seja inclusivo, que reduza as grandes disparidades regionais na produção de riqueza e de bem-estar para o povo goiano.

Meu compromisso fundamental é orientar a atuação do setor público para apoiar, fomentar e contribuir de forma mais decisiva com um crescimento econômico das regiões menos dinâmicas para taxas mais próximas da média estadual.

Para alcançar essa meta estratégica e de grande relevância para o nosso povo tem-se que alguns fatores apontam a formação de um cenário externo favorável, que precisam conjugado com as forças motrizes as vantagens comparativas do estado, respaldados em uma política de desenvolvimento econômico estadual, com ênfase na atração de investimentos.

No cenário externo é digno de menção:

- ampliação do comércio devido ao aumento da demanda dos países emergentes e em desenvolvimento.
- Oportunidades para o segmento agroalimentar advindas das mudanças no padrão de crescimento da china.
- Oportunidades derivadas do crescimento do papel da china como investidor.
- O crescimento mundial trará novas oportunidades para Goiás aumentar suas exportações de produtos agroalimentares para os novos mercados consumidores, especialmente o asiático.

No cenário interno, os fatores mais importantes para o crescimento de Goiás são os seguintes:

- Expansão da produção e das exportações de alimentos, especialmente para os países em desenvolvimento.
- Demanda de centros logísticos para prestação de serviços para a agropecuária.
- Expansão da exportação de carne.
- Avanços tecnológicos para obtenção de ganhos de produtividade na agricultura.
- Desenvolvimento de novas técnicas, tecnologias e soluções aplicadas à cadeia de produção e distribuição de alimentos.
- Localização estratégica de Goiás, sobretudo a proximidade do Distrito Federal, é considerada como um dos maiores ativos do estado.
- Disponibilidade de recursos naturais, tais como clima, topografia, matéria-prima, biodiversidade e recursos hídricos, é considerada como uma vantagem competitiva de Goiás.

Para o crescimento econômico sustentável de Goiás, com aumento da renda per capita e inclusão social, as principais estratégias a serem perseguidas são as seguintes:

- Inserir os produtos de Goiás e do Brasil Central na agenda comercial externa do Brasil.
- Instalar Parque Tecnológico em Goiás.
- Apoio e fomento às novas empresas tecnológicas, startups e educação tecnológica.
- Estruturar portfólios de oportunidades de negócios e projetos de investimento produtivo nas regiões Nordeste, Entorno do DF, Norte, Noroeste e Oeste (renda per capita inferior à média do estadual).
- Melhorar sistematicamente a produtividade e inovação nas empresas goianas.
- Aumentar a competitividade da economia e sua inserção global;
- Oferecer uma educação geral e técnica de qualidade que irá permitir aumentar o estoque de capital humano disponível e irá se refletir, também, no aumento da produtividade do fator trabalho;
- Prover uma infraestrutura de alto desempenho, especialmente rodoviária
- Promover um desenvolvimento regional inclusivo por meio de um amplo aproveitamento

das oportunidades e vocações econômicas

- Realizar promoção comercial sistemática e assertiva de Goiás, promovendo a formação e o desenvolvimento de redes de negócios no exterior e no país.
- Atrair investidores e investimentos estrangeiros para Goiás, neste sentido com especial atenção especial aos asiáticos.
- Fortalecer empreendimentos de médio porte na produção de bens ou serviços de alto valor agregado, competitivos nos mercados nacional e estrangeiro.
- Reforçar e acentuar a integração das redes de prestação de serviços públicos nas regiões Nordeste, Entorno do DF, Norte, Noroeste e Oeste.

Para se tornar mais relevante na produção de alimentos para o mundo, Goiás dependerá da evolução da sua produtividade e competitividade, o estado precisa acompanhar as principais tendências de mudança nos padrões alimentares e inovar para se adequar às exigências dos mercados consumidores. Alguns direcionadores estratégicos que pretendo aproveitar e incorporar na gestão e governança pública para o desenvolvimento regional integrado em prol de um Goiás mais produtivo, mais próspero e menos desigual são os seguintes:

- Fortalecer o sistema de inovação, especialmente nas atividades voltadas para a agroindústria, que é uma condição essencial para que o estado se posicione entre as economias mais competitivas.
- Ampliar a competitividade do estado e adotar uma estratégia de exportações proativa, que serão determinantes para a qualidade da sua inserção internacional e para a disseminação de prosperidade no estado.
- Agregar valor e ganhar produtividade na atividade agropecuária, para tanto irei criar as condições para empregar um mix de tecnologias, serviços modernos e utilização de energias renováveis.
- Aumentar os investimentos em infraestrutura e logística, com gestão mais eficiente dos recursos, como fatores essenciais para que se desenvolvam novos vetores de desenvolvimento no território do estado de Goiás.

FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO E POLÍTICAS SETORIAIS

SITUAÇÃO ATUAL

O setor agropecuário, centro dinâmico da economia goiana, tem demonstrado incrível capacidade gerencial e de inovação, expandindo as fronteiras agrícolas do país e contribuindo significativamente para o equilíbrio da balança comercial brasileira. Tamanha expansão provocou ao longo do tempo desequilíbrios no campo ambiental, que vêm nos últimos anos sendo enfrentados pelo conjunto do setor de forma a atingir ao incremento de seu potencial

produtivo à luz de critérios de sustentabilidade.

Agropecuária e proteção ambiental têm de ser desenvolvidos simultaneamente, e o estado deve apoiar, incorporar e fomentar as muitas iniciativas já em andamento por parte da agricultura empresarial de Goiás. Isto se torna ainda mais crítico quando se constata, com grande expectativa, que o estado ainda apresenta um excepcional potencial de crescimento tanto na produção de produtos primários como no processo de agroindustrialização e de agregação de valor às suas matérias-primas, seja nas culturas tradicionais ou na diversificação de sua matriz de produtos.

Em termos de potencial, a pujança do agronegócio não pode ofuscar a importância da agricultura familiar, responsável por grande parte do valor da produção agrícola e pela maior parte do emprego gerado. Goiás tem uma vigorosa agricultura familiar produzindo especialmente grãos (arroz, feijão e milho), frutas (banana, abacaxi), legumes e verduras, mandioca, leite, peixes, produtos apícolas e frango tipo “caipira”. Longe de competir com a grande produção empresarial, a agricultura familiar é uma atividade que deve completar a estrutura da produção rural goiana, aproveitando as oportunidades abertas pela elevação da renda exportadora e pela urbanização dela decorrente.

O que se busca é atender e ter um olhar mais abrangente para o setor produtivo. Isso está diretamente relacionado a atender, também, aos pequenos empreendedores, ao agricultor familiar e ao pequeno produtor rural. É determinante investir na assistência e extensão rural, além da necessária capacitação gerencial básica para a gestão dos negócios.

Há falta de subsídios para o acesso dos pequenos produtores aos insumos, maquinários, novas tecnologias, benfeitorias e até mesmo a própria mão de obra. O que perdura, até os dias atuais, é o discurso político de apoio ao pequeno produtor, mas sem qualquer investimento concreto. Não há um programa sequer para o fomento da produção de mais de 100 mil propriedades no estado de Goiás (Incra: 103.147 abaixo de 4 módulos fiscais).

Dada essa precariedade, entende-se como factível o estudo para avaliar a criação de fontes de incentivo ou mesmo um fundo financeiro, que possa oferecer incentivo a esse público em particular. Incentivo, vale dizer, não apenas pecuniário, mas sobretudo de assistência técnica e gestão empresarial. Uma proposta de apoio assistido ao pequeno produtor em toda a cadeia produtiva, com possibilidades interessantes, inclusive, de rever e fortalecer o papel da Emater Goiás. Uma entidade que merece ser apoiada e eventualmente “ressignificada”, para o fomento e acreditação, inclusive com parceria de outras entidades do sistema S, além de associações da sociedade civil ligadas à agricultura e desenvolvimento do trabalho e emprego.

A produção rural ocupou e integrou em Goiás a maior parte do território estadual, incorporando fronteiras em áreas mais isoladas e mais que triplicando a sua produtividade nas últimas quatro décadas, as é preciso garantir e manter a competitividade da agropecuária, permitindo a continuidade do seu ciclo de desenvolvimento e a consolidação de Goiás como potência agrícola nacional.

Além dessa perspectiva, é essencial, não obstante, fortalecer as cadeias produtivas do agronegócio investindo em tecnologias, fomentando a pesquisa, a sustentabilidade, os processos de defesa agrícola. Para tanto,

há iniciativas que não podem ficar em planejamentos inexecutáveis. Precisamos investir na expansão de incentivos à piscicultura, no fortalecimento dos sistemas dos sistemas de produção de aves e suínos, na recuperação de áreas agricultáveis para as culturas de grãos, oleaginosas e cana-de-açúcar e, sobretudo, realizar ações e investimentos decisivos nos programas de sanidade animal.

Dentro do setor serviços, um segmento de excepcional importância é o turismo. Goiás tem um dos maiores potenciais turísticos do Brasil e hoje já apresenta destinos com altos níveis de visitação. Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro (2017), Goiás possui 83 municípios turísticos espalhados por suas 10 regiões turísticas.

Esses destinos pedem, desde hoje, ações de sustentação de curto prazo para sua consolidação e superação de alguns problemas da infraestrutura básica e de apoio turístico. Outro conjunto de municípios tem grande potencial, especialmente destinos de pesca, de sol e praia, que também agregam elementos de apelo natural e/ou cultural, mas permanece sem a devida estruturação. É o caso do Araguaia, que pode e deve merecer mais atenção da política governamental para o setor produtivo.

A intervenção do estado no segmento turístico deve apoiar os mercados atualmente já maduros, mas sem perder de vista os novos destinos que aproveitem o potencial natural e cultural que privilegia os goianos, numa dimensão de interiorização e diversificação dos destinos. Também nessa esfera, o estado tem um papel não apenas de executor da sua parcela de responsabilidade, mas também de promotor e cooperador do papel dos municípios. Ademais, como ações estratégicas para o setor proponho:

- Aumentar a oferta de qualificação profissional na área por meio do incentivo à oferta de cursos livres e técnicos na área de turismo, visando os municípios indutores do turismo regional. O aumento da oferta pode ocorrer via colégios técnicos estaduais, parceria com entidades privadas, e também com entidades do sistema S, como o SEBRAE e o SENAC.
- Potencializar o uso dos equipamentos turísticos tanto por turistas quanto por residentes, por meio da divulgação destes equipamentos como opções de lazer. Esta proposta trata de fomentar a articulação entre município e trade turístico local para a promoção dos equipamentos turísticos.
- Incentivar a inovação tecnológica no setor por meio de parcerias com o setor privado e

o trade, fomentando o desenvolvimento de sítios de promoção dos destinos turísticos e aplicativos mobile que mostrem ao turista as opções oferecidas pelo trade turístico local e os tipos de atividades turísticas disponíveis em cada destino: turismo cultural, turismo ecológico e turismo de saúde.

- Incentivar a gestão integrada do turismo e a estruturação de um projeto contínuo de pesquisas em turismo para o monitoramento das atividades do setor por meio de órgão já existente – Agência Estadual de Turismo (Diretoria de Pesquisas Turísticas e Eventos do estado de Goiás) – e institutos de pesquisa, incentivando que a gestão municipal faça o mesmo, com o objetivo conhecer a conjuntura turística das regiões para elaborar planos estratégicos e de marketing que visem impulsionar o desenvolvimento do turismo local.
- Assegurar o acesso aos destinos turísticos por meio de melhorias no acesso geral e nos transportes. Esta proposta visa ao desenvolvimento de um programa de melhoria da infraestrutura das cidades turísticas tendo como objetivo o incremento da acessibilidade de pessoas com deficiência e restrição de mobilidade aos destinos turísticos regionais, bem como suprir a necessidade de transporte público que atenda ao turista no deslocamento desde sua chegada até as visitas aos atrativos turísticos.
- Apoiar eventos artísticos, gastronômicos e circuitos culturais para impulsionar o turismo regional, concentrando esforços nas regiões com vocação turística pouco explorada a fim de que se crie um fluxo de turistas que auxilie na promoção dos destinos e aqueça a economia local.

Um capítulo especial no segmento do turismo em Goiás é o Rio Araguaia, conhecido em todo o estado e nacionalmente por sua fauna diversificada, pela beleza de suas praias, pela pescaria. Contudo, ao longo dos últimos anos atividades econômicas desreguladas e exploração turística não sustentável têm sido responsáveis pelo assoreamento do leito do rio. O Araguaia é um patrimônio de Goiás e como tal será tratado em meu governo. Para tanto, irei desenvolver um projeto para recuperação do Rio Araguaia.

Por fim, a diversificação econômica exige a atenção a um crescimento industrial adequado. A indústria estadual, em seus segmentos extrativo mineral, de transformação, de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública, é responsável por parte significativa do produto econômico estadual.

Nosso programa tem medidas de natureza tributária e de facilitação da vida empresarial que, sendo de caráter geral, beneficiam todos os setores aqui apontados. Adicionalmente, podemos formular políticas setoriais específicas que, aproveitando e apoiando a expansão autônoma do agronegócio de produção primária, garantam a sustentabilidade ambiental dessa expansão e induza à agregação de valor ao produto primário e a diversificação da base de geração de renda do estado.

- Explorar novas possibilidades locais de produção agropecuária com valor agregado.
- Fortalecer a agricultura familiar, com disponibilização da assistência técnica, incentivando o associativismo e facilitando o acesso ao crédito, bem como reestruturar e consolidar o sistema de extensão rural.
- Estabelecer políticas industriais que agreguem valor aos produtos do agronegócio e que contribua para a melhoria da qualidade e dos custos de produção no setor.
- Estabelecer política de incentivos fiscais que atenda a nova política industrial e que seja competitiva em relação às políticas de incentivos fiscais dos estados vizinhos.

- Atrair investimentos internos e externos na área de mineração, respeitando o meio ambiente e garantindo o desenvolvimento social da região;
- Incentivar a agregação de valor da matéria-prima mineral no Estado; Apoiar as pequenas unidades produtivas de base mineral; e Retomar os levantamentos geológicos e geofísicos.
- Promover ampla divulgação da economia, potencialidade e infraestrutura de Goiás em outros estados da federação e em países com os quais o estado não mantenha relacionamento comercial.
- Viabilizar, definir e elaborar projeto de implantação de Parque Tecnológico na região da RIDE.
- Explorar a indústria do pescado, assim como as potencialidades da pesca esportiva como fator de atração do movimento turístico.
- Ampliação dos conhecimentos geológicos e geofísicos.
- Atrair investimentos internos e externos na área de mineração e assegurar os recursos para o planejamento setorial de médio e longo prazo.
- Incentivar a agregação de valor da matéria-prima mineral no estado.
- Apoiar as pequenas unidades produtivas de base mineral.
- Formular agendas comuns com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Serviço Geológico do Brasil).
- Viabilizar linhas de crédito e financiamento ao setor mineral.
- Investir na melhoria do produto turístico, com a recuperação de locais de interesse histórico, cultural e ambiental e o desenvolvimento de programas de qualidade de serviços e de infraestrutura de apoio ao turismo.
- Divulgar de forma intensiva os produtos turísticos priorizados pela política estadual de turismo.
- Recuperar e valorizar os atrativos turísticos de valor histórico, cultural e ambiental.
- Desenvolver programas de qualidade de serviços turísticos e capacitação profissional no setor.
- Melhorar o Sistema Estadual de Informação Turística com base para subsidiar as políticas e divulgar os produtos turísticos no mercado.
- Fortalecer a capacidade de gestão turística do estado, bem como da governança local dos destinos – esfera municipal.
- Viabilizar projeto e obras civis de infraestrutura importantes para o setor turístico.
- Elaborar diagnóstico e prognóstico das potencialidades e produtos turísticos de Goiás, com ênfase no ecoturismo.
- Organizar a base de conhecimento técnico e científico para a gestão mais eficiente dos recursos pesqueiros.
- Apoiar a redução dos tempos de obtenção de registros e certidões para a redução do tempo de abertura de empresas (manter e melhorar o Portal do Empreendedor e o Vapt Vupt).
- Fomentar projetos de banda larga de alta performance em grandes centros;
- Incentivar o desenvolvimento de tecnologias (empresas + universidades) voltadas para os setores onde a economia de Goiás se destaca (agropecuário, alimentos, farmacêutico, etc).

- Conectar universidade, empreendedores, investidores e grandes empresas em um só lugar para inovar e gerar novos modelos de negócio, novas formas de trabalhar e novas tecnologias.
- Viabilizar infraestrutura e financiamento para a criação de startups inovadoras, produtivas e direcionadas para criar um mundo melhor.
- Incentivar programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em áreas de tecnologias para ampliar o capital humano qualificado e a manutenção de talentos no estado de Goiás.
- Investir em ciência, tecnologia e inovação para tornar Goiás o estado mais eficiente e empreendedor do Brasil, seguindo sua vocação econômica, seus recursos e suas potencialidades. Essas iniciativas criam:
 - a) atração de empresas e geração de empregos;
 - b) produção e eficiência em todo o estado;
 - c) criação de mudanças sociais, melhoria da educação e renovação de ambientes de negócios;
 - d) ampliação da arrecadação e do valor agregado que é produzido no estado
- Investir em parques científicos e tecnológicos. O conceito mais utilizado para entender os parques científicos e tecnológicos é o da "Hélice Tripla" , que prevê, para o seu funcionamento ideal, a articulação entre três atores: empresas, governo e universidade.
- Políticas de TI centralizadas sendo seguidas e cumpridas pelos órgãos setoriais, norteando o interesse público como referência na execução das atividades tecnológicas;
- Apoiar as pastas sem recursos (mão de obra) com alocação de recursos corporativos por projeto e gestão compartilhada;
- Alinhar a manutenção das diretrizes de Governo para as pastas que possuem capacidade financeira de manutenção de corpo técnico;
- Centralizar de dados relevantes para produção de informações estratégicas na tomada de decisão;

Um professor me dizia que a maior distância que um governante deve caminhar são 30 centímetros. Justamente a distância que conecta o cérebro ao coração. A inteligência precisa estar conectada à sensibilidade para se fazer um governo efetivamente voltado para o cidadão.

Ronaldo Caiado

